



LEILA MARIA CARVALHO DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A
PREPARAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL PARA O
MUNDO DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof^o Dr. Paulo H. Rocha Aride

Manaus/AM

2020

Biblioteca Campus Manaus Centro

S729e Souza, Leila Maria Carvalho de.

A educação profissional e tecnológica na educação básica e a preparação da pessoa com deficiência intelectual para o mundo do trabalho no município de Manaus. / Leila Maria Carvalho de Souza. – Manaus, 2020.

124 p. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Rocha Aride.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Inclusão social. 3. Mundo do trabalho. 4. Categorias de trabalho. 5. Estratégias pedagógicas. I. Aride, Paulo Henrique Rocha. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 378.013



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Campus Manaus Centro
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica



LEILA MARIA CARVALHO DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A
PREPARAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL PARA O
MUNDO DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 07 de julho de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Henrique Rocha Aride - Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Prof. Dr. José Anglada Rivera – Membro Titular Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Profa. Dr ou Dra. Rosejane da Mota Faria – Membro Titular Externo
Universidade Federal do Amazonas



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Campus Manaus Centro
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica



LEILA MARIA CARVALHO DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A
PREPARAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL PARA O
MUNDO DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MANAUS**

Produto Educacional Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 07 de julho de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Paulo Henrique Rocha Aride

Prof. Dr. Paulo Henrique Rocha Aride - Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Anglada

Prof. Dr. José Anglada Rivera – Membro Titular Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Rosejane da Mota Faria

Profa. Dra. Rosejane da Mota Faria – Membro Titular Externo
Universidade Federal do Amazonas

AGRADECIMENTOS

Ao Eterno que me iluminou com sabedoria nos momentos tortuosos, quando no desespero da não credibilidade em meus potenciais, encontrei em Ti Senhor poder, força e paz para seguir na construção de minha estrada sem medo de errar.

A minha mãe e amiga Terezinha que me apoiaram e oraram por mim nos momentos que mais precisei. Graças ao apoio delas consegui vencer as dificuldades as quais me fizeram ver que são das batalhas que nascem as vitórias.

À professora Rosejane que me instruiu e apoiou com seus conhecimentos, meu muito obrigada, Deus a abençoe.

Ao meu professor orientador Paulo Aride, obrigada pelo empenho e paciência, Deus o abençoe.

Aos profissionais de ensino da Escola Estadual Diofanto Vieira Monteiro na pessoa da gestora, docentes, corpo administrativo, pais e estudantes, o meu muito obrigada pelo acolhimento e disponibilidade, sem vocês a pesquisa não teria sentido e existência. Vocês são profissionais de excelência e merecem todo o respeito da sociedade pelo brilhante trabalho pedagógico.

As minhas amigas Nina e Jordane que sempre me atenderam nos momentos de dúvidas e incertezas com seus conhecimentos e saberes, muito obrigada, vocês são simplesmente insubstituíveis.

À professora Deuzilene, coordenadora do ProfEPT, obrigada pelo carinho e pela disponibilidade de sempre ajudar. Você é muito especial, Deus te abençoe.

Ao meu amigo Júlio Raseck que com sua paciência e persistência ajudou-me na construção do produto educacional. Obrigada por seu companheirismo e profissionalismo. Deus o abençoe.

A minha família: meu esposo que sempre esteve ao meu lado, as minhas irmãs e meu filho que é meu mundo azul, obrigada por tudo, eu os amo, Deus os abençoe.

A obra concretiza valores estéticos e éticos. Ela compromete o trabalhador com sentimentos de beleza e responsabilidade pelo resultado de seu trabalho.

(BARATO, 2008)

Educar é humanizar por meio do trabalho.

(BORGES, 2017)

Qualquer pessoa possui aptidão para criar e a escola deve desenvolvê-la baseada na atividade pedagógica e na pesquisa.

(PISTRAK, 2018)

RESUMO

A pessoa com deficiência intelectual para ser inserida no mundo do trabalho precisa de uma preparação profissional que lhe possibilite a inserção nos espaços formais e não formais desse espaço. Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar os desafios do processo de inserção da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho, tendo como base as contribuições da educação profissional e tecnológica/EPT. Apresenta como objetivos específicos: a) descrever sobre os aspectos históricos da educação especial; b) explicar sobre o sentido ontológico e as categorias do trabalho como princípio educativo, formação humana integral e pertencimento social; c) desenvolver o produto educacional a partir de um vídeo informativo mostrando o trabalho pedagógico da Escola Diofanto Vieira Monteiro. A abordagem da pesquisa é qualitativa, sendo uma pesquisa de campo. Para o embasamento teórico sobre os objetivos temos: Frigotto e Ciavatta (2012), Ramos (2008/2009), Rodrigues e Maranhe (2008), Souza (2014), Freire (2017), Pistrak (2018), Veltrone e Almeida (2010), Borges (2017), Barato (2008) entre outros que abordam sobre o processo histórico, sentido ontológico do trabalho e suas bases categoriais e produto educacional. Os participantes da pesquisa foram três estudantes com deficiência intelectual, dez pais e/ou responsáveis e quatro docentes, tendo como lócus a Escola Estadual Diofanto Vieira Monteiro localizada no município de Manaus. A pesquisa utilizou como instrumentos para a construção dos dados a entrevista semiestruturada e observação participante. A análise de conteúdo se deu de acordo com Bardin (2016) que obteve como resultado a resposta para o problema que encaminhou a pesquisa a partir da questão: que estratégias pedagógicas a educação básica de ensino da Escola Diofanto está utilizando para preparar a pessoa com deficiência intelectual para atuar nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho? A partir dos resultados da construção dos dados se chegou a sete categorias: satisfação laboral, necessidade de trabalho, atendimento humanizado na empresa, participação dos pais, medo da perda do benefício, descrença na capacidade do filho e sentimento de pertencimento social. Os resultados, portanto, permitiram concluir que o trabalho é importante para o desenvolvimento da autonomia e independência da pessoa com deficiência intelectual.

Palavras-chaves: Inclusão social. Estratégias pedagógicas. Categorias de trabalho. Mundo do trabalho. Produto educacional.

ABSTRACT

The person with intellectual disabilities to be inserted in the world of work needs a professional preparation that allows him to insert in the formal and non-formal spaces of this space. This research has as general objective to identify the challenges people with intellectual disabilities have in the process of insertion of in the world of work, based on the contributions of professional and technological education/PTE?. It presents as specific objectives: a) to describe about the historical aspects of special education; b) to explain the ontological sense and the categories of work as an educational principle, integral human formation and social belonging; c) develop the educational product from an informative video showing the pedagogical work of the Diofanto Vieira Monteiro School. The research approach is qualitative, being a field research. For the theoretical basis on the objectives we have: Frigotto and Ciavatta (2012), Ramos (2008/2009), Rodrigues and Maranhe (2008), Souza (2014), Freire (2017), Pistrak (2018), Veltrone and Almeida (2010), Borges (2017), Barato (2008) among others that address the historical process, ontological meaning of the work and its categorical bases and educational product. The participants of the research were three students with intellectual disabilities, ten parents and/or guardians and four teachers, having as locus the Diofanto Vieira Monteiro State School located in the city of Manaus. The research used semi-structured interviews and participant observation as instruments for data construction. The content analysis was done according to Bardin (2016) who obtained as a result the answer to the problem that referred the research from the question: what pedagogical strategies is the basic teaching education of the Diofanto School using to prepare the person with intellectual disabilities to act in the formal and non-formal spaces of the world of work? From the results of the construction of the data, seven categories were reached: job satisfaction, work need, humanized care in the company, participation of parents, fear of loss of benefit, disbelief in the child's capacity and feeling of social belonging. The results, therefore, allowed us to conclude that the work is important for the development of autonomy and independence of the person with intellectual disabilities.

Keywords: Social inclusion. Pedagogical strategies. Job categories. World of work. Educational product.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atividade Laboral/CID-10/Nível de Alfabetização	78
Quadro 2 – Alunos nos espaços formais: tempo de trabalho/curso profissionalizante	85
Quadro 3 – Alunos nos espaços formais: satisfação no trabalho	86
Quadro 4 – Espaços formais: a importância do trabalho	89
Quadro 5 – Espaços não formais e mundo do trabalho	90

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ERA UMA VEZ UMA SOCIEDADE EXCLUDENTE: UM APANHADO DE VIVÊNCIAS HISTÓRICAS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	15
2.1 Senta que lá vem a história: a antiguidade	16
2.2 A história continua: a Idade Média e Moderna	21
2.2.1 Esclarecendo sobre a Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10	26
2.3 Continuando: e aí vem a Idade Contemporânea	29
2.4 Dando continuidade a história: A educação especial brasileira	31
2.4.1 Leis de Cotas: a inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho	42
2.5 Só sei que foi assim que tudo ocorreu: A deficiência intelectual e a história da Escola Diofanto	46
2.5.1 Características dos estudantes com deficiência intelectual	51
2.5.2 Preparação para o mundo do trabalho: Estratégias Pedagógicas	52
3 O SENTIDO ONTOLÓGICO DO TRABALHO E SUAS CATEGORIAS	55
3.1 Categoria: trabalho como princípio educativo	55
3.2 Categoria: formação humana integral	58
3.2.1 A escola Diofanto e o sentido da formação humana integral	60
3.3 Categoria: Pertencimento Social	64
4 TRABALHO À VISTA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	69
4.1 Deficiência intelectual e o mundo do trabalho: discussão dos dados	76
4.1.1 Análise de conteúdo: descobrindo as categorias	93
4.2 A tecnologia abraçada com a educação: Youtube como ferramenta estratégica.....	99
5 HAJA CORAÇÃO: CRIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	101
6 E CONCLUINDO, AS CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109
BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS	118
APENDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	
APENDICE B – Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz	
APENDICE C – Roteiros de Entrevistas	

1 INTRODUÇÃO

Convivemos em uma sociedade na qual o sentido ontológico do ser é substituído pelo ter, gerando relações de competitividade, transformando o sentido real do trabalho, afinal, o trabalho faz parte de nossas relações como prática social. A atividade trabalho é imanente a toda e qualquer ação humana, mesmo que convivamos em um mundo capitalista onde o sentido do trabalho é a exploração da mão de obra do trabalhador. O fazer, o pensar e o criar são imanes aos atos humanos. O sentimento de pertencimento social está ligado as nossas relações, pois corrobora diretamente em nosso modo de viver, interferindo na qualidade de vida da pessoa humana.

A noção de trabalho como ato imanente e transformador sempre virá acompanhada de uma relação dialética: de um lado o fazer, usando a força de trabalho, o suor e o manejo das ferramentas para produzir o fruto do trabalho como ato concreto e de outro o saber fazer, a ideia, a teoria pensada e construída, pois sem ela o ato concreto não tem como existir. Trabalho manual e intelectual são intrínsecos, não há como separá-los, são atos intencionais que fazem parte do ser do homem como produtor de sua historicidade.

O ser humano se humaniza por meio das práticas laborais. A necessidade da prática laboral é imprescindível para o desenvolvimento histórico, social e cognitivo da pessoa, dessa forma o trabalho se torna um princípio educativo, pois ele está vinculado às ações humanas de forma imperativa. Afinal, é pela ação do trabalho que os homens transformam a si e a própria natureza.

Esta pesquisa tem como pressuposto apresentar a pessoa com deficiência intelectual inserida nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho da Escola Diofanto Vieira Monteiro, partindo da premissa que apresentam potencialidades e habilidades para desempenhar uma função laboral em espaços mercadológicos mesmo que sejam funções simples, pois como afirma Pistrak (2018), são fundamentais para a manutenção de toda e qualquer sociedade. Os faxineiros, coletores, varredores de ruas, lavadores de carros, de louças, de paredes, pintores, entregadores de documentos, domésticos, jardineiros, arrumadores de prateleiras, vendedores ambulantes são considerados serviços essenciais para o desenvolvimento e manutenção da sociedade e, principalmente corroboram com o sentimento de pertencimento social.

Para os autores Silva e Palhano (2005) a formação profissional como princípio educativo direcionada à pessoa com deficiência mostra para a sociedade que o trabalho é produtivo e possibilita inserção social, embora a pessoa com deficiência intelectual apresente

limitações cognitivas, existe a possibilidade de aprendizagem expandindo o conceito de educação para uma formação humana integral. Assim, este conceito engloba todos os níveis da educação para além dos conteúdos sistematizados, abrangendo uma formação omnilateral, voltada exclusivamente para o desenvolvimento cognitivo e emancipação da pessoa, trazendo o sentimento de pertencimento como prática laboral que são imprescindíveis para o desenvolvimento humano.

Esta pesquisa usará a terminologia “mundo do trabalho”, visto que os educandos participantes estão inseridos nos espaços formais e não formais do mercado de trabalho tendo a noção de trabalho como princípio educativo que leva ao sentimento de pertencimento social não se restringindo ao sentido econômico. A pesquisadora salienta que tem formação em filosofia e psicologia, trabalha na área de educação especial e, por esses motivos algumas bibliografias usadas nesta discussão são de autores com enfoque filosófico e psicológico, sendo abordados conceitos e argumentos baseados em estudos sobre o comportamento humano. A pesquisa foi aprovada pelo Parecer 3.655.458 da Plataforma Brasil em 22 de outubro de 2019.

Esta pesquisa está em conformidade com a linha “Organização e Memória de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica/EPT”, atendendo ao objetivo do macroprojeto 6 da organização de espaços pedagógicos da educação profissional e tecnológica que trabalha com questões relacionadas à diversidade e movimentos sociais.

A nomenclatura adotada foi “pessoa com deficiência intelectual”, termo atualmente usado em trabalhos científicos. Ressalta-se que, a historicidade sobre os termos que eram empregados ao se dirigirem às pessoas com deficiências como idiotia, cretinice, débil mental, dentre outros, foram explanados no capítulo que aborda o processo histórico da educação especial.

As pesquisas de Freire (2015) abordam que o termo “pessoa com deficiência” foi apresentado em 2006 na convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência que apresentam barreiras de ordem física, mental, sensorial ou intelectual, que não possuem capacidade de se desenvolverem plenamente e em iguais condições com os demais membros da sociedade. A pesquisa mostra as características da pessoa com deficiência intelectual, sendo utilizada como referência a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10, que é usada pela Escola Diofanto Vieira Monteiro, que foi lócus da pesquisa.

O presente estudo também apresenta estratégias pedagógicas desenvolvidas pela instituição de ensino que tem como objetivo a inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.

A pesquisa busca contribuir com a temática da deficiência intelectual e o mundo do trabalho, tendo como foco mostrar para a sociedade que os estudantes da Escola Diofanto Vieira Monteiro apresentam condições laborativas para desempenhar papéis sociais nos ramos comerciais, bem como nos espaços formais e não formais do trabalho na cidade de Manaus. As pesquisas bibliográficas investigadas apresentam a pessoa com deficiência visual, física e sensorial empregadas nas grandes indústrias do polo industrial da capital ou ramos comerciais, mas são poucas as investigações que mostram sobre a deficiência intelectual nos espaços do trabalho formal e informal no município de Manaus. Portanto, a presente pesquisa se torna relevante socialmente, pois pretende discutir e transformar crenças, afinal, o preconceito em relação à pessoa com deficiência intelectual pode comprometer a sua inserção no mundo do trabalho.

A pesquisa apresenta como questão norteadora: que estratégias pedagógicas a educação básica de ensino da Escola Diofanto Vieira Monteiro está utilizando para preparar a pessoa com deficiência intelectual para atuar nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho?

O objetivo geral da pesquisa é identificar os desafios do processo de inserção da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho dos estudantes da Escola Diofanto com base nas contribuições da educação profissional e tecnológica (EPT). Os objetivos específicos propõem: a) descrever sobre os aspectos históricos da educação especial; b) explanar sobre o sentido ontológico e as categorias do trabalho como princípio educativo, formação humana integral e pertencimento social; c) desenvolver o produto educacional a partir de um vídeo informativo mostrando o trabalho pedagógico da Escola Diofanto Vieira Monteiro.

Sobre o delineamento da metodologia partimos de uma reflexão ontológica tendo o trabalho como princípio educativo inserido em contexto sócio-histórico sendo norteadora pelo materialismo histórico e dialético que mostra as contradições da sociedade no sentido da inclusão e exclusão como aborda Sawaia (2008) que se utiliza dos termos no sentido de mostrar as contradições de uma sociedade que clama por inclusão social, no entanto, exclui o outro por suas diferenças. Segundo Lopes, Lockmann e Hattge (2013) as políticas de inclusão social e escolar investem em programas de sensibilização para a educação especial como estratégia política, mas, mesmo assim, excluem essas pessoas da inserção ao mundo do trabalho, considerando-as incapacitadas.

Quanto à modalidade da pesquisa direcionamos a partir do problema, dos objetivos e dos procedimentos da construção dos dados. A pesquisa se apresenta de forma descritiva uma vez que busca identificar as estratégias pedagógicas como preparação para o mundo do trabalho do estudante com deficiência intelectual, sendo delineada a partir da pesquisa de campo e

participante que, segundo Gil (2008) ambas vivenciam o processo dialético que permite ao investigador aprofundar seus conhecimentos tendo um olhar focado em métodos rigorosos obedecendo aos princípios determinados pela ética.

A abordagem metodológica é qualitativa, partindo da interpretação e análise dos conteúdos de Bardin (2016) que busca nas entrelinhas das falas dos entrevistados categorias que serão desenvolvidas na discussão dos resultados. Utilizamos como procedimentos técnicos para a construção dos dados a observação participante e entrevista semiestruturada. Segundo Lakatos e Marconi (2019) a observação participante é uma técnica muito usada por pesquisadores que trabalham com a abordagem da pesquisa qualitativa, pois, nesta técnica o observador tem papel atuante no cenário da pesquisa, procurando sempre focar em seus objetivos propostos pela investigação. A técnica da entrevista semiestruturada foi escolhida por dar liberdade ao pesquisador para direcionar o assunto pesquisado.

A pesquisa está dividida em capítulos, desenvolvidos após a introdução. O primeiro permeia pela historicidade da educação especial, começando com a antiguidade, idade média, moderna e contemporânea. Também será esclarecido sobre a Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10, incluindo a história da educação especial no Brasil. Todos primando por aspectos que iniciaram com comportamentos que rotularam pessoas com deficiência intelectual como incapacitadas e, o processo dialético que mostra outra vertente, pessoas que buscaram em estudos científicos explicações e auxílio a essa camada social estigmatizada.

O segundo capítulo aborda o trabalho no sentido ontológico e filosófico nas categorias como princípio educativo, formação humana integral e necessidade de pertencimento social. A humanidade, segundo Borges (2017) construiu seu processo de humanização através das atividades laborais sendo a educação o processo educativo humanizado que permite e possibilita às pessoas desenvolverem o sentido real e imanente do trabalho como sentido ontológico.

O delineamento metodológico será apresentado no terceiro capítulo em que serão abordadas as discussões dos resultados, especificando as sete categorias encontradas nas falas dos dezessete participantes, que foram divididos entre estudantes, responsáveis e docentes.

Finalmente, no quarto capítulo apresentamos o desenvolvimento do produto educacional que será um vídeo informativo, mostrando o trabalho pedagógico desenvolvido pela Escola Diofanto Vieira Monteiro, que através de oficinas pedagógicas prepara os estudantes com deficiência intelectual para atuarem nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho.

2 ERA UMA VEZ UMA SOCIEDADE EXCLUDENTE: UM APANHADO DE VIVÊNCIAS HISTÓRICAS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.
(BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS).

Somos iguais em espécime, no entanto, somos pessoas únicas nos diferenciando uns dos outros. Não devemos permitir que as semelhanças ou diferenças possam nos descaracterizar ou impor seus ditames inconscientes sobre nossas mentes. O diferente nos causa pavor, pois a ignorância nos deixa cegos, somente o conhecimento terá a capacidade de clarear nossa razão e emoção já postulava Platão, o filósofo grego, no seu famoso mito da caverna.

Quando pensamos na história da humanidade, nos deparamos com encantos e desencantos, com heróis e anti-heróis, também com pessoas que foram capazes de doar seu sangue, suor e lágrimas por acreditar e lutar por uma sociedade mais justa, na qual pudessem viver e conviver com paz e justiça social. São belos pensamentos não condizentes com a realidade humana, que traz em sua trajetória uma construção histórica de processo de exclusão social e, em especial a caminhada histórica da pessoa com deficiência. Para Souza (2014) nos primórdios da civilização a pessoa com deficiência se encontrava fora do que era considerado padrão de normalidade.

Nas pesquisas de Souza (2014, p. 24) as referências literárias dos conhecimentos adquiridos sempre buscaram enaltecer uma cultura sobre a outra, em que os mais fortes dominaram os que começavam sua caminhada na linha do desenvolvimento civilizatório. Civilizações antigas como espartanos, maias, incas, gregos, persas, egípcios, hebreus e muitas outras deixaram seus legados e “a palavra que liga todas é o progresso”, em todas as demandas culturais, sociais, políticas ou econômicas. Cada cultura tentando sobrepor suas verdades sobre sociedades conquistadas.

A humanidade apresentou contexto singular em cada momento histórico acompanhado por aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. “A chegada da modernidade apresentou uma nova lógica social, movida pelo sonho do progresso em todas as esferas e alimentada pelo ideal humanista; o homem passa a ser o centro [...] de todas as ações [...]” (SOUZA, 2014, p. 25).

Souza (2014) nos mostra enredos históricos carregados de ideias estereotipadas sobre a pessoa com deficiência desde atitudes consideradas como descasos total da sociedade ou mesmo como alguns viam a deficiência atrelada a poderes divinos e sobrenaturais.

A história da educação especial mostra uma trajetória dinâmica onde crenças e valores de um passado social e histórico determinaram e dominaram comportamentos e pensamentos. É necessário construirmos uma nova história onde as diferenças físicas, psíquicas e sociais não nos descaracterizem. Precisamos ser respeitados em nossa singularidade de ser. Por isto, é importante conhecermos o processo histórico da deficiência, pois quando conhecemos as causas, chegamos às prevenções e rumamos assim, para uma sociedade mais equânime.

2.1 Senta que lá vem a história: a antiguidade

Os nossos antepassados foram nômades, viviam da caça e da pesca. Era necessário percorrer quilômetros e quilômetros de destinos a pé, correndo riscos, sendo perseguidos por outros povos e por animais mais potentes. A rotina das tribos nômades não permitia pessoa com deficiência ou mesmo adoecida, pois não tinha como ser cuidada, sendo deixada no meio do caminho. Segundo Rodrigues e Maranhe (2008) não se tem registro sobre pessoas com deficiência nesse período, mas devido ao contexto histórico vivenciado, o abandono era o que provavelmente acontecia neste período da trajetória da humanidade.

A história da humanidade foi construída de labutas e mudanças que nem sempre foram acompanhadas de alegrias e vitórias. A única forma de compreendermos a história da espécie humana é entendendo o contexto de cada época vivenciada. Precisamos entender e compreender a construção da própria existência humana, seus acertos e erros, como resolveram e buscaram soluções para questões desafiadoras como dor, sofrimento físico e psíquico, relacionamentos conflituosos, terminalidade da vida ou a morte de uma pessoa considerada diferente do padrão comportamental vivenciado em cada etapa histórica.

Os homens, diferentemente dos animais, vivenciam atos intencionais. Enquanto os animais vivem pelo instinto da sobrevivência, produzindo apenas atos repetitivos, os humanos transformam tudo o que está a sua volta. O homem foi capaz de transformar sua existência ao criar o vestuário para se proteger das intempéries, caçar e plantar para saciar a fome, aprendeu a represar água para não morrer de sede, buscou domesticar animais para sua proteção, abastecimento alimentar e meios de transportes, enfim em cada etapa da história da humanidade as ações humanas tiveram suas explicações e propósitos.

Para compreendermos a questão da deficiência é necessário o entendimento do processo da manutenção da vida, principalmente, quando nos deparamos com o contexto histórico da antiguidade. Dos nômades à sociedade dos gregos, romanos, espartanos e egípcios e outros, todos apresentavam ideias preconcebidas dentro do que entendiam como vida e sobrevivência. Segundo o entendimento de Corrent (2016, p. 3) na historicidade humana são defendidos preceitos que em determinadas épocas irão ser considerados bons ou ruins, carregados de justiça ou injustiça social, tudo dependerá da ideologia dominante vigente. “Dentre esses princípios surge à deficiência, que vai passar a abranger vários conceitos, conceitos que vão ser valorizados, criticados, excluídos, mantidos, dependendo de cada época, contexto histórico, social, econômico até político”.

Fazendo um panorama histórico sobre os primórdios da civilização que se concentrava em aglomerados de povos nômades, vivendo os perigos e dificuldades de um mundo até então caótico e incompreendido, talvez consigamos entender o porquê de pessoas que nasciam com deformidades físicas ou qualquer outro tipo de deficiência serem abandonadas, ou mesmo exterminadas do convívio social vigente.

Para Souza (2014, p. 28), nos primórdios da humanidade não existia uma espécie de organização social que pudesse oferecer formas de interações sociais e interpessoais aos considerados diferentes que apresentavam qualquer tipo de deficiência que prejudicasse a locomoção e segurança das tribos. A realidade vivenciada pelas tribos nômades não havia possibilidades de pensar no individual, todos viviam pelo coletivo, a segurança de todos dependia de pessoas saudáveis que pudessem dar proteção ao grupo. “O contexto, a realidade vivida, não permitia pensar no particular, no individual, pois tudo era para o coletivo, e, naquele momento, possuir perspicácia dos sentidos e rapidez nos movimentos, era vital para sobrevivência”.

O trabalho de Gugel (2007) mostra que não existem documentos ou mesmo vestígios históricos de como eram tratadas as pessoas acometidas de deficiência, mas pela trajetória histórica podemos pressupor que, devido às mudanças climáticas, falta de alimentos, o não cultivo de terras e outros fatores como perseguição grupal, as pessoas foram obrigadas a buscar novas terras para garantir a sobrevivência. Para a autora os grupos tribais passaram a ter compreensão sobre a necessidade de segurança para todos e, por causa dos conflitos e mudanças constantes de localidade, seria impossível manter cuidados com pessoa que apresentasse algum tipo de deficiência, portanto os fracos eram abandonados, somente seguiam caminhos os que se enquadravam como fortes e capacitados para vencer e ultrapassar obstáculos apresentados pela natureza.

Gugel (2007) esclarece que na antiguidade, apesar da pessoa com deficiência ser abandonada ou mesmo eliminada do convívio social, alguns povos da antiguidade apresentavam atitudes diferenciadas. Os egípcios eram mais afáveis com alguns tipos de deficiência, como o caso de anões e cegos. Foram encontradas nos papíros fórmulas para tratar a cegueira e há registro de anões que se apresentavam em peças teatrais para entreter aos moradores dos palácios e outros ambientes artísticos.

Segundo pesquisas de Freire (2017) muitas pessoas apresentavam cegueira devido a uma infecção ocular que as levavam à perda da visão, não se sabe a origem dessa infecção. Mas, não existe registro quanto aos deficientes mentais e intelectuais, provavelmente eram considerados desprezíveis e extirpados da sociedade. Corcini (2016, p. 6) confirma tal teoria quando diz que: “os egípcios matavam seus deficientes com marretadas na cabeça e os enterravam em sarcófagos, acreditando que assim, a alma se purificaria e voltaria perfeita em beleza e inteligência”. Freire (2017, p. 39) acrescenta que os egípcios acreditavam que as doenças físicas e mentais seriam provocadas por possessões demoníacas ou “eram pecados de vidas anteriores, sendo assim não podiam ser curados, a não ser pela intervenção divina”.

Assim como os egípcios, os romanos tiveram um olhar diferenciado sobre determinadas deficiências, apesar da não aceitação das mesmas, pois consideravam a beleza do corpo fundamental. Havia casos de crianças em que era permitido a seus pais que as abandonassem, deixando-as em lugares onde existiam animais carnívoros ou à deriva em rios para que morressem afogados. Muitos pais não tendo coragem para consumir o fato, as abandonavam em pequenos botes na esperança que alguém as encontrasse e as criassem.

Mais ainda, pessoas desfavorecidas economicamente as pegavam para criar, para quando crescessem pudessem trabalhar pedindo esmolas nas ruas de Roma ou entretendo os romanos em apresentações circenses. As crianças se tornavam escravas de seus pais adotivos, tornando-se mendicantes.

Em referência ao período romano, segundo Freire (2017, p. 41) os recém-nascidos prematuros e que nasciam com alguma deformidade, à morte era o que o direito recomendava aos pais, porém, o próprio direito romano apresentava outra alternativa: a criança poderia ser deixada “às margens dos rios ou em lugares sagrados, contanto que tivessem mostrado o recém-nascido a cinco vizinhos, para que fosse certificada a existência da anomalia ou da deformidade”. As crianças poderiam sobreviver, sendo acolhidas por famílias pobres que tinham possibilidades de criá-las. Elas se tornavam mendicantes e passava a sustentar a família, inclusive, este tipo de prática social se tornou bastante rentável. “Nessa época foram realizados raptos de crianças patrícias novas e saudáveis para serem mutiladas ou deformadas para se

tornarem pedintes nos templos, praças e nas ruas de Roma. Outro destino [...] eram as atividades em circos para entreter o público” (FREIRE, 2017, p. 41).

Os gregos e espartanos apesar de apresentarem cultura diferenciada, tinham em comum o sentido da exclusão da pessoa com deficiência. Estas pessoas eram vistas como raça subumana. Os espartanos cultuavam a força e o corpo perfeito, eram guerreiros e não poderia existir imperfeição física, sensorial, mental ou intelectual. Já os gregos cultuavam a beleza física, a harmonia do corpo, o processo do pensamento, a busca pela sabedoria. Assim, os gregos rejeitavam ou abandonavam ao destino os considerados excluídos, enquanto os espartanos lançavam os defeituosos rochedos abaixo. A sociedade primava pela perfeição física, mental e intelectual, o contrário desses pressupostos não havia espaço para sua existência. As autoras Rodrigues e Maranhe (2008, p. 7) descrevem que:

Em Esparta e Atenas crianças com deficiência física, sensorial e mental eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação e abandono. Tal prática era coerente com os ideais atléticos, de beleza e classistas que serviam de base à organização sócio-cultural desses dois locais.

Segundo Souza (2014, p. 25), as sociedades antigas descartavam os “recém-nascidos que apresentavam algum tipo de deficiência era tomado como fato normal. Os anormais eram deixados à própria sorte, pois não se enquadravam no modelo de vida adotado pela sociedade em questão”. O autor confirma ainda, o pressuposto de que em cada período histórico, a sociedade age de acordo com suas crenças e ideias, mesmo que sejam carregadas de intencionalidades preconceituosas.

De acordo com Rodrigues e Maranhe (2008) os filósofos Aristóteles e Platão consideravam essa prática normal, pois era considerado um ponto de equilíbrio demográfico social. Gugel (2007, p. 63) descreve sobre o que o filósofo Platão dizia a respeito da pessoa com deficiência: “Pegarão então os filhos dos homens superiores e, levá-los-ão para o aprisco, para junto de amas que moram à parte num bairro da cidade; os dos homens inferiores, e qualquer dos outros que seja disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém”. Já sobre Aristóteles diz que o pensador solicitava que fosse criada uma lei para que nenhuma criança disforme pudesse se desenvolver, ter direito à vida. O pensador grego foi um dos primeiros a ser a favor do aborto como processo legal. “[...] se os costumes das cidades impedem o abandono dos recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação, [...] deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida”.

A pesquisadora Freire (2017, p. 41) revela outra vertente sobre o pensamento de Aristóteles. A autora relata que o pensador grego escreveu uma obra chamada Constituição de Atenas. Nessa obra é estabelecido que toda pessoa com deficiência física, “cujo corpo esteja mutilado” que se encontrava impossibilitado de exercer qualquer atividade laboral, deveria receber um percentual remunerado e ser examinado pelo “Conselho Ateniense”. A autora diz que este procedimento poderia ser “considerado uma primeira formulação de uma política pública voltada para a assistência de pessoas com deficiência”. Ressaltamos que a deficiência considerada pela autora se refere à física. Não se tem registro de cuidado quanto à deficiência mental ou intelectual. Essas deficiências, provavelmente, estariam fadadas ao extermínio social.

Apesar de todo o processo de exclusão das sociedades gregas e espartanas, Freire (2017) descreve que no período do Império Romano a sociedade passa a ver a pessoa com deficiência de uma maneira mais caridosa, afinal, centenas de soldados pertencentes às legiões romanas voltavam das guerras, muitas vezes, mutilados ou apresentando desordem mental, inclusive surgiu neste período os primórdios do que entendemos como hospitalização, claro que de forma muito precária, não se tinha conhecimentos médicos e científicos.

Sabe-se que foi no Império Romano que surgiu a crença do cristianismo e, como ideologia religiosa não se admitia a matança de pessoas, mesmo com deficiência, pois, está escrito e determinado em um dos mandamentos judaico-cristãos: não matarás (6º mandamento da Lei de Moisés).

Outro povo que também contribuiu com ideias preconceituosas foram os hebreus que segundo Freire (2017), a pessoa que nascia com qualquer deformidade física, intelectual ou mental era desqualificada para a prática do sacerdócio. A prática religiosa determinava que os sacerdotes que se apresentassem ao templo e tivessem ligação direta com Deus fossem perfeitos física e mentalmente, afinal o homem foi criado à imagem e semelhança do ser supremo e como tal não pode apresentar imperfeição corporal e mental, inclusive até hoje, as sinagogas pregam tais procedimentos segundo os livros talmúdicos que interpretam a Lei de Moisés.

A realidade vigente é fruto de uma antiguidade histórica que excluía aquele que apresentava características físicas, sensoriais, intelectuais e mentais não condizentes com os ideais sociais. Dessa forma, esta abordagem histórica traz uma discussão reflexiva sobre como as pessoas com deficiências eram vistas por seus familiares e sociedade em geral.

O tempo passa e novos contextos históricos surgem. Historicamente, com a queda do Império Romano (século V em 476) e da cidade de Constantinopla em 1453 (século XV), inicia-se um período de retrocesso. Segundo o autor Huberman (2019) o período das trevas, a chamada “alta idade média” foi considerada por muito tempo como um período de estagnação cultural.

Visão que não corresponde com a historicidade, afinal, todos os processos históricos da humanidade foram e são carregados de intencionalidades. Huberman (2019) responsabiliza a igreja católica que era detentora dos poderes espirituais e temporais por essa paralização cultural, pois a ideologia religiosa impediu o crescimento da sociedade. A cultura era processada pelo que a igreja permitia e entendia como correto.

2.2 E a história continua: a Idade Média e Moderna

A idade média foi dividida em alta e baixa, sendo a terra a moeda de maior valor. “Homens preocupados com a espécie de vida que tinham levado [...] doavam terras a igreja; outras pessoas, achando que a igreja realizava uma grande obra de assistência aos doentes e aos pobres [...] doavam terras à igreja.” (HUBERMAN, 2019, p. 11).

Esta época histórica é considerada um período intermediário entre a chamada antiguidade clássica greco-romana e a idade moderna. Este pensamento foi proposto pelos iluministas do século XVIII, denominado de “eurocentrismo”. De acordo com Huberman (2019) foi na Idade Média que surgiram as ideias renascentistas, surgindo o período histórico conhecido como Renascimento. Neste estágio da vivência humana surgiram também novos paradigmas, novas maneiras de pensar o mundo, inovações artísticas, culturais e científicas que surgem mudando crenças e comportamentos.

Autores como Almeida (2010) e Oliveira (2010) consideram a “idade das trevas” um termo pejorativo, pois, a Idade Média foi um período de grandes criações, tanto na arquitetura como no desenvolvimento da atividade agrícola, afinal, o trabalhador precisou aprender a lidar com a terra, conhecer cada tipo de cultura agrícola com o objetivo de plantar para abastecer as necessidades de uma sociedade formada por vassallos, nobres, clérigos e servos, além do que, foi neste período que as escolas e universidades surgiram. O filme de Umberto Eco, “O nome da rosa”, retrata este contexto histórico como um grande exemplo dessa era.

A Idade Média surge com a propagação do cristianismo. Jesus Cristo, de acordo com escritos bíblicos teria curado muitos deficientes: físicos, surdos, cegos e mentais. Para a igreja católica abandonar ou mesmo exterminar estas pessoas seria pecar contra Deus. Para Rodrigues e Maranhe (2008, p. 8): “com o cristianismo estas pessoas ganharam alma e, eliminá-las ou abandoná-las significava atentar contra os desígnios da divindade”.

Gonçalves (2010, p.47) afirma que a doutrina do cristianismo na época medieval se tornou conceito fundamental de controle e dominação. “[...] a presença do cristianismo torna-

se visível, dominando a educação do povo e sua mentalidade, manipulando-os por meio do convencimento e de controle social mantidos por esta ordem.”

A pesquisa de Gugel (2007) descreve que, no século XIII (1214 a 1270) foi fundado o primeiro hospital para cegos, criado por Luiz IX para atender aos soldados que perderam a visão na 7ª cruzada patrocinada pela igreja católica.

As pessoas com deficiência apesar de não serem eliminadas do convívio social devido à crença religiosa eram vistas como seres abomináveis. Muitas eram apresentadas em circos, trancafiadas em conventos ou mesmo em igrejas. Quem não se lembra do filme “O corcunda de Notre Dame” de Vitor Hugo? No qual um deficiente físico que, aparentava deficiência intelectual é escondido na torre mais alta de uma igreja e de lá jamais saia, para que a comunidade não fosse exposta a sua deficiência.

No período medieval também existiram pessoas capazes de práticas sociais relevantes. Rodrigues e Maranhe (2008, p. 8) citam o caso de Nicolau, que foi Bispo de Myra, que fazia obra de caridade, ajudando, acolhendo e cuidando de crianças deficientes, inclusive, o personagem passa a ser simbolizado na Europa como a figura do Papai Noel. “Em alguma época foi considerado o Patrono das Crianças com Perturbações do Desenvolvimento.”

Para as autoras Rodrigues e Maranhe (2008, p. 9) o padre Martinho Lutero discriminava pessoas com deficiência, principalmente, mental e intelectual. “Lutero conheceu um menino de 12 anos, na cidade de Dessau que se empanturrava de comida, babava e gritava quando as pessoas se aproximavam. Lutero sugeriu ao príncipe da cidade que o afogasse no rio.” O deficiente era visto como o próprio diabo encarnado em forma de pessoa humana, “pessoas com deficiência mental eram seres diabólicos que mereciam castigos para serem purificados”.

A primazia da sociedade perfeita dos espartanos e gregos ainda se fazia muito forte na sociedade europeia medieval. A partir do século XIII vão surgindo instituições voltadas ao cuidado da pessoa com deficiência como uma colônia agrícola que surgiu na Bélgica. “Era uma colônia agrícola, na Bélgica, que propunha tratamento com base na alimentação, exercícios e ar puro para minimizar os efeitos da deficiência” (RODRIGUES; MARANHE, 2008, p. 9).

Surge no século XIV o cuidado com a pessoa com deficiência mental, principalmente com aqueles que tinham bens. A doença mental surge também entre os detentores do poder temporal. Passou a existir a necessidade de se distinguir doença mental e intelectual para diferenciar a loucura mental, que compreendemos como a doença da esquizofrenia e a deficiência intelectual, chamada na época de “idiotia” que, segundo Rodrigues e Maranhe (2008, p. 9):

Nessa lei surge a distinção entre a pessoa com deficiência mental e com doença mental; a primeira, “loucura mental”, pessoas que sofriam de idiotia permanente e, a segunda “lunática”, aquelas que sofriam de alterações psiquiátricas transitórias. O doente mental tinha direito aos cuidados sem perder os bens. A lei não deixou de marcar a diferença entre eles.

As diferenças entre classes sociais nunca deixarão de existir. A esquizofrenia também faz as suas diferenças, principalmente, quando são detentoras de bens. Pessoas com doença mental como a esquizofrenia precisavam ser resguardadas e seus bens capitais protegidos.

A Igreja Católica detentora do poder espiritual e temporal, de acordo com Huberman (2019) instaura a inquisição levando para fogueira, centenas de pessoas acometidas de doença mental psiquiátrica, intelectual, deficientes físicos e sensoriais. Rodrigues e Maranhe (2008, p. 9) ressaltam que “durante a Inquisição, foi criado o ‘Malleus Maleficarum’ em 1492, que representava um Manual de Semiologia, capaz de diagnosticar bruxas e feiticeiros, considerava sinais de malformação física ou mental como ligação com o demônio”, levando muitos a serem queimados na chamada fogueira da Inquisição.

A história é produzida e construída de vivências de pessoas que direcionam e determinam suas crenças e valores. O caminhar da humanidade foi gradativamente construído como um jogo de quebra-cabeça, no qual cada peça surgiu acompanhada de novos vislumbres, conquistas e ideias inovadoras.

O trabalho de Souza (2014, p. 24) descreve que a Idade Moderna foi considerada uma das épocas que trouxe grandes transformações que mudariam os rumos da história da humanidade. As transformações sociais vivenciadas nesse período histórico foram “profundas e impactantes”. O pensamento filosófico se volta para o homem, ele passa a ser o centro dos valores e conhecimentos, o chamado antropocentrismo. “Referimo-nos ao antropocentrismo e aos valores pregados pelos iluministas, que basearam seus pensamentos no humanismo liberal, acreditando piamente no poder infinito do ser humano em transformar o mundo e alcançar o progresso.”

O teocentrismo, a ideia de Deus como centro de todos os atos e ações humanas deixa de existir. O homem passa a ser o centro de suas decisões, tonando-se sabedor de sua existência, não mais delegando sua vida a uma divindade suprema. A mudança de paradigma acompanha, inclusive, a substituição do modo de produção feudal para o sistema mercantilista. Nesse período surgem as grandes navegações advindas de novas descobertas de terras, dominações e colonizações como foi o caso do Brasil.

A sociedade atrelada ao cultivo da terra sai dos campos e ruma para as cidades, surgindo os burgos que darão início a uma nova camada social: a burguesia. O trabalhador perde seu poder ao ser destituído de seus instrumentos de trabalho. “Nesse novo contexto a visão do homem, que até então era abstrata, metafísica, transforma-se e torna-se mais concreta. Surgem novas ideias quanto à natureza da deficiência [...]” (GARGHETTI; MEDEIROS; NUERNBERG, 2013, p. 106).

A pesquisa de Souza (2014) relata que a modernidade traz em seu contexto preocupação com os deficientes com um olhar mais humano, o que contradiz com os dados históricos. A nova ordem comercial precisa de novas forças de trabalho, então a pessoa com deficiência passa a ser vista como força produtiva desse mercado em ascensão. A Idade Moderna abre novas possibilidades de cuidado para as pessoas com deficiência, especialmente pessoas com deficiência física que, durante séculos foram vistas com olhar da ignorância.

A nova ordem social vê todos com possibilidades de produção, no entanto, como mostraremos adiante, o deficiente intelectual e mental será preconcebido como incapacitado, sendo confinado em asilos e hospitais sob a proteção de almas caridosas. Neste cenário surgem novos desafios, aparecem pensadores preocupados com essa camada social desvalida: Paracelso e Cardano. O médico Paracelso foi o primeiro a considerar a deficiência mental com o diagnóstico de doença, buscando tratamento para esse público. Já Cardano passou a se preocupar com a educação destinada a essas pessoas.

Segundo Garghetti, Medeiros e Nuernberg (2013, p. 106) os trabalhos de Paracelso e Cardano, foram os primeiros que trataram os deficientes sob a ótica da pesquisa médica e da educação, afastaram-se das crendices religiosas. “Surgem novas ideias quanto à natureza da deficiência e, pela primeira vez, uma autoridade da medicina [...], considera ser de natureza médica um problema que até então estava dentro da teologia e da moral.”

De acordo Rodrigues e Maranhe (2008, p. 10), os intelectuais Paracelso e Cardano propuseram uma visão diferenciada a respeito da deficiência mental e intelectual como mostra o trecho abaixo:

No século XVI, surgiram dois intelectuais: Paracelso, médico e, Cardano, filósofo; Paracelso, no seu livro “Sobre as doenças que privam o homem da razão”, foi o primeiro a considerar a deficiência mental um problema médico, digno de tratamento e complacência. Cardano, além de concordar que a deficiência era um problema médico, se preocupava com a educação das pessoas que apresentavam a deficiência.

A pesquisa de Rodrigues e Maranhe (2008, p. 10) cita ainda Thomas Willis e John Locke, que buscaram revolucionar as doutrinas sobre a deficiência. O primeiro pensador busca

explicações mais organicistas sobre a deficiência mental, ele elucidava sobre o processo cerebral, ou seja, as funções e estruturas neurais, pois nelas se encontravam as explicações para a idiotia (termo usado na época). Enquanto Locke via a deficiência como a falta de experiências educacionais, já que para o filósofo o ser humano é como uma “tábula rasa”, ele “advogava que o ensino deveria suprir essa carência. Locke propõe que o conceito de mente seja compreendido como página em branco, passível de ser preenchida com programas sistemáticos de educação”.

O trabalho de Pessotti (1984) descreve que após os trabalhos destes pensadores, instituições de ordem religiosas começaram a cuidar da pessoa com deficiência, pois antes o cuidado era o confinamento dessas pessoas, que deveriam ser escondidas para que o mundo não soubesse de suas existências. O autor diz que, infelizmente foram séculos de ignorância para voltarem os olhos para as pessoas com deficiência, surgindo no século XVII as primeiras organizações sociais que tinham como objetivo fazer caridade como o caso das Irmãs de Caridade e os asilos São Vicente de Paulo.

Segundo Freire (2017, p. 29) este modelo de caridade social, conhecido como “caritativo” surge acompanhado do medo de perder a salvação eterna. Neste período histórico a sociedade era regida pelo teocentrismo, sendo a divindade o centro de todos os atos e reflexões dos pensamentos. “As premissas do modelo caritativo surgem com o Cristianismo, quando a caridade e a ajuda ao próximo passam a ser utilizadas como forma de salvação.”

No modelo caritativo, segundo Freire (2017, p. 29), a sociedade passa a ver a pessoa com deficiência como “coitadinho”, que é incapaz, precisando sempre do outro, que é despossuído de decisão, não controla seus impulsos, necessitando sempre que alguém o ajude, não permitindo que eles desenvolvam a segurança e autonomia como processos fundamentais para o desenvolvimento humano, “o deficiente é considerado alguém totalmente incapaz e a deficiência torna-se um empecilho”.

A pessoa com deficiência se torna prisioneira de si e, como todos nós quando não somos motivados a crer em nossas potencialidades e habilidades, nossa autoestima decresce, tornando-nos dependentes das ações do outro, inclusive, o poder de decidir sobre nossa própria vida. “Como resultado, muitos deficientes acabam assimilando essa ideia e se achando incapazes e dependentes.” (FREIRE, 2015, p. 29) Neste tipo de sociedade resta para o deficiente o asilo, afinal a sociedade os vê como improdutivos, inclusive, sem condições de se tornarem consumidores, visto que não trabalham então eles não têm como ter renda, não tendo remuneração eles não podem consumir.

O estudo de Garghetti, Medeiros e Nuernberg (2013, p. 107) cita a criação dos leprosários e de grandes hospitais para atender esta camada desvalida, “como o Bicêtre e o

Salpêtrière, tornam-se depósitos de pessoas que eram consideradas incapazes de manter seu lugar na sociedade, e por isso, deveriam ser afastadas do meio social”.

Com o surgimento de asilos e hospitais, surge o que o Freire (2017, p. 30-31) descreve como “modelo médico”. Este modelo associa a doença à pessoa, ou seja, a pessoa com deficiência é considerada doente ou sofre de algum tipo de distúrbio. A sociedade da época primava pelo princípio da normalidade, então, o deficiente deveria ser tratado para se aproximar ao máximo daquilo que era culturalmente estipulado como padrão de normalidade:

Pode-se verificar que o modelo médico promove a descontextualização da deficiência, uma vez que os casos são vistos como um problema individual que afeta apenas a pessoa sequelada. Por isso, esse modelo é alvo de diversas críticas por aqueles que consideram a deficiência uma questão social, uma vez que o foco da teoria médica está exclusivamente no diagnóstico e na cura, sem considerar a existência das barreiras que podem interferir no cotidiano dos deficientes. Apesar das críticas, o modelo médico continua sendo hegemônico, devido à pressa de se ter resultados, e é constantemente utilizado nos programas de desenvolvimento social e de assistência aos deficientes.

Ressaltamos que o modelo médico persiste até os dias atuais. Ainda hoje nas escolas que atendem pessoas com deficiência a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10 é exigida, principalmente, em estabelecimentos de ensino que trabalham com pessoas com deficiência intelectual e que apresentam transtornos psiquiátricos.

2.2.1 Esclarecendo sobre a Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10

A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, organizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), conhecida apenas como CID (Classificação Internacional de Doenças), encontra-se na sua 10ª versão, sendo lançada em janeiro de 2022 a versão CID-11 que trará mudança de nomenclatura como o termo “pessoa com deficiência intelectual” e outros ligados a questão da sexualidade humana. A atual versão usa a terminologia “retardo mental” ao se referir a pessoa com deficiência intelectual. De acordo com a CID-10 (2011, p. 221):

O retardo mental é uma condição de desenvolvimento interrompido ou incompleto da mente, a qual é especialmente caracterizada por comprometimento de habilidades manifestadas durante o período do desenvolvimento, as quais contribuem para o nível global da inteligência, isto é, aptidões cognitivas, de linguagem, motoras e sociais. O retardo pode ocorrer com ou sem qualquer outro transtorno mental ou físico.

A CID-10 foi criada em 1994 por médicos-cientistas que buscaram instrumentalizar e abordar diretrizes diagnósticas de acordo com a epidemiologia da doença, apontando os fatores que pudessem ser identificados de forma universal, abordando os sintomas, sinais, anomalias, queixas comuns, causas e circunstâncias sociais internas e externas como forma de caracterização e identificação da enfermidade. A principal função da CID-10 foi padronizar e classificar as patologias de acordo com códigos específicos, acompanhados de letras e números.

Os códigos auxiliam os profissionais da saúde a listar possibilidades diagnósticas e criação de estratégias de tratamento. A CID-10 apresenta diretrizes diagnósticas que também auxiliam aos profissionais de ensino criar procedimentos pedagógicos que possam beneficiar seus educandos acometidos de transtornos, deficiências mental, intelectual, visual, auditiva, entre outras. Segundo a CID-10 (2011, p. 222) pessoas com deficiência intelectual dependendo do grau cognitivo apresentam possibilidades de ser alfabetizadas e de desempenhar funções laborais. “As principais dificuldades são [...] problemas específicos de leitura e escrita. [...], no entanto, podem ser grandemente auxiliadas pela educação planejada para desenvolver suas habilidades e compensar seus prejuízos.”

A CID-10 (2011, p. 222) se utiliza de códigos, ou seja, é apresentada em forma sequencial de letras e número como o código F70 que se refere à pessoa com deficiência intelectual ou como citado na CID atual “retardo mental”. Ressalto que, a partir da Resolução Nº 1819 de 17 de maio de 2007 do Conselho Federal de Medicina passou a proibir a obrigatoriedade de colocar em atestados, pareceres e laudos médicos o código da doença do paciente, resguardando, assim, o direito da pessoa, não havendo exposição social quanto à enfermidade sofrida.

A organização catalogada da CID-10 (2011) está dividida em vinte e dois (22) capítulos agrupados por patologias de acordo com semelhanças, evidenciando as características centrais em sinais e sintomas representadas por uma letra do alfabeto e dois números cardinais. Desses vinte e dois capítulos, somente o quinto é referente aos transtornos mentais e de comportamento, que é nomeado pela letra “F”, iniciando com a numeração de “00” à “99”. A deficiência intelectual conforme a CID-10 (2011, p. 223-225) apresenta a nomenclatura F70 para “retardo mental leve”, F71 “retardo mental moderado”, F72 “retardo mental grave” e F73 “retardo mental profundo”. Todos são acompanhados de diretrizes diagnósticas possibilitando aos profissionais de ensino criar procedimentos pedagógicos que possam auxiliar no desenvolvimento cognitivo do estudante. Segundo a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10 (2011, p. 1): “O capítulo V, Transtornos mentais e de comportamento da CID-10 estará

disponível em várias diferentes versões para diferentes objetivos. [...] *Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*, destinadas para uso clínico, educacional e assistencial em geral”.

O Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V) (2014, p. 31) acompanha os critérios diagnósticos da Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10. No DSM-V os números que representam a deficiência intelectual correspondem ao 317 (deficiência intelectual leve), 318.0 (deficiência intelectual moderada), 318.1 (deficiência intelectual grave) e 318.2 (deficiência intelectual profunda). Estão organizados no capítulo que trata dos transtornos do neurodesenvolvimento.

Os transtornos do neurodesenvolvimento são um grupo de condições com início no período do desenvolvimento. Os transtornos tipicamente se manifestam cedo no desenvolvimento, em geral antes de a criança ingressar na escola, sendo caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional. Os déficits de desenvolvimento variam desde limitações muito específicas na aprendizagem ou no controle de funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais ou inteligência. É frequente a ocorrência de mais de um transtorno do neurodesenvolvimento; por exemplo, indivíduos com transtorno do espectro autista frequentemente apresentam deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual), e muitas crianças com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) apresentam também um transtorno específico da aprendizagem.

Os autores dos manuais estatísticos de diagnósticos tanto da CID-10 como do DSM-V apresentam diretrizes diagnósticas que auxiliam os profissionais da saúde e do ensino a procedimentos estratégicos, possibilitando a pessoa com deficiência intelectual desenvolver uma ocupação. Para os autores da CID-10 (2011, p. xiii) “uma classificação é um modo de ver o mundo de um ponto no tempo. Não há dúvida de que o progresso científico e a experiência com o uso dessas diretrizes irão requerer suas revisões e atualizações”. Não podemos nos prender em diagnósticos fechados que sacramentalizam a vida de uma pessoa. Existem possibilidades de desenvolvimento cognitivo quando nos permitimos como profissionais de ensino a buscar estratégias pedagógicas que desenvolvam habilidades almejando a inserção social da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.

A Escola Diofanto Vieira Monteiro na qual foi realizada a pesquisa se utiliza da CID-10 para apropriação de conhecimento sobre a deficiência intelectual, ou do transtorno partindo de diretriz diagnóstica que considera a pessoa com deficiência como “potencialmente capaz de trabalho que demandam habilidades práticas, [...], incluindo, trabalho manual não especializado ou semiespecializado” (CID-10, 2011, p. 223/224), os indivíduos poderão desempenhar atividades práticas simples quando supervisionadas. A partir desses procedimentos a Escola

cria suas estratégias pedagógicas cujo objetivo é o desenvolvimento cognitivo do educando e a inserção no mundo do trabalho.

A pesquisadora Grandin (2015) é contrária às análises estabelecidas em manuais como a CID-10 e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais/DSM-V (2014) que apresentam diagnósticos fechados impossibilitando as pessoas acometidas de deficiências, transtornos do espectro autista, altas habilidades e superdotação de expressarem e desenvolverem suas potencialidades, habilidades e aprendizagens. Para a autora diagnósticos médicos fechados não apresentam conclusões precisas sobre determinadas deficiências e transtornos como o caso do TEA (Transtorno do Espectro Autista) que passou e ainda passa por mudanças constantes de diagnósticos incorrendo em erros que podem acabar rotulando pessoas que possuem capacidade cognitiva de desenvolvimento.

2.3 Continuando: e aí vem a Idade Contemporânea

A idade contemporânea continua a primazia do modelo médico mesmo com as inovações educativas. A nova era se inicia a partir do século XVIII. Esta época da história é conhecida como período da expansão capitalista em termos globais. Os historiadores dividem a era classicamente entre o início da Revolução Francesa que ocorreu no ano de 1784 com a queda da Bastilha até aos tempos atuais.

No século XVIII a questão da saúde da população passou a ter primazia, afinal precisavam de corpos fortes e saudáveis para o trabalho da produção capitalista e, como anteriormente visto as pessoas com deficiências foram acolhidas sob os cuidados de modelos de proteção sob o jugo da caridade e da medicina.

Rodrigues e Maranhe (2008, p. 11) retratam que neste período os avanços da ciência médica se desenvolveram, houve pesquisas como o de Foderé, médico que escreveu o “Tratado do bócio e do cretinismo”, associando a doença da tireoide como causa genética da deficiência intelectual. O cretinismo é causado pelo hipotireoidismo congênito ocorrido durante o período de desenvolvimento do recém-nascido.

O trabalho de pesquisa de Rodrigues e Maranhe (2008, p. 11) relata que a partir desse momento começaram a diferenciar e nomear os níveis da deficiência cognitiva em leve, moderada e grave, “[...] levantam a ideia da hereditariedade da deficiência, o fatalismo genético do cretinismo. [...], o cretinismo implica, sobretudo na degradação intelectual que será maior ou menor, conforme o acometimento da doença”. Os níveis de retardo mental (termo usado pelas autoras) justificavam a esterilização das pessoas acometidas pela doença do bócio.

Entendemos bócio em termos médicos como o aumento da glândula da tireoide devido à falta de iodo no organismo humano, causando nódulos volumosos na região do pescoço.

A questão da educação especial começa a ser revista no século XIX quando surge Jean Itard, que passou a considerar as pessoas com deficiências como passíveis de serem trabalhadas em espaços escolares que, poderiam ser educadas e treinadas. O exemplo clássico de Itard foi o acompanhamento de Victor, conhecido como “o menino selvagem”. De acordo com os estudos de Rodrigues e Maranhe (2008, p. 12) através dos cuidados com Victor, Itard criou várias metodologias diferenciadas e obteve avanços significativos na área da educação especial, sendo inclusive, até os dias atuais escritas em livros de didáticas direcionados à deficiência intelectual. Segundo Garghetti, Medeiros e Nuernberg (2013) Itard teve como grande desafio de vida o cuidado e tratamento de Victor de Aveyron como se segue:

O primeiro grande desafio colocado para Itard foi o trabalho com o menino Victor de Aveyron, diagnosticado pelo psiquiatra francês Philippe Pinel como sendo um idiota, sem esperança alguma de possibilidades de educação. No entanto, a convicção de Itard de que o homem não nasce como homem, mas é construído como homem, o fez opor-se ao diagnóstico dado por Pinel. Itard via a deficiência intelectual, ou o desenvolvimento bem sucedido, como um processo cumulativo no qual há fases ou estádios encadeados, como se o desenvolvimento fosse uma contínua gênese de operações e desempenhos mais complexos e refinados e, a partir de aquisições preliminares, passou a dedicar-se à educação de Victor.

O texto acima aponta uma discordância entre Itard e Pinel que persiste até os dias atuais quanto ao processo de avaliação da pessoa com deficiência intelectual abordando o que é determinante, se são os fatores ambientais, biológicos ou sociais. O que prevalece no desenvolvimento humano e nas suas aprendizagens seriam os fatores hereditários ou as culturas sociais? Ainda hoje nos deparamos com esses debates nas Universidades, principalmente nos cursos de psicologia, pedagogia, medicina e outros que têm como ator principal o ser humano. “Contrariamente ao conceito levantado por Itard, que entendia idiotia como insuficiência cultural, Pinel a considerava uma deficiência biológica.” (RODRIGUES; MARANHE, 2008, p. 12)

O discípulo de Itard, Edouard Séquin, era contrário à abordagem médica. Ele foi um dos primeiros autores a sistematizar os conceitos sobre a educação especial, pois desacreditava da visão médica até então imposta às pessoas com deficiência. Embora a visão pedagógica sobre a deficiência tenha evoluído, a cura não acontecia, prevalecendo a determinação médica como solução final para as pessoas acometidas de deficiências. Para Rodrigues e Maranhe (2008, p. 14) “a hegemonia médica na teoria da deficiência perdurará até as primeiras décadas do século

XX, consolidando o conceito unitário da deficiência atrelado à hereditariedade”, visão orgânica que se tornará definitiva, sendo aplicada nos dias atuais.

O estudo de Freire (2017, p. 30) diz que a medicina começou a progredir nos séculos XVIII e XIX, se consolidando na década dos anos 60 do século XX. Para a autora o modelo médico liga a doença ao tipo de deficiência, “onde o deficiente é alguém que precisa de cuidados médicos, e a deficiência é considerada consequência natural de uma lesão ou distúrbio”.

Os avanços da medicina tentam “curar” o indivíduo acometido de deficiência. Os profissionais da área médica devem possibilitar que as pessoas com deficiência possam ser integradas ao seio da comunidade, àqueles que não conseguem tal intento ficam à margem da sociedade. “Por exemplo, uma pessoa com dificuldade para escrever de forma rápida, só estaria apta a estudar em uma escola regular se adquirisse rapidez suficiente para copiar o assunto, sem atrapalhar os demais colegas.” (FREIRE, 2017, p. 31). O foco e objetivo primordial da visão médica estão no diagnóstico e na cura, não levando em consideração a pessoa humana e suas limitações.

Foram muitas as influências de pesquisadores na área da educação especial como Pestalozzi, Froebel, Maria Montessori entre outros que se dedicaram a criar pedagogias voltadas para essas pessoas, mas, segundo Rodrigues e Maranhe (2008, p. 15) “apesar dos progressos nas áreas da bioquímica, da genética, do diagnóstico médico e da psicologia infantil, a deficiência ainda carrega a marca da maldição ou castigo do céu e do fatalismo clínico da hereditariedade inevitável”. A educação especial desenvolvida no Brasil não foi muito diferente da praticada nos países europeus, teve muita carga de preconceitos e estigmas, mas também pessoas que realizaram trabalhos educacionais que ajudaram pessoas com deficiência a se desenvolverem e buscarem inserção social.

2.4 Dando continuidade a história: a educação especial brasileira

A educação especial no Brasil, inicialmente, foi acompanhada pelos ditames de países europeus de acordo com seus usos e costumes culturais, como a criação da casa das crianças abandonadas e a roda dos expostos. A roda dos expostos ou dos rejeitados era ligada diretamente às irmandades religiosas e beneficentes (conventos, abadias, mosteiros). Tinha o formato de uma caixa cilíndrica pregada nos muros das instituições. Havia um espaço que cabia uma criança que era deixada por pessoas que não tinham condições financeiras para criá-las. Segundo relatos históricos a criança era recolhida e cuidada até se tornar independente. Segundo

Rodrigues e Maranhe (2008, p. 15): “O abandono de crianças com deficiência nas ruas, portas de conventos e igrejas era comum no século XVII”.

A medicina influenciou por muitos anos o desenvolvimento das pessoas com deficiência. Rodrigues e Maranhe (2008, p. 16) dizem que a partir de 1930 a deficiência passou a ser vista como problema de saúde pública, sendo criado o então “Pavilhão Bourneville em 1903 no Rio de Janeiro, como a primeira Escola Especial para crianças Anormais”. Os estudos de Pereira, Santana e Santana (2012, p. 11) abordam que na década dos anos 60 do século XX começou a se construir uma educação pensando na pessoa com deficiência, “surge a fase da segregação institucional, onde começa a preocupação com o desenvolvimento educacional dessas pessoas através do atendimento educacional, [...] oferecido pelas instituições especializadas”.

As autoras Rodrigues e Maranhe (2008) ressaltam que um dos primeiros pesquisadores a ter a preocupação com o atendimento especializado levando em consideração um atendimento que fosse além do modelo médico, e que também apresentasse estratégias pedagógicas, criando um centro com uma equipe multidisciplinar para trabalhar com crianças que apresentavam deficiência foi Ulysses Pernambuco de Melo Sobrinho nascido em Recife/PE em 1918. Para Marquezan (2009, P. 40) Ulysses “foi o organizador da primeira equipe multidisciplinar composta por médico, pedagogo e psicólogo para trabalhar com sujeitos deficientes”. Em Manaus existem centros públicos de atendimento em educação especial que são compostos por vários profissionais (psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais, pedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas) que avaliam e criam estratégias pedagógicas para discentes com deficiência auditiva, visual, mental, intelectual, múltipla e transtorno comportamental como o Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo (CMEE) e a Escola de Atendimento Específico Mayara Redman Aziz. As duas instituições atendem todos os públicos da educação especial, ou seja, pessoa com deficiência sensorial, intelectual, mental e física, transtorno do espectro autista (TEA), altas habilidades e superdotação, apresentando proposta de ensino que possa contribuir com o desenvolvimento cognitivo do educando dentro da educação básica, buscando contribuir com o ensino da rede regular, inserindo o estudante no contexto escolar, trabalhando a inclusão.

Marquezan (2009, p. 71) chama a atenção para o emprego da palavra “anormal” que, foi usada para designar pessoas que apresentassem critérios de inteligência, memória, atenção, percepção abaixo do que seria esperado para sua idade cronológica. A escola aliava e alia a idade cronológica à idade mental/intelectual do estudante. “Anormal designava desenvolvimento físico, intelectual ou mental defeituoso, contrário às normas.”

No início do século XX o índice de analfabetismo no país era exorbitante, chegando a 80%, surge o movimento escola-nova que trazia conceitos inovadores sobre a educação, levantando bandeiras de transformação social e redução das desigualdades sociais, o que não passou de sonhos excludentes. O estudo abordado por Saviani (2011, p. 17) ressalta que a escola nova não conseguiu transformar a educação nos moldes de um ensino que atendessem a todas as camadas sociais, pois,

Vê-se, assim, que para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso implica dosá-lo e sequenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não domínio ao seu domínio. Ora, o saber dosado e sequenciado para efeitos de sua transmissão-assimilação no espaço escolar, ao longo de um tempo determinado, é o que nós convencionamos chamar de “saber escolar”. Tendo claro que é o fim a atingir que determina os métodos e processos de ensino-aprendizagem, compreende-se o equívoco da Escola Nova em relação ao problema da atividade e da criatividade. Com efeito, a crítica ao ensino tradicional era justa, na medida em que esse ensino perdeu de vista os fins, tornando mecânicos e vazios de sentido os conteúdos que transmitia. A partir daí, a Escola Nova tendeu a classificar toda transmissão de conteúdo como mecânica e todo mecanismo como anticriativo, assim como todo automatismo como negação da liberdade.

Saviani (2011) diz que, embora a teoria da escola nova trouxesse como lema a luta contra as desigualdades sociais, na verdade ela tornou o ensino mais classista, contribuindo ainda mais com a exclusão social da camada de trabalhadores desprovidos, se aliando a ciência da psicologia, pois, através da mensuração dos testes psicológicos se obtém um coeficiente que determinava o grau da deficiência, levando o país a separar e excluir a pessoa com deficiência das instituições escolares. Para Rodrigues e Maranhe (2008, p. 17) a influência da escola nova enfatizou e demarcou as diferenças individuais das pessoas, excluindo-as da matrícula na escola de ensino regular, pois, “o ideário da escola-nova permitiu a penetração da psicologia na educação, resultando no uso de testes de inteligência para identificar as crianças com deficiência”.

Para as classes desprovidas e que apresentavam coeficiente intelectual abaixo da média foram criadas as escolas especiais que passaram a receber todos que apresentavam deficiência intelectual, mental, sensorial ou até mesmo dificuldade de aprendizagem, bastava que o estudante apresentasse desempenho acadêmico ruim, que não conseguisse ser alfabetizado dentro dos padrões pedagógicos postulados pela educação vigente para serem considerados incapacitados com deficiência mental/intelectual. As pessoas eram direcionadas às escolas e classes especiais. Para Rodrigues e Maranhe (2008, p. 17): “houve, também pouca preocupação com a conceituação e a classificação da deficiência”.

Em 1932 é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que representou a sistematização do ideário filosófico da política vigente voltada para a educação dentro da abordagem do movimento da Escola Nova. “A Escola Nova pautava-se pela crença no poder da educação, pela preocupação em reduzir as desigualdades sociais, pela necessidade de estimular a liberdade individual da criança e pelo interesse na pesquisa científica” (MARQUEZAN, 2009, p. 73). A Escola-Novista preconizava um ensino especializado para a pessoa com deficiência, além de ter como base fundamental o uso de diagnósticos e nivelamento da inteligência usando a matemática das testagens psicológicas como medida mensurável para separar as pessoas em categorias de mais ou menos inteligente de acordo com a Escala de Inteligência de Alfred Binet e Simon que,

Em 1905, por solicitação do governo francês, Alfred Binet publica uma escala métrica de inteligência que ele havia elaborado com Theodore Simon que tinha por meta medir o desenvolvimento da inteligência das crianças de acordo com a idade (idade mental). Este trabalho foi o ponto de partida para muitos testes, em particular o de QI (quociente intelectual). Assim, o legado que Binet recebe de Séguin é a ideia de que há uma continuidade de graus de inteligência e cabe a ele defini-la em termos que permitam comparar, efetivamente, o desenvolvimento normal e atrasado (RODRIGUES; MARANHE, 2008, p. 15).

A escala de inteligência de Binet e Simon ainda é usada para determinar o índice do coeficiente intelectual. A primeira testagem da escala foi aplicada em crianças com idades entre 3, 4, 5, e 11 anos. Foi realizado um levantamento minucioso e a partir daí elaboram um total de 30 questões que tinham como objetivo identificar o conhecimento da criança de acordo com a faixa etária. As perguntas eram sobre o cotidiano e o aprendizado na escola, a partir da pontuação das respostas eram identificadas se a idade cronológica estava de acordo com a idade mental/cognitiva, obtendo-se o coeficiente de inteligência (QI). Segundo o estudo de Honora e Frizanco (2008, p. 111) embora esteja em desuso o teste, surgiram outros mais aprimorados que quantificam a inteligência em: “limítrofe (QI entre 71 a 85 pontos); deficiência intelectual leve (QI entre 51 a 70 pontos); deficiência moderada (QI entre 36 a 50 pontos); deficiência intelectual severa (QI entre 20 a 35 pontos) e deficiência intelectual profunda (QI menor que 20 pontos)”.

Os testes psicológicos foram deturpados e usados de forma incorreta, obrigando a Associação Americana de Psicologia (APA) a normatizar sua aplicação, tornando o teste específico do profissional da psicologia. Precisamos compreender que os testes de psicologia podem atender determinadas demandas como a identificação das limitações cognitivas identificando áreas que deverão ser trabalhadas. Os testes não determinam diagnóstico, faz-se

necessário recorrer e utilizar outros recursos como treinamento de habilidades, pois cada pessoa é singular. O verdadeiro profissional não cria rótulos e sim, desenvolve potencialidades.

As testagens psicológicas de coeficiente intelectual são usadas em determinados procedimentos e instituições de ensino para mensurar o cognitivo. Temos a neuropsicologia que se utiliza do coeficiente intelectual em suas orientações. Segundo Malloy-Diniz et al (2016, p. 15) “na orientação, o neuropsicólogo instrui educadores e profissionais da saúde sobre formas de adaptar indivíduos e grupos a melhores condições de desenvolvimento e desempenho cognitivo”.

Os procedimentos a que se referem os autores são necessários para trabalhar o processo cognitivo de pessoas que sofreram danos cerebrais. A medicina, juntamente com as ciências médicas psicológicas, se desenvolveu para alcançar padrão comportamental que visa melhora na qualidade de vida das pessoas.

Dando continuidade à história, Freire (2017, p. 53) ressalta que nos anos de 1940 surgem instituições que são organizadas pela sociedade civil que visavam dar assistência social, médica, educacional e profissional a pessoas com deficiência mental e intelectual como a Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). “Essas entidades desenvolviam programas de capacitação profissional, além de atendimento psicológico e apoio à família.”

O trabalho de Pereira, Santana e Santana (2012) explana que a Sociedade Pestalozzi foi influenciada pelas ideias da psicóloga Helena Antipoff, e que através dela foram criadas as escolas especiais com a exigência de diagnósticos. Os primeiros estados a trabalhar com o conceito de diagnóstico foram Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Enquanto que a APAE cujo público alvo é a pessoa com deficiência intelectual, tendo o Rio de Janeiro como a primeira cidade sede a ter a instituição.

De acordo com Freire (2017, p. 54) na década dos anos 60 em plena ditadura militar, surge um novo modelo educacional voltado para as práticas capitalistas: a educação tecnicista que, tinha como objetivo primordial formar pessoas para o universo do mundo do trabalho, tendo como ideologia o “paradigma da integração”, que trazia no discurso os direitos das pessoas, dentre eles o processo da autonomia. Era necessário criar mão de obra para o mercado de trabalho, então, para evitar custos educacionais, os olhos se voltam à pessoa com deficiência que servirá como mão de obra barata. “Com o propósito de integrar o deficiente no mercado de trabalho, surgiram entidades destinadas ao desenvolvimento de habilidades para que estes indivíduos pudessem se inserir ou retornar ao sistema produtivo, através de treinamento e da educação especial.”

Segundo Freire (2017), o Brasil possibilitou à pessoa com deficiência adentrar ao mundo do trabalho, sendo amparada por leis e dispositivos legais. A autora não cita que tipo de deficiência era aceita no espaço mercadológico, certamente não está se referindo a pessoa com deficiência intelectual ou mental, para estas restou os movimentos sociais que surgiram para beneficiá-las. As pessoas passam a se organizar em “movimentos associativistas” (p. 54), buscando políticas públicas que atendessem aos seus direitos.

As autoras Rodrigues e Maranhe (2008, p. 17) descrevem que nos anos 60 surgiram os movimentos populares que buscavam “uma educação para todos”. A escola pública abriu suas portas sem levar em conta as condições necessárias para receber o público acometido de deficiência, ocasionando um elevado fracasso escolar, que logicamente, a culpa recairia sobre os despossuídos economicamente que,

Ao estender a possibilidade de matrícula às classes populares, sem que as condições de ensino fossem reestruturadas, o índice de evasão e reprovação cresceu. A partir daí, começa a surgir a equação entre o fracasso escolar e a “deficiência mental leve” com a implantação maciça de classes especiais nas escolas públicas para solucionar o problema.

Conforme Matos e Lima (2017, p. 138) descrevem que até meados da década de 60 a educação especial acontecia preferencialmente em instituições privadas e filantrópicas e em classes especiais dentro dos estabelecimentos públicos de ensino. “Há apenas poucos anos teve início a construção da Educação Especial nos moldes conhecidos atualmente, integrada ao ensino regular.”

Em 1986 a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) é criada tendo como objetivo “promover a articulação interministerial, bem como elaborar programas governamentais direcionados para a integração social da pessoa com deficiência” (FREIRE, 2017, p. 57). Apesar de a CORDE ter surgido no ano de 1986, suas normas foram colocadas em ação no ano de 1989, através da Lei nº 7.853, que estabelece e assegura os direitos da pessoa com deficiência e sua integração social de forma efetiva.

Em 1987 é criada as “Diretrizes da Educação Especial”, por meio da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que oferecia aos estudantes, oportunidades educacionais para todos. Os estudantes eram matriculados na escola de ensino regular, e nos primeiros meses de aula, cabia aos professores fazer a chamada “avaliação diagnóstica”, havendo uma separação cognitiva entre os discentes, colocando-os como capazes ou incapazes, legitimando assim, o rótulo ao deficiente intelectual em leve, moderado, grave ou os que apresentavam dificuldades de aprendizagens para fossem transferidos para a escola ou classe especial. Ocorreu, portanto,

a retirada da pessoa com deficiência mental e intelectual da rede regular de ensino, que foram encaminhadas para instituições especiais, havendo um processo de exclusão. Freire (2017) diz que o aluno passou a ser culpabilizado pelo fracasso escolar.

A classe trabalhadora sem poder aquisitivo é culpabilizada pelo fracasso da educação. A pesquisadora Sawaia (2008, p. 9) descreve que o capitalismo “inclui para excluir”. O sentido da inclusão/exclusão passa a ser compreendido como o rompimento social, o sofrimento do outro não importa, é o “descompromisso político com o sofrimento do outro” (p.8). As relações tornam-se sem sentido, não importa se o outro está sofrendo, se ele tem condições ou não de adentrar ao mundo do trabalho, se possui possibilidades cognitivas, o capitalismo se importa apenas com o lucro que o trabalhador possa ofertar à sociedade. “A dialética inclusão/exclusão gesta subjetividade específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado” (p. 9).

A saúde do trabalhador, seus hábitos, processo cognitivo comportamentos e costumes são elementos primordiais exigidos no mundo do capital para gerar produtividade e, conseqüentemente, riqueza. Para Gentili (2018, p. 87):

O capital humano é função de saúde, conhecimento e atitudes, comportamentos, hábitos, disciplina, ou seja, é expressão de um conjunto de elementos adquiridos, produzidos e que, uma vez adquiridos, geram a ampliação da capacidade de trabalho e, portanto, de maior produtividade. O que se fixou como componentes básicos do capital humano foram os traços cognitivos e comportamentais.

Rodrigues e Maranhe (2008) afirmam que a avaliação diagnóstica realizada pelos profissionais da educação, médicos e psicólogos descartavam as histórias de vidas dos discentes, juntamente com suas condições socioeconômicas. O interessante é que os mais atingidos por esses sistemas são os provenientes de famílias de baixa renda salarial.

A nova Constituição Federal Brasileira que foi promulgada em 1988, conhecida como “constituição cidadã” (CORDÃO; MORAES, 2017, p. 46) entrelaça a educação acadêmica à profissionalização, tornando um direito de todos e um dever do estado. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (CF, 1988, art. 205)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é criado em 1990 confirmando os direitos trazidos na CF/1988 sobre o atendimento educacional que deveria se dar de forma especializada às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede pública de ensino.

Em 1994 na cidade espanhola de Salamanca entre os dias 07 a 10 de junho, vários países se reuniram para discutir sobre a educação especial e inclusiva na Conferência Mundial de Educação Especial. É proclamado que todos, independentemente de cor, raça, credo, faixa etária, deficiência devem ter seus direitos garantidos. A Declaração ampliou o conceito sobre educação especial, incluiu todas as crianças com ou sem deficiência e dificuldade de aprendizagem, não importando o motivo da não aprendizagem, todos foram beneficiados com seus decretos, pois, segundo Pereira Santana e Santana (2012, p. 15):

[...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de Nº 9.394 de 1996 afirma que a educação especial deve ser preferencialmente oferecida na rede pública de ensino, oportunizando ao discente o espaço de socialização e aprendizagem, “disponibilizando o atendimento em classes, escolas ou serviços especializados” (PEREIRA, SANTANA; SANTANA, 2012, p. 14). A lei enfatiza que todos os docentes deverão ser habilitados com curso superior com especialização de preferência na área da educação especial e possibilidades de inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.

O trabalho de pesquisa de Lopes e Fabris (2017, p. 86) descreve que os objetivos discutidos na Declaração de Salamanca foram reafirmados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação/1996, embora com algumas críticas pedagógicas como o tratamento pessoal “portadora de deficiência” em vez de “pessoa com deficiência”, deixando de priorizar o termo “pessoa” tendo o respeito pelo outro, além de deixar lacunas abertas como a frase “preferencialmente no ensino regular”, abrindo espaços para que o Estado possa se eximir de suas responsabilidades.

[...] no caso da educação dos sujeitos com deficiência e “clientes” da educação especial, o atendimento e a escolarização não foram assumidos diretamente pelo Estado. Isso significa que o processo de escolarização de tais sujeitos não se deu, em sua maioria, na escola pública, portanto sob tutela direta do Estado, mas em instituições especializadas e assistenciais.

O Ministério da Educação (MEC) lança em 1988 os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) trazendo sugestões e estratégias de ensino pedagógicas para serem aplicadas em salas de aulas, inclusive, formação profissional continuada para o professor que trabalha com o público da educação especial. No início do século XXI o MEC publica as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e médio.

As diretrizes não atingiram 100% das pessoas com deficiências, segundo Rodrigues e Maranhão (2008) o Censo Escolar do ano letivo de 2006 chegou a atingir um percentual de 46%. De acordo com o portal do MEC de 2019 o Censo Escolar de 2017 apresentou um aumento de 98,9% de estudantes incluídos no ensino regular da educação básica. O portal também mostra que 61,3% das escolas da rede de ensino pública têm em seus quadros incluídos alunos com deficiências. Em anos anteriores os números apresentados chegavam a 31%, deixando muitos à margem sem escolarização.

A educação da pessoa com deficiência passou a ser tratada pelas esferas estaduais, municipais e federais do ensino, tirando de forma gradativa a responsabilidade das entidades beneficentes e filantrópicas. No entanto, Gentili (2018, p. 245) mostra a contradição dialética do capitalismo neoliberal em que o sentido da educação é notadamente de exclusão, tentando “apagar do imaginário social a ideia da educação pública como direito social e como conquista democrática”.

Nesse processo histórico da educação especial a pessoa com deficiência foi excluída da rede regular de ensino, sendo transferida para escola especial. Pois, somente participavam das atividades acadêmicas, pessoas consideradas aptas dentro do que consideravam padrão de normalidade e estivessem de acordo com os modelos de segregação ou integração. Modelos esses empregados pelos novos ditames da educação.

No modelo de “segregação” o discente com deficiência era atendido em escola especial que estava preparada para recebê-lo, não permitindo que o estudante participasse do processo social. Já o termo “integração” permite que dentro da escola de ensino regular exista a chamada “classe especial”.

Os dois modelos de educação (segregação e integração) privavam o estudante com deficiência do processo da socialização, fator esse sumamente importante para o desenvolvimento cognitivo da pessoa humana. Esses dois modelos de acolhimento colocaram a inclusão em xeque. Segundo Neves, Rahme e Ferreira (2019) a integração acontece antes da perspectiva inclusiva da educação no que concerne às políticas e práticas pedagógicas, afinal, esses modelos buscavam a “normalização” do processo educacional, negando as diferenças

humanas em sua plenitude. A integração baseia seus pressupostos em padrões normatizantes que marginaliza e estigmatiza a pessoa com deficiência.

Para Neves, Rahme e Ferreira (2019, p. 7) a educação inclusiva tem como ato incondicional o lema “a educação para todos”, independente de raça, cor, credo, posicionamento político ou etnia. De acordo com as autoras uma escola inclusiva reconhece o direito de todos, oportunizando equidade, transformando a sociedade mais planificada e com justiça social. A situação atual da educação especial aponta avanços no sentido da educação inclusiva, pois vem promovendo informações culturais, discussões políticas, mudança de atitude, promovendo a participação de todos no processo da educação para todos.

A Escola Diofanto trabalha dentro da perspectiva inclusiva, inserindo e preparando os educandos para atuarem no mundo do trabalho, procurando alfabetizá-los para que estejam mais preparados para atuar nos espaços formais e não formais do mundo mercadológico.

As autoras Rodrigues e Maranhe (2008, p. 20) destacam que a “escola deve prover recursos e apoios pedagógicos para que o aluno obtenha sucesso escolar”. O profissional do ensino jamais poderá parar no tempo, deve sempre atualizar através de conhecimentos que possam auxiliar o educando, buscando solução e não simplesmente, vendo somente o problema. “Ao invés do aluno ajustar-se aos padrões de “normalidade” para aprender, a escola deve ajustar-se à ‘diversidade’ dos seus alunos.”

O processo de aprendizagem de cada estudante é diferenciado, ou seja, é simplesmente único e singular. O professor deve partir de práticas pedagógicas que valorizem as diferenças. Há necessidade de se esclarecer que os profissionais de ensino na atual conjuntura buscam qualificação. A grande maioria dos docentes, senão todos possuem graduação, especializações em pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu). São profissionais que adentram a vivência carregada de intencionalidade, com experiência pedagógica imprescindível para o desempenho da educação inclusiva, que ajudará seus discentes com descobertas importantes e que abrirão portas para a inserção no mundo do trabalho.

A educação com perspectiva inclusiva reconhece que toda pessoa tem direito a educação e está capacitada a aprender, transformando suas aprendizagens em conhecimentos que os levarão ao campo profissional do mundo do trabalho e neste sentido o papel do professor é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e profissional do educando. Segundo Silva e Carneiro (2016, p. 947) os profissionais devem estar sempre atualizados em seus aprendizados, possibilitando que seus estudantes com deficiência desenvolvam o processo cognitivo, levando-os a voos maiores, mostrando para o mundo que pessoas com deficiência intelectual possuem habilidades e potencialidades de adentrar nos espaços formais e informais do mundo do

trabalho. Os profissionais de ensino devem participar de formações pedagógicas, visto que nem sempre as academias os preparam para as adversidades, os profissionais devem fazer “curso de formação continuada na área, para suprir o currículo de sua formação pedagógica que não os preparou para atender às particularidades de todos os alunos”.

A educação inclusiva deve ter como bandeira e prática cultural o respeito à diversidade, tendo como objetivo primordial a inserção da pessoa com deficiência no mundo de trabalho, pois, o trabalho é imanente e inerente ao ser, somos o que realizamos com nosso suor e criatividade.

No período de 2003 a 2010, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assina um novo documento que trata sobre a Política Nacional de Educação Especial/Perspectiva Inclusiva alterando a política de atendimento e se estendendo a outras pessoas com deficiência como superdotação/altas habilidades, Transtorno do Espectro Autista, deficiência intelectual, apresentando novas propostas didático-pedagógicas, sala de recursos multifuncionais e programas de educação inclusiva cujo objetivo é o direito à diversidade. Ressalta-se que o público alvo da educação especial vigente está dividido em pessoas com deficiência (física, mental, intelectual, visual, auditiva e múltiplas), transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação.

Segundo Mettrau e Reis (2007, p. 492) a nova política de educação especial instituída no Brasil conceitua os termos altas habilidades/superdotação como pessoas que,

[...] apresentam notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para as artes e capacidade psicomotora.

Hoje, a sociedade se volta para pessoas que apresentam talentos especiais e o mundo capitalista não deixará passar a oportunidade de explorar essas potencialidades. Apesar dos avanços na história da educação especial, ainda se tem muito a conquistar, pois, vivenciamos um processo de exclusão e exploração.

Ao longo da história vimos discriminações, mas também grandes passos que permitiram ver o diferente com suas diferenças, infelizmente ainda, persiste na atualidade a visão médica biológica e o modelo das benevolências. As pessoas com deficiência são olhadas com o olhar do “coitadinho”, “incapacidade”, descrença em suas potencialidades, habilidades e capacidades de aprendizados e preparação para o mundo do trabalho, mas as leis existem para

serem cumpridas, cabendo a todos construir caminhos e estradas seguras que possam beneficiar seus cidadãos.

Leis foram criadas para beneficiar os que clamam por justiça social, então, que seus pareceres sejam determinantes e concretizados e que levem a pessoa com deficiência intelectual a conquistar um trabalho nos espaços formais e informais do mundo do trabalho.

2.4.1 Leis de Cotas: a inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho

A luta por maiores espaços continua para as pessoas com deficiência e, notadamente, para os acometidos de deficiência intelectual que buscam e tentam ser inseridos no universo do trabalho. O trabalho faz parte da vida, em todas as atividades deixa sua marca de crescimento profissional e de grandes aprendizagens.

Vivenciamos de acordo com Freire (2017), uma nova roupagem do capitalismo. Antes o trabalhador vivia sob o regime taylorista-fordista, hoje as acumulações flexíveis baseadas nas premissas capitalistas do Toyotismo definiram novos papéis comportamentais. O trabalhador no regime de Taylor e Ford não precisava ser letrado, bastava estar alfabetizado, que soubesse assinar o nome, ter pouca leitura, escrita e saber fazer pequenas contas, afinal o regime das especializações precisava apenas que o trabalhador soubesse apertar botões, ter habilidade de montador, que o emprego estaria garantido. Segundo Freire (2017, p. 69) a produção capitalista na visão toyotista de acumulação flexível se globalizou, surgindo novas formas de produção e implantação de tecnologia para atender ao novo mercado de consumo que,

Na tentativa de superar a crise e de resgatar a potencialidade da dinâmica capitalista, surgem novas formas de produção alternativas através da implantação de novos métodos e processos de trabalho, implantados em vários países (Suécia, Itália, Japão, etc.). Essa nova mudança no mundo do trabalho é conhecida como *reestruturação produtiva*, na qual as empresas passam por grandes transformações nos níveis tecnológico e organizacionais, abandonando a rigidez do fordismo e adotando um perfil mais flexível, voltado para a concorrência.

A pesquisa de Matos e Lima (2017, p. 135) relata o fato que a economia do Brasil como país periférico teve que “se submeter às diretrizes do poder econômico mundial”, havendo necessidade de surgimentos de várias leis e decretos que defendessem os direitos da pessoa com deficiência.

Diante destes contextos a Escola Diofanto prepara o aluno através das oficinas pedagógicas para a inserção nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho, mas é

preciso romper as paredes do mito da incapacitação, afinal, “o trabalho ocupa papel fundamental na construção do sujeito, no exercício da cidadania e na constituição da sua subjetividade” (LIMA et al, 2013, p. 47), tendo o sentido primordial de desenvolver as habilidades, potencialidades, capacidades da pessoa humana. É através da atividade laboral que ocorre o processo da inserção social, afinal, trabalho corresponde a uma forma de relação na qual os pares se encontram e desempenham seus enredos, deixando no mundo suas marcas, não sendo mais invisíveis e passando a ser reconhecidos como trabalhadores com capacidade de desempenhar atividades e funções empregatícias, tornando-se “doutores de si” (grifo nosso). Para Lima et al (2013, p. 49) “O trabalho também é uma possibilidade de inserção social, [...] deixando de ser apenas uma atividade para ser também uma forma de relação social”.

O Brasil aprova em 24 de julho de 1991 a Lei 8.231, a chamada Lei de Cotas que determina que as empresas públicas e privadas aceitem em seus quadros funcionais pessoas com deficiência. As empresas devem se preparar para receber esse profissional que anseia em conquistar os espaços mercadológicos. Para tanto a empresa deve criar infraestrutura necessária para recebê-los, além de preparar pessoas que possam servir como supervisores para ensinar e acompanhar as atividades a serem desempenhadas no espaço da instituição empresarial, principalmente, quando esse funcionário é uma pessoa com deficiência intelectual. Para Lima et al (2013, p. 50):

[...] as políticas que facilitam a entrada de PcD no mercado de trabalho centram-se em programas de educação e treinamento, além de vários incentivos para os empregadores contratarem essas pessoas. Além do ganho de incentivos, [...] a atitude de contratação das PcD pode gerar impacto nas organizações quanto ao nível de aceitação dessas pessoas, uma vez que diminui a distância social entre elas e os funcionários que não têm deficiência, possibilitando a quebra de julgamentos discriminatórios tradicionalmente atribuídos a esses indivíduos e fornecendo ferramentas necessárias para possibilitar o trabalho eficiente dessas pessoas, transformando eficiência em habilidade.

O termo PcD (Pessoa com Deficiência) é o termo utilizado nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho para pessoas que possuem limitações permanentes sejam físicas, sensoriais, mentais ou intelectuais. Foram criados vários outros termos como Portador de Necessidades Especiais (PNE) ou Pessoa Portadora de Deficiência (PPD), termos esses que não são mais usuais. O termo PcD usa a palavra “pessoa” antes de colocar a deficiência. A pessoa com deficiência deve ser tratada no mundo do trabalho como profissional não importando se atividade exercida seja faxineiro, entregadores de documentos dentro das repartições, porteiro, doméstico, capinadores dentre outras atividades que não representam o topo da ascensão social

e profissional, afinal, “uma sociedade para ser inclusiva, tem que acolher todos os indivíduos respeitando suas diferenças, particularidades e limitações” (SILVA PRAIS; SILVEIRA, 2014, p. 2551).

O uso da lei de cotas representou uma alternativa de reduzir preconceitos e discriminações tendo como norte a Constituição Federal que prega o princípio de igualdade em seus artigos, parágrafos e incisos. Silva, Prais e Silveira (2014) apontam que o objetivo dessa lei foi o de tentar colocar as pessoas com deficiência em situação mais favorável com menos desigualdades sociais.

Ser qualificado profissionalmente para adentrar ao mundo do trabalho ainda representa uma grande barreira para a pessoa com deficiência intelectual, por isto a Escola Diofanto está reformulando o seu Projeto Político Pedagógico, criando turmas de Educação de Jovens e Adultos com o objetivo de alfabetizar os discentes, preparando-os para a inserção no mundo do trabalho, além de criar parcerias com empresas privadas, SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas) e Ministério do Trabalho como forma de abrir possibilidades de empregabilidades para esses discentes que almejam por uma prática laboral que lhes permitam sentir-se integrados e reconhecidos socialmente. O trabalho representa para a pessoa com deficiência intelectual uma possibilidade de inserção e sentimento de pertencimento social.

A missão da escola é alfabetizar o discente dentro do tempo estipulado pelo artigo 59, inciso II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) para que ele seja alfabetizado tendo como certificação a inserção no mundo do trabalho através das parcerias da escola com os ramos comerciais do município de Manaus. “O educando receberá como certificação a carteira de trabalho para que ele possa dar prosseguimento nos aprendizados que foram ensinados na escola”, diz a atual gestora da Escola.

A visão da escola é buscar aprendizagem e valorizar o ser humano desenvolvendo suas habilidades e competências pautadas nos processos de aprendizagem de Paulo Freire, Vygotsky e Piaget. Conforme o Projeto Político Pedagógico da Escola Diofanto (2018, p. 14) “A escola [...] está comprometida com os processos de aprendizagem que busca desmistificar em Paulo Freire a leitura de mundo e de sociedade, tornando o aluno um ser ativo e capaz de lidar com os novos desafios impostos pela sociedade capitalista”.

A Escola Diofanto não tinha como objetivo central e missão pedagógica o processo da alfabetização associado ao mundo do trabalho, somente a partir da nova gestão se passou a pensar neste processo, tendo como norte, o trabalho como princípio educativo, não sendo possível separar o saber do fazer, pois, fazem parte da natureza. O trabalho como princípio educativo é inerente às ações humanas materiais e espirituais, o projeto da alfabetização passou

a ser o objetivo principal do estabelecimento de ensino. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 2) o princípio educativo do trabalho está atrelado aos atos humanos, pois:

O trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e “educativo”.

Alfabetizar se tornou meta e princípio fundamental dos objetivos da escola, mas as oficinas continuarão preparando a pessoa com deficiência intelectual para a inserção no universo do mundo do trabalho, por isso a necessidade de se criar parcerias com entidades comerciais que atendam e respeitem a Lei 8.231/91.

A Lei de Cotas 8.231/91 dispõe sobre os benefícios da previdência social que, segundo Freire (2015, p. 99):

A inserção dos deficientes no mercado de trabalho, no setor privado, foi devidamente assegurada após a sanção da Lei 8.213/91 (conhecida como Lei de Cotas) que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social. Na sua subseção “Da Habilitação e da Reabilitação Profissional”, são fornecidas as diretrizes referentes à adaptação e readaptação profissional do beneficiário incapacitado para o trabalho e também das pessoas com deficiência. De acordo com o art. 93, as empresas com mais de 100 empregados são obrigadas a destinar uma porcentagem de suas vagas a profissionais com deficiência. Essa porcentagem varia conforme o número de funcionários: até 200 empregados – 2%; de 201 a 500 – 3%; de 501 a 1.000 – 4%; e de 1.001 em diante – 5%. Fica estabelecido ainda que a dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado só poderá ocorrer após a contratação de substituto que possua condição semelhante.

O trabalho de pesquisa de Freire (2015) detalha que a Lei 8.213 não cumpriu seu papel de proteger o trabalhador com deficiência, pois nem todas as empresas cumprem as determinações estabelecidas. A contratação de pessoas com deficiência intelectual vem ocorrendo paulatinamente, algumas empresas cumprem seu papel criando condições de empregabilidade, mas a descrença na capacidade dessas pessoas ainda requer consciência, é necessário romper barreiras de discriminação. De acordo com Silva et al (2016, p. 65): “as pessoas com deficiência que têm a oportunidade de trabalhar sentem discriminação porque as empresas muitas vezes contratam apenas para cumprir a lei e, não, pela preocupação da inclusão social”.

As pesquisadoras Veltrone e Almeida (2010) relatam que o preconceito das empresas decorre da baixa escolaridade que a maioria das pessoas com deficiência intelectual apresenta. A Escola Diofanto diante desse entrave se compromete pedagogicamente a realizar um processo

de alfabetização, criando turmas de EJA's especiais cujo objetivo primordial será o de alfabetizar os discentes para que possam estar mais bem preparados para a inserção nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho. Veltrone e Almeida (2010) dizem que as oficinas pedagógicas, em sua maioria, não focam na aprendizagem dos estudantes, têm priorizado apenas na capacitação laboral dos educandos.

Segundo Veltrone e Almeida (2010, p. 87) a maioria dos funcionários com deficiência intelectual são até considerados bons trabalhadores, mas os empresários reclamam de seus rendimentos, pois é necessário que o mundo empresarial tenha conhecimento sobre a síndrome e atitudes comportamentais de seus funcionários, preparando uma pessoa que possa supervisioná-los e direcioná-los, permitindo que eles desempenhem suas atividades com satisfação. “As empresa estão tentando se adequar à inclusão social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.”

O estudo de Pistrak (2018) descreve profissões simples que podem ser exercidas dentro de qualquer estabelecimento comercial como varredores, entregadores de documentos, porteiros, digitadores, lavadores de louças, enfim atividades menores e simples que não deixam de ser trabalho, levando a pessoa com deficiência intelectual a se sentir pertencente à sociedade na qual estão inseridos.

O mundo do trabalho deve ver a pessoa com deficiência intelectual com respeito e acreditar em suas potencialidades, habilidades e capacidades de aprendizados, pois a inserção e inclusão social se faz necessária para o desenvolvimento de toda e qualquer sociedade que clama por justiça e equanimidade.

A educação inclusiva possibilitou e garantiu à pessoa com deficiência o direito a uma educação formal. Segundo Santos (2012, p. 937), o estudante com deficiência intelectual apresenta estrutura cognitiva que permite o processo de ensino e aprendizagem. “Uma limitação seja ela estrutural ou funcional, não elimina a possibilidade de aprendizagem e de adaptação ao meio”, afinal para as potencialidades humanas não existem fatores acabados e determinantes de incapacidades.

2.5 Só sei que foi assim que tudo ocorreu: a deficiência intelectual e a história da Escola Diofanto

A Escola Estadual Diofanto Vieira Monteiro foi criada pelo Decreto Nº 6.333 de 13 de maio de 1982 sob o comando do Governador José Lindoso, tendo como Secretário de Educação o Sr. Aldo Gomes da Costa. De acordo com o Decreto o objetivo da criação da Escola foi o de

“reabilita o excepcional deficiente mental educável, de acordo com as potencialidades, possibilitando habilitações profissionais no mercado de trabalho” (BRASIL, 1982, p. 2). O Decreto foi assinado na década dos anos 80 do século XX, a nomenclatura usada na época era “deficiência mental educável”.

O nome da escola fora em homenagem ao professor catedrático Diofanto Vieira Monteiro que nasceu em 1º de dezembro de 1921 no município de Manacapuru, por sua dedicação de vinte e nove anos ao magistério da rede pública de ensino. “Considerando que, por seus nobres exemplos na função magisterial que sempre honrou, lhe foi outorgada a Medalha do Mérito Educacional.” (BRASIL, 1982, p. 2)

Diofanto Vieira Monteiro foi professor de Matemática, exerceu a função de Gestor na Escola Estelita Tapajós e da Fundação Educacional do Amazonas. Encerrou sua carreira de magistério em 1975 como Diretor da antiga Escola Benjamin Constant. Fazendo um paralelo histórico com a antiguidade temos em Alexandria também um catedrático da matemática por nome de Diofanto, que foi um grande matemático grego considerado o pai da álgebra.

A escola atende a uma clientela específica: alunos com deficiência intelectual com ou sem comorbidades, ou seja, a deficiência intelectual acompanhada de outros transtornos como autismo, esquizofrenia, deficiências múltiplas. São alunos com faixa etária a partir de 15 anos de idade. Constam alunos matriculados já considerados com idade avançada com mais de 60 anos. O atendimento ao discente com deficiência intelectual no ano corrente de 2019 está dividido em oficinas pedagógicas e salas de convivência.

A instituição escolar foi inicialmente implantada tendo como objetivo o trabalho em oficinas pedagógicas, visto que as pessoas acometidas de deficiência mental e intelectual que não conseguiram ascender pedagogicamente por não estarem alfabetizadas são matriculadas em oficinas nas quais podem desenvolver uma atividade laboral com possibilidades de ascensão ao mundo do trabalho. As atividades laborais desenvolvidas aproximavam-se de práticas sociais consideradas simples como os autosserviços coletivos citados por Pistrak (2018).

Aprender atividades manuais como pinturas, culinária, vassouraria, corte e costura, serviços de limpeza, customização em roupas, materiais em vidros e cerâmicas entre outras atividades que atendessem aos anseios de realizar uma prática social laboral que os fizessem se sentir como pessoas que pertencem e podem contribuir com seus trabalhos na sociedade ao qual estão inseridos. “O trabalho é parte da relação da escola com a atualidade, e nesta base o trabalho educativo e o de ensino desenvolvem-se como um todo único, inseparável.” (PISTRAK, 2018, p. 68).

O estudo de Freire (2017, p. 126) diz que a Escola foi criada para atender alunos que apresentavam limitações quanto à deficiência e não existindo possibilidades de serem integrados em outras instituições profissionalizantes. “Por isso, para atender esses alunos, a escola não trabalha com níveis de ensino, a escolarização se dá através de atividades pedagógicas desenvolvidas em oficinas, como a Oficina de Artesanato e Customização.”

A escola atualmente mudou seu Projeto Político Pedagógico procurando trabalhar com o processo de alfabetização, pois, o ato de criação do estabelecimento consta como escola que atende à educação básica do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e não simplesmente como Oficina Pedagógica que visa unicamente ao desenvolvimento de atividades laborais.

O mercado e o mundo do trabalho capitalista atual exigem que pessoas sejam minimamente alfabetizadas, pois, o século XXI é considerado o século das inovações tecnológicas e toda pessoa que queira e precise adentrar ao universo mercadológico deve estar alfabetizada para ler instruções de máquinas cada vez mais sofisticadas.

A gestora atual da Escola Diofanto traz como proposta pedagógica para o ano letivo de 2020, trabalhar o processo da alfabetização, afinal, pessoa com deficiência intelectual apresenta possibilidade de aprendizagem, alguns aprendem de forma lenta, outras têm dificuldade de reter e assimilar informações, mas mesmo apresentando problemas neurológicos existem possibilidades de aprendizagens. A escola fez um levantamento pedagógico com toda sua clientela separando em níveis de alfabetização se utilizando de metodologias pedagógicas de Emília Ferreiro e Ana Terebosky e a partir disso criar no ano letivo de 2020 salas de EJA's (Educação de Jovens e Adultos).

A EJA apresenta como proposta metodológica de acordo com o grande educador Paulo Freire que é oportunizar aos que foram excluídos dos bancos escolares e se encontram fora da faixa etária uma educação libertária. As pesquisas de Paulo Freire (2019) descrevem que o sentido da educação deveria ter como meta a plena realização do ser humano em todas as suas vertentes físicas, emocionais e espirituais, preparando-os para a vida para que se tornem autônomos e possuidores de uma liberdade de consciência. O autor Nascimento (2013, p. 15) relata que Paulo Freire vê a educação como “preparação para a vida, com formação de valores, atrelados a uma proposta política de uma pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária”.

Os autores Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 4) abordam a temática do trabalho como ação consciente pelo qual o homem transforma a natureza e a si mesmo. O sentido do trabalho não é apenas o da remuneração, do emprego, do status social, ele é uma atividade pela qual “o

ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa. O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história.”

O estudo de Jannuzzi (1991, p. 52) confirma que o trabalho das oficinas pedagógicas é necessário para que a pessoa com deficiência intelectual possa ser integrada ao mundo do trabalho, mostrando para a sociedade que o “deficiente mental” (termo usado pela autora) pode desempenhar funções simples consideradas pela sociedade e, exercendo “uma função necessária, será respeitado e ninguém o ridicularizará, pois que é parte da comunidade, trabalhando nela, mesmo que faça suas atividades mais lentamente e não aprenda todas as tarefas”.

Ler e fazer cálculos se tornou atividades importantes na sociedade em que estamos inseridos e, se a pessoa apresentar dificuldade de aprendizagens, certamente estará fadado a não galgar melhores trabalhos e muito menos salários. “Há competição para se entrar no mercado de trabalho em detrimento não só dos “deficientes”, mas também de parte considerável da população considerada ‘normal’” (JANUZZI, 1991, p. 53). Foi pensando nesta realidade que a Escola Diofanto mudou o objetivo da escola, além de ensinar atividades laborais para que seus educandos possam ser inseridos no mundo do trabalho através das oficinas, a meta principal passou a ser alfabetizá-los para que assim, possam estar melhores preparados para adentrar nos espaços formais e não formais dos ramos comerciais do imenso mundo do trabalho.

É necessário revisar o papel da escola especial e a escolarização da pessoa com deficiência intelectual. Jannuzzi (1991, p. 61) vê a escolarização da pessoa com deficiência como algo que,

[...] é necessário primeiro rever a escolarização do “deficiente”, transformando a Escola Especial em lugar de saber sistematizado, através de teoria de aprendizagem adequada, concretizada em métodos e técnicas eficazes. Isto feito, a educação especial seria realmente uma mediação para o ensino comum, só permanecendo nela os que realmente, por razões da gravidade das síndromes, não pudessem participar do ensino comum, público, gratuito, obrigatório.

O trabalho de Jannuzzi (1991) mostra que os educandos que permanecem na educação especial podem ser aqueles que não conseguem alcançar o patamar da alfabetização devido às síndromes consideradas mais graves. A Escola Diofanto apresentou no ano letivo de 2019 discentes com deficiência intelectual de nível grave à profundo que foram “treinados pedagogicamente” (grifo nosso) para se tornarem autônomos nas atividades diárias. Existem aprendizados que são necessários para a manutenção da vida, como descrito por Pistrak (2018,

p. 72) chamados de “autosserviço pessoal”, “isto é o cuidado do corpo, dos dentes, do cabelo, vestimenta e roupa interior”.

As Salas de Convivência foram criadas para atender aos educandos acometidas de deficiência intelectual grave e profunda. Segundo a CID-10 (Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento) a categoria F72 (Retardo Mental Grave) o processo cognitivo da pessoa está fortemente comprometido indicando lesões significativas neurais. O código F73 (Retardo Mental Profundo) “os indivíduos afetados são gravemente limitados em sua capacidade de entender ou de agir de acordo com pedidos ou instruções” (CID-10, 2011, p. 225). O termo “retardo mental” ainda é usado pela CID-10 em vez de “pessoa com deficiência intelectual”. A Organização Mundial da Saúde irá lançar a nova CID-11 que pretende usar nomenclatura atualizada.

O trabalho da escola tem como objetivo desenvolver comportamento, induzindo o educando com deficiência intelectual grave e profunda a se tornar autônomo em atividades diárias como alimentar-se sozinho, cuidar de sua higiene pessoal, atender às ordens de comandos de seus instrutores (pais, docentes e entes familiares), enfim, o objetivo é tornar o aluno o mais independente possível para que possa desfrutar de uma melhor qualidade de vida.

Segundo Silva, Oliveira e Souza (2006) é necessário que a escola apresente infraestrutura condizente com as necessidades da pessoa com deficiência intelectual de nível grave a profundo e possa propiciar mudanças conceituais evitando estereótipos de incapacitação.

De acordo com Mazzotta (2008, p. 167) devemos nos atentar para o caso de estudantes que necessitam de atendimento diferenciado devido à severidade da síndrome acometida. “Não podemos nos esquecer de que há situações escolares que podem requerer significativas intervenções e recursos diferenciados, ou mesmo especializados para atender apropriadamente às necessidades educacionais de alguns alunos.” A escola Diofanto realiza atividades pedagógicas que incentivam e estimulam seus estudantes a desenvolver a autonomia, independência e segurança pessoal através das práticas da vida diária.

A educação para ser transformada deve passar pelo processo de humanização. A função primordial da escola é transmitir saberes necessários à formação humana de forma integral e, a Escola Diofanto atende a tais princípios aliando saber e fazer, trabalho manual e intelectual como pressupostos básicos para o desenvolvimento dos educandos.

2.5.1 Características dos estudantes com deficiência intelectual

As deficiências físicas, sensoriais e intelectuais apresentam características próprias. A pessoa com deficiência intelectual de acordo com a Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10 (2011) apresenta característica básica no comprometimento na área motora, cognitiva, da comunicação, cuidado com a higiene pessoal, habilidades sociais, no lazer e no trabalho.

Segundo as pesquisas de Malloy-Diniz et al (2016, p. 133) as aprendizagens estão ligadas às funções superiores do sistema nervoso central que correspondem à capacidade de compreensão da linguagem, aquisição de informações, a memória, percepção, pensamentos, raciocínio lógico que, permitem à inteligência humana realizar atividades como leituras, cálculos matemáticos, conceitualizações, movimentos corporais. “A definição da deficiência intelectual engloba, portanto, dois componentes básicos principais: a inteligência e a adaptação.”

A característica significativa da deficiência intelectual segundo Santos (2012, p. 938) é o prejuízo cognitivo que apresenta funcionamento intelectual inferior à média do coeficiente intelectual e que se manifesta antes dos dezoito anos de idade e deve apresentar,

[...] limitações significativas das competências práticas, sociais e emocionais, além de limitações adaptativas em pelos menos duas das seguintes habilidades: comunicação, autocuidado, vida no lar, interação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunicação, autodeterminação, funções acadêmicas, lazer e trabalho. Outro critério para sua identificação é a manifestação antes dos 18 anos de idade. A deficiência intelectual não significa, necessariamente, uma incapacidade, já que esta se refere à impossibilidade, mesmo momentânea de atuação específica. [...] Por exemplo, para a atividade de gerência em determinada empresa, uma pessoa cadeirante tem condição de executar suas tarefas laborais, diferentemente de uma pessoa depressiva que sequer consegue sair de casa e, assim, encontra-se incapaz. Como evidenciado no exemplo, em deficiência intelectual não se considera a pessoa como incapaz, pois, de pessoa para pessoa, as limitações podem variar quanto à forma e ao grau de comprometimento [...]; nesse mesmo sentido, as possibilidades de adaptação e aprendizagem não são extremadas, mas justificadas pela peculiaridade de cada sujeito.

Salienta-se ainda que, a deficiência intelectual não é considerada um transtorno psiquiátrico ou doença mental e sim, apresenta fatores que prejudicam as funções cognitivas e consequentemente as executivas. As funções executivas são definidas por Malloy-Diniz et al (2016, p. 255) como um conjunto de habilidades que permitem ao sujeito planejar e resolver problemas usando a lógica emocional. As funções executivas representam “um conjunto de habilidades que permitem ao indivíduo direcionar comportamentos para alcançar metas,

resolver problemas imediatos, alternar comportamentos ou pensamentos de acordo com a exigência ambiental e inibir comportamentos inadequados”.

É importante esclarecer os aspectos gerais da pessoa com deficiência intelectual, pois, apresenta potencialidades e habilidades para adentrar nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho, sendo o trabalho inerente às ações humanas, há necessidade de uma prática laboral que leve essas pessoas a se sentirem pertencentes e aceitos socialmente em uma sociedade que prima pela inclusão social.

A escola Diofanto prepara o estudante para adentrar ao mundo do trabalho e para tanto, precisa alfabetizá-los, criando estratégias pedagógicas de ensino que possibilitem aprendizagens para que os estudantes possam almejar determinadas atividades laborais nos ramos comerciais do universo do mercado de trabalho do mundo capitalista.

A famosa receita de bolo como estratégia de ensino para preparar o estudante com deficiência intelectual para o mundo do trabalho não existe, mas podemos elencar conteúdos importantes que poderão auxiliar os profissionais de ensino no trabalho da inserção da pessoa com deficiência intelectual.

2.5.2 Preparação para o mundo do trabalho: estratégias pedagógicas

A Escola Diofanto se utiliza de estratégias de ensino que preparam o estudante para ser inserido ao mundo do trabalho procurando sempre focar e priorizar os objetivos que foram propostos no Projeto Político Pedagógico, partindo dos contextos sociais no qual estão inseridos os discentes.

O professor deve orientar e estimular a participação espontânea de seus alunos, apoiando-os em suas escolhas e decisões. Estanislau e Bressan (2014, p. 53) dizem que,

Uma estratégia básica é a sistematização das práticas e das atividades expositivas, preferencialmente orientadas por material didático. Essas intervenções devem ser implementadas da maneira mais interativa possível (dramatizações ou aplicações de técnicas de *coaching* são boas alternativas), com temas pertinentes e contextualizados adequados ao estágio de desenvolvimento e à cultura dos alunos.

As aprendizagens devem apresentar conteúdos significativos, partindo de conhecimentos próprios dos educandos e a partir daí desenvolvem-se novos aprendizados, sempre respeitando os limites, explorando as habilidades e potencialidades. A aprendizagem significativa foi desenvolvida pelo psicólogo David Ausubel que, segundo Neto (2006, p. 118) esse tipo de aprendizagem possibilita relacionar o material estudado em sala de aula com as

vivências dos educandos de forma relevante potencializando o processo cognitivo, “não haverá aprendizagem significativa, se houver o propósito de memorizar *ipsis litteris* e arbitrariamente as partes componentes desse material, em vez de se procurar aprendê-lo significativamente”.

Na escola, as aprendizagens vão além do processo da alfabetização. Nas oficinas pedagógicas o aluno aprende a desenvolver uma atividade laboral como pintura em tela, customização, corte e costura, culinária, vassouraria, entre outras, mas também é ensinado como o estudante deve se comportar e como se orientar no ambiente de trabalho.

Os aprendizados devem sempre partir de dados concretos e situações formais para posteriormente trabalharem as abstrações conceituais. Ensinar o discente a se comportar no ambiente de trabalho de acordo com a atividade a ser exercida como atendimento e recepção de pessoas, entrega de documentos, trabalho de limpeza entre outros, o estudante deverá ser treinado a desempenhar tais funções, podendo o professor aplicar estratégias pedagógicas como a dramatização teatral.

Os profissionais de ensino que trabalham com pessoa com deficiência intelectual devem sempre atentar para a maturidade do discente. Ensinar e explicar sobre como se locomover, não correr, ser polido, usar as palavras corretas para atender as pessoas no ambiente de trabalho, atender telefone, aprender a utilizar o transporte público e privado (transporte por aplicativos), ler as informações das paradas, das placas, dos rótulos, saber ler e ver as horas, entender o valor monetário da moeda real, passar troco, fazer compras, saber utilizar os utensílios domésticos, ter higiene pessoal.

Os autores Estanislau e Bressan (2014) descrevem que o professor poderá ofertar atividades pedagógicas que se relacionem com as experiências imediatas vivenciadas nos contextos sociais dos estudantes, a respeito de assuntos ligados a vida doméstica e comunidade onde estão localizadas suas moradias. Os autores citam o exemplo das aulas de história e geografia que ao invés de repassar conteúdos sobre civilizações antigas, o professor poderá direcionar para a historiografia de suas próprias cidades e comunidades onde residem. Os educandos com deficiência intelectual podem aprender e estudar sobre assuntos específicos direcionados ao ambiente do trabalho, sendo treinado e desenvolvendo as habilidades sociais que serão necessárias no emprego almejado.

São atitudes que precisam ser trabalhadas para que o educando adquira confiança em si, autonomia e possa aprender uma atividade laboral nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho, sendo assim, Estanislau e Bressan (2014) relatam que o professor deve, principalmente, acreditar nas potencialidades e habilidades de seus discentes.

O trabalho de Sasaki (1997) apresenta sugestões aos profissionais de ensino como adaptar e melhorar o comportamento da pessoa com deficiência: sempre trabalhar em grupo, incentivando o companheirismo, usar roda de conversa quando contar histórias, solicitando dos discentes seus pontos de vistas, o que entenderam, levando-os ao entendimento de conteúdos abstratos. Estimular o desenvolvimento das habilidades interpessoais, ensinando-os a pedir informações e ajuda se necessário, caso esqueçam-se das atividades exercidas, procurar sempre se informar com o supervisor da empresa como faz João Pedro quando esquece o que tem que fazer, pede ajuda do supervisor responsável na empresa onde trabalha. Utilizar recursos tecnológicos como auxiliares nas aprendizagens, incentivando os estudantes a fazerem pesquisas que possam melhorar seus desempenhos profissionais nos trabalhos aprendidos nas oficinas, como fazem as professoras das oficinas de vassouraria, pintura e customização, que se utilizam da ferramenta da internet, assistem aos vídeos e trabalham vários conceitos como cor, textura, perspectivas, espessura, palavras soltas etc., trabalham tanto a parte pedagógica como a prática dos trabalhos manuais da oficina.

As autoras Redig e Glat (2017) também abordam sugestões para as escolas como realização de visitas em ambientes profissionais, pontuadas como atividade extraclasse, possibilitando assim, aos estudantes conhecimentos real sobre a inserção no mundo do trabalho, além de treinos nos recursos da informática.

3 O SENTIDO ONTOLÓGICO DO TRABALHO E SUAS CATEGORIAS

O nascer humano é repleto de experiências de vidas e aprendizagens que nos levaram a caminhos de grandes descobertas, conhecimentos e saberes que nos possibilitaram crescer como espécie. Ao imaginarmos os seres primitivos sem o conforto e descobertas científicas nos deparamos com uma mente que evoluiu a passos gigantescos de vitórias e conquistas fenomenais. Mas, para toda conquista e aprendizado o fazer e o saber são necessários, são intrínsecos ao ato humano.

Para o autor Knapp (2004) na infância ao iniciarmos o processo do aprender nos utilizamos de dois sentidos primordiais: a visão e audição. Entre o ver e ouvir criamos nossas crenças de vidas que irão repercutir ao longo de nossa existência. E, foi vendo, ouvindo, convivendo em comunidade e observando animais que o homem construiu sua existência e essência. Do trabalho de suas mãos e de seu suor produziram artes, produziram vidas. O homem se fez arte por meio do trabalho, criando instrumentos que o possibilitaram diferenciar-se dos animais, para ir além de meros construtores eficientes como são as espécies animais, o homem deu o que Chardin chama de “salto qualitativo” (SILVA, 1999) e Lukács de “Salto Ontológico” (BORGES, 2017), saltos estes que o distanciaram dos animais. Salto gigante para um ser pequeno se comparado à eficiência e destreza das outras espécies animais. Para Libório (2011, p. 237) esse salto “é prodigioso, que deve valer na história da terra [...]. É um novo mundo interior, o mundo do universo pensado, que se abre”. O ato humano é sempre carregado de intencionalidade, nunca é puro instinto, é criador e transformador.

O conceito trabalho é regido por diversas categorias: trabalho sobrevivência, sofrimento, adoecimento, labuta e tortura, além desses sentidos têm-se outras vertentes: trabalho como princípio educativo, formação humana integral e pertencimento social, todas essas categorias fazem parte da obra humana.

3.1 Categoria: trabalho como princípio educativo

O homem transforma tudo o que está a sua volta e o trabalho é a base fundamental que ele utiliza para realizar essa transformação. O ser humano, diferentemente dos animais, produz sua própria existência através do fruto do seu suor. O trabalho é ação conduzida por uma finalidade intencional é o que nos diferencia dos outros seres vivos do planeta Terra. Segundo o estudo de Aranha e Martins (2005, p. 5) é pelo trabalho que o homem transforma a natureza e a si, “o homem se autoproduz” como ser histórico e social, que “[...] trabalha e produz

o mundo e a si mesmo”. A atividade laboral é intrínseca ao ato humano é pelo trabalho que o homem constrói sua existência e essência. As práticas laborais trazem o sentimento de pertencimento social e necessidade de autorrealização. Por autorrealização devemos entender a realização das próprias capacidades e habilidades.

Na concepção de Aranha e Martins (2005, p. 9) a categoria trabalho é apresentada em duas visões: a histórica e filosófica. Enquanto visão histórica “a concepção trabalho sempre esteve predominantemente ligada a uma visão negativa” do trabalho labuta e sofrimento. Cordão e Moraes (2017, p. 143) descrevem que a visão histórica do trabalho dentro da educação profissional começou “como o patinho feio dos contos de fadas”, em que se diferenciava a educação para o povo e outra para a elite, apenas os ricos tinham o merecimento de receber uma educação culta e privilegiada, pois as atividades laborais não necessitavam de educação profissional ou formal, pois:

A educação profissional herdou por aqui o estigma negativo do trabalho braçal e pesado que a religiosidade praticamente hegemônica também associava ao sofrimento decorrente da perda do direito ao paraíso, como condenação pelo pecado original. Esse castigo divino foi muitas vezes associado ao próprio trabalho, ligando-o a uma espécie de tortura física.

O trabalho, exploração do homem pelo homem, sofrimento, labuta, tortura. Etimologicamente o termo trabalho “vem do latim *tripaliare*, do substantivo *tripalium*, que era um aparelho de tortura formado por três paus, ao qual eram atados os condenados [...]” (ARANHA; MARTINS, 2005, p. 9). O sistema capitalista corroborou com as crenças do trabalho como labuta, sobrevivência e sofrimento.

A visão do trabalho como usurpação da condição humana permitiu crenças e paradigmas. A sociedade, ao ser dividida entre dominadores e dominados em um sistema de classes sociais se sustentou em ideologias, alienando o trabalho de sua produção histórica e social, tirando do trabalhador o direito e o poder da criação e construção de seus saberes, não sendo mais permitida a formação integral do saber-fazer, uma vez que o fazer e o saber devem ser inseparáveis.

A posição filosófica repassada por Aranha e Martins (2005, p. 9) descreve que, o trabalho é ato de humanização. “Isso significa que, pelo trabalho, o homem se autoproduz: desenvolve habilidades e imaginação; aprende a conhecer as forças da natureza e a desafiá-las; conhece as próprias forças e limitações; relaciona-se com os companheiros e vive os afetos de toda relação”. De acordo com Borges (2017, p. 2) homens e natureza constroem relações para

garantir sua sobrevivência, “passa a construir formas dessa interação que permitem transformações cruciais a ponto de alcançar a consciência”.

O trabalho é inerente ao humano, portanto é princípio educativo fundamental para o desenvolvimento da espécie humana, e como princípio educativo é primordial uma formação humana integral alicerçando saber e fazer, pensar e construir, ideia e concretização da ideia, não se separando o trabalho manual do intelectual. Segundo Barato (2008) não existe obra sem o pensador e o construtor.

Segundo Borges (2017, p. 5) “educar é humanizar”, o homem ao se afastar de atividades consideradas instintivas e de sobrevivência, passou a produzir seus instrumentos de trabalho, transformando o ambiente vivido, se distinguindo dos animais, tornando-se simplesmente humano, interagindo com os seus, dominando seu ambiente num movimento dialético de construção e desconstrução. “Esse aparente contraditório é o movimento dialético e multideterminado que define o ser social”.

Os humanos são seres sociais, característica, inclusive, observada em algumas espécies de animais, mas diferentemente destes, o ser humano não nasceu para viver sozinho, ele convive, “não há seres singulares (homens e mulheres) isolados” (BORGES, 2017, p. 6). A sociedade somente existe em relações sejam interpessoais, socializadoras ou integradoras, o ser do homem é social.

Os autores Frigotto e Araújo (2015, p. 77) dizem que a articulação entre o ensino e o trabalho deve se dar de forma completa, ou seja, educação omnilateral, termo usado por Marx quando se referia a educação que alia o saber intelectual ao manual, não se separando a ideia e a criação do instrumento de trabalho que as produziram.

A articulação entre trabalho e ensino deve servir para formar homens omnilaterais, ou seja, promover e desenvolver amplas capacidades humanas, intelectuais e práticas. Assim, o trabalho coloca-se como princípio educativo somente quando compreendido na perspectiva da revolução social. Compreendê-lo, apenas, na sua perspectiva pedagógica, seria, portanto, um equívoco.

O trabalho é imanência, sendo intrínseco como ação primordial de desenvolvimento e aprendizagem, aprofunda as relações interpessoais, interferindo no comportamento individual das pessoas, tornando-as mais conscientes de seus atos e reflexões, produzindo uma autoestima que implicará diretamente no comportamento humano trazendo saúde e, principalmente, qualidade de vida. O trabalho como princípio educativo tanto ensina, educa como transforma vidas.

3.2 Categoria: formação humana integral

Homens e animais são constituídos dos mesmos fatores biológicos, possuem órgãos vitais que dão pulsão a vida. Todas as espécies são constituídas de um cérebro especificadamente diferenciadas, afinal cada espécie dentro do reino animal apresenta comportamento e organismo diversificado.

Os animais estão abaixo na escala de desenvolvimento. Estes são capazes de defender a si e seus territórios e lógico, suas propriedades (fêmeas e comida para a sobrevivência), são dotados de uma estrutura física que garante a eles sobreviverem ao mundo hostil que os rodeia. O pensador Karl Marx deve ter observado longamente a vida de algumas espécies, além das leituras de Darwin sobre a evolução para ter chegado à conclusão de que mesmo o trabalho mais perfeito de uma abelha, ou a construção de uma teia de aranha, não é nada quando comparado ao ato humano. Afinal, o trabalho desses insetos e de outros animais como castores, tamanduás, pássaros, cupins entre outros são apenas reproduções instintivas, não há intencionalidade, não existe atividade consciente. Mesmos os animais que apresentam organização social como leões, elefantes, chimpanzés e outros, não são produtores de intencionalidades.

A intencionalidade é inerente e intrínseca aos atos humanos como afirmam Foinkinos e Luz (2017, p. 4):

A diferença entre o homem e os demais animais consiste em que estes garantem sua sobrevivência, condicionados pelas leis biológicas inerentes a cada espécie, numa relação imediata com as leis da natureza do ambiente natural em que vivem, por isso não transformam a natureza, ao contrário do homem. Entretanto, como espécie específica do reino animal os homens se encontram submetidos às determinações biofisiológicas, mas sua história é determinada pelas relações sociais que se manifestam de diferentes formas por meio da realização do trabalho.

Assim como os animais, os humanos também socializam, embora essas relações sejam distintas, pois o ato social humano é compartilhador de aprendizados, experimentações e vivências únicas e singulares.

Segundo Borges (2017, p. 102) embora a constituição do planeta em que vivemos seja repleta de vida biológica orgânica e inorgânica, mesmo “sobre essa base natural, ergueu-se o mundo humano e, a partir dessa mesma natureza, inclui-se o homem como ser natural, como animal”. Portanto, ao interagir com esse mundo orgânico e inorgânico ele o transforma, fazendo com que a natureza incompreendida se torne controlada por seus atos carregados de intencionalidades.

Diferenciando-se desse mundo, o homem se transforma por meio de suas culturas, leis e crenças que não são mais determinadas pelo meio natural, mas controladas pelas ações humanizadas. O trabalho de Borges (2017, p. 102) diz que “assim como todos os seres vivos, em particular os animais, interagem com a natureza para garantir sua sobrevivência, o homem, como um desses, passa a construir formas dessa interação que permitem transformações cruciais a ponto de alcançar a consciência”.

O homem como ser ontológico é definido pelo trabalho, ato intencional carregado de consciência. Barato (2008) afirma que o sentido da vida se dá pelas ações do trabalho. Atividades simples como produzir instrumentos para sua alimentação, plantar e cultivar, construir suas moradias, lavar, passar, limpar, estudar e muitas atividades e ações não consideradas trabalhos são, no entanto, carregados de suor, força e criação.

De acordo Barato (2008, p. 5) ao separarmos o ato do fazer concreto do saber e da ideia, do ato intencional manifestado de consciência, “nossa linguagem comum consagra a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual”. Não existe o fazer sem o saber, trabalho manual e intelectual, criador e criação caminham juntas como ato único pertencente ao ser que é capaz de mudanças não somente de seu ambiente, mas de sua própria existência. O ser humano ao mudar o ambiente que se encontra inserido acaba transformando tudo o que está a sua volta. O fenômeno trabalho é inerente ao ser humano, construindo sua própria existência,

O *homo habilis* aprendeu a usar instrumentos que o capacitou a intervir no mundo, criando novos saberes e também desenvolvendo novas capacitações, tomando consciência de sua própria existência não mais como ato mágico e sim, desenvolvendo processos cognitivos que o levaram e o levarão a descobertas que o libertaram e o escravizaram, pois, as relações humanas vieram acompanhadas de poder e dominação. Os instrumentos libertaram e aprisionaram a raça humana com o advento das relações capitalistas de produção.

A necessidade de produzir por meio do trabalho a própria existência gerou a necessidade de conhecimento, de dominar não apenas o fazer, mas principalmente o saber fazer. Portanto, o sentido humano é pensando como integral, aliando conhecimento e técnica. Assim, obteremos como resultado a formação humana integral (Moura, Filho e Silva 2015, p. 1059). “É a necessidade vital de produzir a própria existência por meio do trabalho o determinante para que os seres humanos dominem os conhecimentos e as práticas sociais necessários a essa produção, ou seja, é preciso que sejam formados.” Para os autores a formação humana é produto intrínseco às relações humanas, sendo a escola um espaço oficializado onde também as relações são imanentes, tornando-se como ato permanente em todas as suas ações e reflexões.

3.2.1 A Escola Diofanto e o sentido da formação humana integral

Historicamente sabe-se que ao surgir a propriedade privada, o conhecimento também se tornou propriedade de uns em detrimento de outros. A escola surge como necessidade de manutenção de poder no processo do domínio do conhecimento por parte de uma camada social que passa a ser detentora dos instrumentos e do saber enquanto conhecimento que visa à produção mercantilista.

De acordo com Moura, Filho e Silva (2015, p. 1059) sobre a necessidade de uma formação humana integral, “a questão é complexa, pois o problema da formação humana integral não nasce e nem se encerra no sistema educacional”. A necessidade de sobrevivência levou o homem ao trabalho e, conseqüentemente, a construir conhecimentos como forma de dar continuidade a suas práticas produtivas e sociais.

A escola surge como manutenção de saberes que devem ser institucionalizados por uma camada social dominante que necessita se apropriar do “como saber fazer”, usurpando da classe trabalhadora que historicamente detinha os conhecimentos e instrumentalizações para fazer o produto, usando de sua força física e o melhor da atividade cerebral como as funções executivas.

Segundo as pesquisas de Malloy-Diniz et al (2016), nas funções executivas são acionadas o sentido do planejamento e habilidades cognitivas como subsídios para a criação da ideia e a efetivação do produto final, transformando em arte, seja na fabricação de utensílios e instrumentos pessoais, vestuário para se proteger das intempéries da natureza, cultivo da terra para produzir alimentos, domesticação de animais, construção de artefatos para sua comodidade e embelezamento como as artes plásticas, mas a partir do sistema capitalista o trabalhador se torna alienado de sua criação e produção. Para Aranha e Martins (2005, p. 11) o trabalhador ao perder o direito e o poder sobre os instrumentos de trabalho, a criação e produção de seu saber-fazer deixa de existir, ele é transformado em mero reproduzidor de ações sem sentido. “O objeto produzido pelo trabalho surge como um ser estranho ao produtor, não mais lhe pertencendo: trata-se do fenômeno da alienação.”

O papel da escola como processo de doutrinação, reproduzindo relações autoritárias de dominância social acentua a dicotomia entre trabalho manual e intelectual, separando a teoria da prática, tornando o trabalho sem sentido e estéril. Para Aranha e Martins (2005) a escola passa a reproduzir relações capitalistas de produção, privilegiando a classe dominante, detentora dos meios de produção, tornando o trabalhador alheio a seus direitos e potencialidades.

Os autores Moura, Filho e Silva (2015, p. 1059) descrevem que em um primeiro momento a escola não surge com o sentido de “escola para todos” como prega nossos dirigentes brasileiros como sendo uma necessidade para a construção de saberes e aprendizados, mas simplesmente como “inessencial, um luxo e não uma necessidade primária”, afinal,

A formação é produto das relações sociais e de produção, e a escola, espaço institucionalizado onde também existe parte dela, é fruto de tais relações. Dessa forma, não foi essencial, inicialmente, mas um luxo, porque foi concebida para atender aos interesses de uma determinada classe, a dos dirigentes. Por ter em sua gênese esse corte de classe e não da totalidade social, a escola tende a descolar-se da sociedade, ao mesmo tempo em que reflete suas contradições. Na atual fase de desenvolvimento das forças produtivas, ancoradas na ciência, na técnica e na tecnologia, sob o domínio do sistema capital, a escola vem tornando-se “essencial” à sociabilidade humana.

A escola surge como necessidade de uma classe dominante que precisa se instrumentalizar e se apoderar do conhecimento do outro, tomando para si seus aprendizados e saberes. A instituição escolar surge como necessidade de uma sociedade classista que cria um sistema educacional que “separe trabalho intelectual e trabalho manual, trabalho simples e trabalho complexo, cultura geral e cultura técnica, ou seja, uma escola que forma seres humanos unilaterais, mutilados, tanto das classes dirigentes como das subalternas” (MOURA; FILHO; SILVA, 2015, p. 1059).

Se a escola emerge como necessidade de uma classe dirigente e dominante, como então construir uma escola que atenda o princípio da formação humana integral tendo o trabalho como princípio educativo para a classe trabalhadora? De acordo com o estudo de Silva e Palhano (2005, p. 3) devemos compreender que a educação se liga a todas as vertentes humanas sejam educacionais, culturais, afetivas, estéticas, físicas ou biológicas, em todas as dimensões do conhecimento há “formação omnilateral, voltada para o desenvolvimento e emancipação do sujeito”.

O sentido da omnilateralidade integra o sentido do ter e do ser, não se separa o fazer do saber. Segundo Sousa (2012), embora Marx não tenha realizado estudos sobre o processo da educação, este pregava o direito a uma formação integral tendo o trabalho como princípio educativo.

O trabalho faz parte do sentido da vida. O ser humano em seu processo de desenvolvimento está intrinsecamente relacionado com a dinâmica do trabalho. Afinal no processo do desenvolvimento humano além dos fatores biológicos e sociais estão as aprendizagens tendo o princípio educativo do trabalho como fator cultural primordial e inerente ao desenvolvimento de toda e qualquer sociedade humana.

Segundo Ribeiro (2009, p. 50) quando falamos em trabalho como princípio educativo nos referimos a algo como ação intencional que vem acompanhado de objetivos de transmitir e repassar os conhecimentos adquiridos e apreendidos surgidos no intrincado mundo das relações sociais. Embora o trabalho seja visto como categoria positiva existe a contrapartida: o trabalho como sinônimo de sofrimento e sobrevivência e, deixando de lado a visão filosófica do trabalho como algo que é inerente ao ser, que faz parte intrinsecamente de suas relações o trabalho “pode ser emancipador, mas pode também ser um instrumento que submete e até mesmo escraviza o ser humano”, ou seja, prazer e satisfação para uns, desconforto e sofrimento para outros. O trabalho se transforma em economia de mercado, tornando o homem escravo de ações capitalistas, desvalorizando o adquirido e aprendido, tornando as atividades laborais em atos sem sentido, destituindo o trabalhador de seu fazer e pensar.

De acordo com Fernandes (2017, p. 26), a força de trabalho do trabalhador está aprisionada ao poder do sistema capitalista. “A força, o suor, o saber do trabalhador se tornam poderes aprisionados”. A autora cita Foucault (1979) que analisa o comportamento humano por meio de estruturas de poder determinadas pelo capitalismo, afinal, toda relação social se configura em uma vertente dialética, os dominantes demandando controle e poder sobre os dominados, que possuem apenas suas forças e manejos de trabalho, sendo estes desacreditados e despossuídos de poder, o que torna a sociedade adoecida e fragmentada. Os desfavorecidos não mais se percebem como pessoas autônomas, competentes e habilitadas, não se sentem capazes de administrar suas próprias vidas. Veem-se como seres incompetentes, que necessitam do dominante para guiá-los e mantê-los vivos.

O estudo de Foucault (1979, p. 170) relata sobre o que ele chama de “saber dominado”, saberes que são ideologicamente suplantados por uma classe dominante ávida por massificar e desqualificar. É a tomada do saber, daquele que produz, lhe é tirado o poder do conhecimento, pois, o mundo capitalista se apropriou do saber que pertencia ao trabalhador e toma para si, restando ao que perdeu apenas a mais valia. Segundo Aranha e Martins (2005, p. 213) a exploração do trabalho é reproduzida por um fenômeno denominado pelo pensador Karl Marx de “mais-valia”, ou seja, é o “valor que o operário cria além do valor de sua força de trabalho, e que é apropriado pelo capitalista”.

A partir dos conceitos de mais-valia e alienação, Aranha e Martins (2005) afirmam que Marx apresentou a verdadeira face do sistema capitalista, a exploração da classe trabalhadora transformando o sistema educacional em um meio de massificar e controlar as classes subalternas. A escola passa a reproduzir as relações autoritárias demandadas pela luta de classes. Aranha e Martins (2005, p. 41) salientam que “[...], o próprio funcionamento da escola

repete a estrutura hierarquizada, reproduzindo muitas vezes as relações autoritárias existentes fora dela”.

Quando se pensa em formação humana integral não tem nada a ver com uma educação que privilegia uns em detrimento de outros. Em uma escola dividida entre trabalhadores e capitalistas. Souza (2012, p. 15) relata que Marx escreveu extensamente sobre o desenvolvimento das relações de produção tendo o sistema capitalista como principal estudo investigativo, porém, não escreveu ou mesmo formulou conceitos sobre a educação, no entanto, ele enfatizou a importância do processo escolar na vida dos trabalhadores. “Dessa forma, a educação encontra-se engendrada em sua obra, concebida como ponto de articulação das relações socioeconômicas, na perspectiva de superação das relações estranhadas.”

Ao falarmos em formação humana integral tendo o trabalho como princípio educativo, na realidade estamos explanando exatamente sobre o quê? Existe uma escola voltada para a formação integral dos educandos? O princípio educativo realmente existe dentro da concepção de trabalho?

O trabalho é obra e arte humana, o manejo e criação são próprios do homem, pois possibilita desenvolver habilidades e potencialidades que lhe são singulares. O sentido do trabalho além de possibilitar crescimento mental e espiritual, há o sentimento de pertencimento social. Desenvolver uma prática laborativa traduz um sentido de identidade e construção social.

O homem foi se construindo humano no decorrer do processo histórico das relações sociais. Segundo a visão de Bock, Furtado e Teixeira (2008, p. 186), os seres humanos conquistaram sua humanidade no relacionamento com o outro. As nossas práticas sociais seguidas das atividades laborais são consideradas as pedras fundamentais do desenvolvimento da sociedade, “a atividade humana é a base do conhecimento e do pensamento do ser humano”. Os autores Moura, Filho e Silva (2015) enfatizam que o trabalho é reconhecidamente princípio educativo, levando a humanidade a senti-lo como prática que gera pertencimento social.

O estudo de Borges (2017, p. 22) descreve que a educação tem papel central na formação humana, portanto, “a escola cumpre um papel que, efetivamente, contribui com o processo de construção do homem mais humanizado quando possibilita que os alunos aprendam conteúdo das ciências, filosofias e das artes”.

A educação humana deve se dar de forma integral, afinal o ser humano não pode ser dividido como se o ato de pensar e agir fossem duas categorias distintas em diferentes pessoas, ideia e ação são intrínsecas ao comportamento humano. Para Ciavatta (2008, p. 2):

A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

A Escola Diofanto desenvolve suas atividades pedagógicas em um sentido omnilateral, tendo como objetivo atingir uma formação integral aos seus discentes, pois, além do processo de alfabetização e aprendizado profissional nas oficinas pedagógicas é oportunizada aos estudantes a possibilidade de participar de outros eventos educacionais como aulas de teatro, dança e educação física, jogos de tabuleiros, informática, além de atividades extraclasse (passeios e visitas em teatros, parques, museus e estabelecimentos comerciais). Os trabalhos artísticos desenvolvidos nas oficinas são expostos em galerias de artes da cidade de Manaus, dando oportunidade aos discentes de mostrarem seus talentos à sociedade. A educação integral proporcionada pela escola possibilita ao educando se sentir socialmente pertencente em uma sociedade que prima pela inclusão social.

3.3 Categoria: pertencimento social

Segundo a psicologia sócio-histórica a dialética das relações determina a formação e estrutura social. “Nesse campo, inclui-se a necessidade de que o sujeito se perceba fazendo parte dele, reconheça suas potencialidades e limitações, tenha discernimento e condições de fazer escolhas.” (TAVARES, 2014, p. 185) A necessidade da prática social é primordial, pois nela consta o sentimento de pertencimento social. Daí a visão filosófica do trabalho vir a corroborar com a necessidade de pertença social.

Para existirmos e construirmos nossa própria essência precisamos aprender a transformar o mundo e, ao mudarmos, nos transformamos, nos tonando “humano, demasiado humano” (NIETZSCHE, 1987, p. 80). O homem é um ser de sensações e emoções. São nas relações sociais que o homem se apropria do conhecimento, do simbolismo cultural, construindo sua identidade que só existe em decorrência do outro que também é um ser social.

O homem deixa sua marca em suas produções materiais, espirituais e culturais. São os sentidos da vida e seus significados construídos em relação com o seu semelhante. O sentimento de pertença social é uma das categorias de trabalho que podemos considerar como universal.

Segundo Tavares (2014, p. 181) a vida de todos os sujeitos em qualquer tempo em toda e qualquer sociedade, o “campo das necessidades elementares aquelas que não são apenas materiais, mas também psicológicas e simbólicas” como comer, vestir, sobreviver são necessidades básicas e elementares. Porém, o ser humano não se resume somente a esses fatores, existe a necessidade de participação social, executando atividades que lhe possibilitem desenvolver suas habilidades e potencialidades. O ser não é constituído somente de matéria corporal, ele é também espiritual, afinal, somos seres biopsicossociais. Para Ramos (2009, p. 56):

O ser humano é integral, é uma síntese de múltiplas relações, de modo que suas necessidades são de ordem material (biológica e física), mas também espirituais e simbólicas. Nesse âmbito se encontram as necessidades e potencialidades éticas e estéticas. A satisfação de tais necessidades nos orienta na construção de relações sociais. Assim, se o ser humano é, inicialmente, um ser de necessidades, ele se constitui, também, como um ser de liberdade, mediante relações que buscam a plenitude na satisfação de suas necessidades e das necessidades do outro.

De acordo com Ramos (2009, p. 56) o trabalho tem sentido ontológico, é inerente ao ser e, como meio de subsistência leva o homem a produzir sua própria existência e essência, “como meio de produção de sua existência, ele tem também um sentido histórico”.

A categoria trabalho ao longo da história da humanidade teve como viés estruturas e organizações sociais nas práticas laborais. “O trabalho define a própria natureza humana e social do ser” (RAMOS, 2009, p. 57), portanto, está intrinsecamente atado às habilidades e potencialidades apresentadas por cada ser que constitui a sociedade humana que tem como documento oficial globalizado a “identidade planetária” (MORIN, 2003).

Somos seres de habilidades culturais tendo como condição imanente a nossa humanização. Portanto, não há como criar, construir, pensar e realizar “se não nos reconhecermos também como um ser integral” (RAMOS, 2009, p. 57). O trabalho como princípio educativo precisa ser reconhecido e constar como conceito e atividade obrigatória na escolarização do trabalhador sendo acompanhada por uma formação humana integral.

A educação para o trabalho deve ter como princípio fundamental a união do saber e do fazer, do trabalho manual e intelectual como itens fundamentais e inseparáveis, pois constituem a cadeia de todo e qualquer conhecimento. Ramos (2009, p. 57) descreve que “é nesse sentido que abordamos o trabalho como princípio educativo, diferenciando-o [...] das estratégias metodológicas baseadas no aprender fazendo. Talvez, como princípio pedagógico, ele esteja muito presente em nosso cotidiano”.

O trabalho como princípio educativo está atrelado às práticas sociais e, conseqüentemente, ao sentimento de pertencimento social, princípio filosófico baseado no processo da autonomia do ser que, para existir em essência necessita primordialmente estar em relação de liberdade com o outro, pois, nada justifica a apropriação do saber de uns em detrimento da subordinação de outros.

O estudo de Tavares (2014, p. 191) descreve que em todas as sociedades com suas culturas diferenciadas os indivíduos desempenham papéis sociais. Porém, para o sujeito assumir o papel exercido em uma função laboral “é necessário que o sujeito tenha aprendido bem a sua tarefa”. Ele precisa estar consciente da execução de sua tarefa e ciente do que se espera dele na realização da atividade laboral, quando ele consegue se perceber de sua responsabilidade ele estará desenvolvendo o processo comportamental da autonomia, tornando-se capaz de responsabilidades de execuções de atividades que lhe sejam exigidas em seu campo de atuação.

Uma educação que vise à formação humana integral terá possibilidades de preparar o sujeito para adentrar ao mundo do trabalho seguro de suas capacidades mentais e cognitivas.

Segundo o relato de Tavares (2014), o direito a escolhas pertence a todos. O direito de fazer escolhas está diretamente relacionado com a formação humana integral, ter o direito ao saber e ao fazer, unindo prática e saber, conhecimentos e realizações como vertentes primordiais para se desenvolver como ser humano e construção de uma sociedade mais justa e planificada.

É pelo trabalho que o homem se autoproduz e transforma sua vida, o homem sem trabalho “não é reconhecido socialmente” (LIMA et al, 2013, p. 48). O trabalho é a forma de pertencimento social que privilegia o modo de pensar, construir e criar identidade, afinal o trabalho não representa apenas uma possibilidade de ascensão social, mas uma possibilidade de transformação e crescimento pessoal.

As práticas laborais são inerentes ao ser. A existência está atrelada ao seu fazer e disso não há como escapar. O trabalho faz parte do ato humano e não há como pensar ao contrário, afinal o próprio corpo simboliza e exemplifica a imanência: todos os órgãos humanos desempenham suas funções cujo objetivo primordial é a manutenção da vida, comandados pelo cérebro que, neste caso não exerce comando de dominação ou coação e sim, tem como função planejar e executar. São as funções executivas trabalhadas pelo sistema cerebral localizado no córtex pré-frontal que,

[...] podem ser definidas como um conjunto de habilidades que permitem ao indivíduo direcionar comportamentos para alcançar metas, resolver problemas imediatos, alterar comportamentos ou pensamentos de acordo com a exigência ambiental e inibir

comportamentos inadequados em determinados contextos. [...] As funções executivas estão localizadas no córtex pré-frontal orbifrontal, ligadas aos processos motivacionais e emocionais, como tomada de decisão, cognição social e teoria da mente. (MALLOY-DINIZ et al, 2016, p. 255-256)

As funções executivas são responsáveis por nossas atividades laborais que são pensadas e planejadas, pois elas “permitem ao indivíduo direcionar comportamentos a metas, avaliar a eficiência e a adequação desses comportamentos, abandonar estratégias ineficazes em prol de outras mais eficientes” (FUENTES et al, 2014, p, 37). Se o próprio organismo é a mais pura exemplificação do trabalho como saber-fazer humano comandado pelo corpo, comprovamos o sentido da imanência.

Segundo o dicionário virtual (2019) o termo imanente significa “algo ligado de forma inseparável do ser”, portanto o ser humano jamais poderá deixar de ser criador e executor de suas funções laborais sejam elas direcionadas à sobrevivência ou aos desejos secundários ligados às satisfações emocionais. Sendo o trabalho inerente ao homem o sentimento de pertencimento social é imanente ao ser. O trabalho tem seu viés de significados e significâncias segundo a teoria psicanalítica, portanto é necessário e primordial para o pleno desenvolvimento da sociedade humana.

De acordo com Dejours (1992, p. 50), o trabalho está diretamente ligado às significações históricas do indivíduo na sociedade. A significação do termo trabalho “põe em questão a vida passada e presente do sujeito, sua vida íntima e sua história pessoal. [...] a significação do trabalho é subjetivo”. O trabalho poderá ser fonte de satisfação ou não, dependerá do sentimento de pertença social desenvolvido pelo sistema e sociedade vivenciada. No caso dos trabalhadores que apresentam deficiência intelectual a insatisfação laboral com certeza atingirá o ser do indivíduo enquanto pessoa. Segundo Lima et al (2013, p. 46) o sentido do trabalho “depende da interpretação do mundo que cada pessoa faz, o que a torna vinculada à sua estrutura interna de personalidade”.

O estudo de Dejours (1992) nos diz que todo ser é responsável por seus atos, portanto, está capacitado a desempenhar funções, e Lima et al (2013, p. 47) diz que a pessoa “é responsável por seus atos, capaz de pensar, de interpretar os sentidos da situação em que se encontra, de deliberar ou de decidir e agir”.

Segundo as pesquisas de Figueira (2012, p. 24), o sentimento de pertença social se dá pelo trabalho no qual o indivíduo desenvolve aspectos de sua personalidade como autonomia, sendo a principal fonte de socialização e integração grupal na sociedade, portanto,

O grau e o modo de inserção no mundo do trabalho são dimensões fundamentais da vida social, pois a participação na produção estão associados processos básicos das relações sociais, de desenvolvimento de identidade social, níveis de rendimento, padrões de consumo, reconhecimento social, referenciais de participação cívica e política, entre outros. [...] Deve-se criar, portanto, mecanismos reais de inclusão, uma vez que é através do trabalho que qualquer cidadão é capaz de incorporar em si próprio o mundo, acabando por produzir a sua plena humanização. A deficiência não é necessariamente um obstáculo inultrapassável no desempenho de uma atividade profissional [...].

É por meio das atividades laborais que os seres expressam suas emoções e vivenciam suas subjetividades. É pelo trabalho que expressamos nossas emoções. A atividade laboral é fundamental para o desenvolvimento psíquico, interferindo, inclusive, no processo comportamental, tendo como consequência doenças psíquicas como a depressão e outros transtornos que interferem na saúde mental. De acordo com Lima, et al (2013, p. 48), o trabalho tem importância fundamental no desenvolvimento das atividades psíquicas do homem, afinal “o homem sem trabalho [...], está próximo da depressão [...]. Em nossa sociedade, o trabalho é um modo privilegiado de fazer uma obra, de existir, de ter ou pensar ter uma identidade.”

Em uma das entrevistas, a responsável traz em seu relato que a filha estaria passando por processo depressivo devido a não estar exercendo atividade laboral, comprovando o que afirma Lima, et al (2013), que o trabalho faz parte da vida e quando não realizado ele leva o ser ao sofrimento psíquico, perdendo sua identidade.

As relações de trabalho transformam vidas, trazem aprendizados. As aprendizagens adquiridas nas atividades laborais engrandecem, tornando o trabalhador rico em vivências. Segundo Lima, et al (2013, p. 49), é por meio do trabalho que a pessoa com deficiência terá a oportunidade de experienciar e contribuir com sua força de trabalho transformando o seu pensar, agir e, principalmente, mudando seus sentimentos em relação ao outro, compartilhando experiências, afinal as relações laborais são acompanhadas de processos afetivos, “pois trabalhar também é viver juntos”.

O trabalho é considerado ato essencial para o desenvolvimento humano, é pelo trabalho que o homem transforma a si e ao ambiente em que convive. Ao transformar o mundo, transforma sua identidade, cultura e sua própria essência, construindo, assim, sua existência, “o trabalho seria uma forma do ser humano expressar suas faculdades mentais e a si próprio” (DOVAL, 2006, p. 77). O ser humano é autoprodutor histórico de sua própria existência, efetivando relações sociais tendo o trabalho como categoria universal que desempenha a função de ligar as pessoas criando suas identidades socioculturais, construindo uma sociedade mais justa e inclusiva.

4 TRABALHO À VISTA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para se fazer ciência é necessário realizar pesquisas. Na atualidade esse conceito se popularizou entre as camadas acadêmicas, afinal toda pesquisa precisa ser comprovada a partir de dados coletados, informações obtidas, observações do objeto de investigação e, para realizar tal intento todo pesquisador deve partir de uma problematização que cause interesse em descobertas e estudos que incentivem o cientista a encontrar respostas e construir saberes que possam beneficiar a sociedade como um todo.

Partindo da premissa de que a pessoa com deficiência intelectual inserida em um ambiente escolar apresenta possibilidades de desempenhar uma função laboral em espaços mercadológicos, então, surgiu a inquietação: Que estratégias pedagógicas os profissionais de ensino da educação básica estão utilizando para a inserção dos estudantes com deficiência intelectual nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho?

De acordo com o estudo metodológico de Lüdke e André (2017, p. 2), é o problema que inquieta, desperta o interesse do pesquisador, levando-o a elaborar conhecimentos e procedimentos que servirão “para a composição de soluções propostas aos seus problemas. Esses conhecimentos são, portanto, frutos da curiosidade, da inquietação, da inteligência e da atividade investigativa dos indivíduos”, partindo daquilo que já fora proposto anteriormente e dando continuidade a questão investigativa, sempre com um olhar novo e diferenciado, apontando novas pressuposições, que podem incorrer em veracidade ou falseamento das novas descobertas.

Além da problematização que desperta o interesse científico, devemos seguir um método investigativo que conduz a pesquisa abordada. Elegemos o materialismo histórico dialético que tem a materialidade como base primordial para o seu desenvolvimento. Segundo Matos e Pansini (2017, p. 89), os fatos, situações vivenciadas partem de uma perspectiva histórica, tendo como ponto central a compreensão da realidade. “Sendo assim, todos os fenômenos sociais estão em constante movimento, pois são produto das relações histórico-sociais estabelecidas entre o gênero humano.”

Para as autoras Matos e Pansini (2017, p. 93), o trabalhador representa para o mundo capitalista apenas uma força de trabalho, não tendo sentido o processo educacional e, muito menos abrir espaços para pessoas com deficiência no universo mercadológico. “Não tem qualquer sentido o tempo para educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais.”

As autoras debatem sobre a contribuição do materialismo histórico e dialético para as pesquisas sobre a educação especial.

O trabalho de pesquisa das autoras Lakatos e Marconi (2019) afirma que, o materialismo histórico dialético se constrói a partir de dados sedimentados na realidade concreta vivenciada, ou seja, parte de fatores materiais e econômicos. A sociedade está edificada não pelas suas crenças, valores religiosos, culturais, mas essencialmente pela construção de sua existência histórica baseada nas relações sociais. A humanidade transforma sua realidade através das relações com o trabalho e das relações sociais entre os seres vivos, transformados pela intencionalidade humana.

De acordo com Matos e Pansini (2017, p. 93) tudo é um fluir constante de forças contraditórias como enfatizam:

As contradições históricas que levaram ao seu surgimento uma vez que o MHD entende que nada surge ao acaso. Ao contrário, cada fenômeno é o resultado de sucessivos encadeamentos nos quais se encontram elementos precedentes que deram origem ao atual, o qual, por sua vez, será substituído por outros elementos, num movimento sem fim.

O materialismo histórico dialético nos permite entender e compreender como as contradições sociais dificultam a inserção da pessoa com deficiência intelectual adentrar ao universo do mundo do trabalho e, principalmente, levanta a venda e limpa os olhos daqueles que veem o diferente com a indiferença, mostrando que a incapacitação da pessoa com deficiência intelectual não passa de ideias preconcebidas e estereotipadas.

A abordagem metodológica é qualitativa, e parte da compreensão e análise dos conteúdos expostos pelos participantes da pesquisa, detalhando o significado de seus conteúdos. A análise de conteúdo de Bardin (2016, p. 65) tem como característica primordial perceber as entrelinhas dos discursos proferidos e, principalmente, desvendar os estereótipos por trás das falas e esclarece que:

Um estereótipo é “a ideia que temos de...”, a imagem que surge espontaneamente, logo que se trate de... É a representação de um objeto (coisas, pessoas, ideias) mais ou menos desligadas da sua realidade objetiva, partilhada por uns membros de um grupo social com alguma estabilidade. Corresponde a uma medida de economia na percepção da realidade, visto que uma composição semântica preexistente, geralmente muito concreta e imagética, organizada em redor de alguns elementos simbólicos simples, substitui ou orienta imediatamente a informação objetiva ou a percepção real. Estrutura cognitiva e não inata (submetida à influência do meio cultural, da experiência pessoal, de instâncias e de influências privilegiadas como as comunicações de massa), o estereótipo, no entanto, mergulha as suas raízes no afetivo e no emocional, porque está ligado ao preconceito por ele racionalizado, justificado ou criado.

A análise do conteúdo trabalha com a materialidade da fala, procurando compreender o pensamento e as expressões dos sujeitos correlacionando-os com dados postos em pesquisas. O pesquisador busca as significações dos discursos e os codifica. Severino (2016, p. 129) diz que a análise de conteúdo tem como metodologia examinar os documentos em suas “diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos”. Lakatos e Marconi (2019) dizem que a análise do conteúdo busca a latência dos discursos dos sujeitos, procurando indicadores através de textos bibliográficos a sistematização e codificação das falas.

Segundo o trabalho de Bardin (2016), os textos que irão referendar a pesquisa dependerão do objetivo proposto pela pesquisa que será o de identificar os desafios do processo de inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho da Escola Diofanto Vieira Monteiro com base nas contribuições da EPT (educação profissional e tecnológica).

De acordo com Lakatos e Marconi (2019), a análise de conteúdo dependerá de dados repetidos nas falas observadas nas entrevistas que serão quantificadas, tendo como objetivos interpretar e compreender de forma crítica o real sentido da comunicação.

A abordagem qualitativa norteará os caminhos da investigação, sendo uma pesquisa do tipo exploratória que, de acordo com o trabalho de Gil (2008, p. 27) “tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”, abrindo novas possibilidades para campos de pesquisas que primam pelo objeto da deficiência intelectual.

Quando se optou pela pesquisa de campo foi pensado nas técnicas utilizadas para se obter os dados, entre elas a observação, que segundo Gil (2002, p. 53), é considerada focal e centralizada “[...] estuda um grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação entre seus componentes. Dessa forma, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação”.

A pesquisa de campo e a participante foram delineadas como métodos investigativos tendo como características primordiais o envolvimento do pesquisador e pesquisado em processo único no qual os instrumentos de trabalho do pesquisador desempenham papéis fundamentais na análise e interpretação de dados. Com base no estudo de Gil (2008), tanto na pesquisa de campo como na participante os autores vivenciam um processo dialético, sendo um constante devir de forças contraditórias. Assim a relação entre ambas não se dá como uma simples observação casual, mas os atores são sujeitos sociais que se encaminham a descobertas científicas sendo guiadas pelos processos da ética que são fundamentais para a confiabilidade do trabalho científico.

Na pesquisa participante a observação tem como objetivo principal descrever os fenômenos como nos parecem nos ambientes investigados. Para Lakatos e Marconi (2019, p.

314) “ela implica conhecer e aprofundar as situações sociais, mantendo reflexão contínua e observando detalhes dos sucessos, dos eventos e das interações [...], visando coletar modos de vidas [...]”.

De acordo com as pesquisas de Lüdke e André (2017, p. 34), o pesquisador participante interage com os pesquisados, os objetivos e o papel do profissional é revelado, possibilitando um maior acesso ao campo da pesquisa, inclusive, tendo informações privilegiadas já que se encontra inserido no ambiente vivenciado pelos sujeitos da pesquisa, “Contudo, terá em geral que aceitar o controle do grupo sobre o que será ou não tornado público pela pesquisa”. As ações humanas quando em contato e interações devem ser conduzidas e orientadas sempre por um princípio ético e, principalmente, quando envolvem seres humanos nos processos da pesquisa.

A pesquisa obedeceu aos preceitos da Resolução nº 196 (BRASIL, 1996, p. 16-17) que apresenta como aspectos éticos os seguintes princípios:

- a) Consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvos e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia). Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade; b) Ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos, beneficência, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos; c) Garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência); e d) Relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (justiça e equidade).

Em 10 de outubro de 1996 foi homologada a Resolução Nº 196 por meio da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 que regulamenta do ponto de vista legal a pesquisa com seres humanos, apresentando normas e diretrizes de acordo com os princípios da bioética que são a autonomia, não maleficência, beneficência e justiça.

Como instrumentos da construção dos dados foram utilizados a entrevista semiestruturada e a observação participante direcionadas aos pais, docentes e discentes. A observação participante segundo Lüdke e André (2017, p. 30), é um tipo de observação que deve ser controlada e sistematizada, ou seja, deve haver um planejamento antecipado com rigorosidade de cuidados para não se incorrer em erros de análise e interpretações. “Planejar a observação significa determinar com antecedência “o quê” e “o como” observar. A primeira tarefa, pois, no preparo das observações é a delimitação do objeto de estudo.”

Lakatos e Marconi (2019, p. 337), descrevem que a observação participante deve ser sistemática e se apresenta sob variáveis como: estruturada, planejada e controlada. Utiliza-se de instrumentos para a realização da construção dos dados sob condições específicas controladas para atingir o objetivo proposto pela pesquisa. “Na observação sistemática, o pesquisador deve ter presente por que vai observar, como deve observar, o que observar, quem será o observador.” Na observação participante há o envolvimento do pesquisador com os pesquisados, por isso, a importância de se ter um planejamento estruturado para se saber exatamente o que se quer observar fazendo ligações com o tema da pesquisa.

Além da observação participante, usamos a entrevista semiestruturada que é considerada uma das técnicas mais utilizadas no desenvolvimento de trabalhos científicos direcionados às ciências sociais. A entrevista semiestruturada é uma “arma poderosa de comunicação” (LÜDKE; ANDRÉ, 2017, p. 39), cabendo ao pesquisador respeitar os limites dos sujeitos-objetos de estudo.

A entrevista semiestruturada não segue um padrão rígido de perguntas e respostas, partem de perguntas centrais e, a partir dessas perguntas o pesquisador tem a liberdade de fazer as adaptações que se tornem necessárias. De acordo com Lüdke e André (2017, p. 40) “as informações que se quer obter, e os informantes que se quer contatar, em geral professores, diretores, orientadores, alunos e pais, são mais convenientemente abordáveis através de um instrumento mais flexível”.

O trabalho de Gil (2008, p. 109) descreve a entrevista como um dos instrumentos mais utilizados como técnica de construção dos dados por todos os profissionais que têm o ser humano como seu campo de estudo, sejam historiadores, psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, pedagogos, enfim “a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões das coisas precedentes”.

Realizamos dez entrevistas com os pais e/ou responsáveis, quatro com a equipe pedagógica (duas docentes, a pedagoga e gestora) e três discentes, totalizando dezessete participantes, em espaço reservado no estabelecimento de ensino. As entrevistas foram gravadas e transcritas com a permissão dos entrevistados sendo informados sobre o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) o qual foi assinado por eles.

Na pesquisa foram realizados três tipos de entrevistas diferenciadas: para pais, professores e os estudantes. O tema gerador das entrevistas foi a pessoa com deficiência intelectual e a inserção no mundo do trabalho.

Na entrevista com os responsáveis se investigou sobre a importância do trabalho na vida do filho, como era o comportamento deles antes e depois do início da atividade laboral, em que espaços formais o filho havia trabalhado e, principalmente, sobre o sentimento de pertencimento social da prática laboral.

Aos docentes a entrevista foi direcionada sobre que tipo de estratégias pedagógicas de ensino eles aplicam aos discentes como preparação para o trabalho; como a escola prepara o estudante para atuar no universo mercadológico dos espaços formais e não formais do mundo do trabalho; sobre se percebem a mudança de comportamento e sentimento de pertencimento social.

Quanto aos estudantes, realizamos entrevistas dentro das possibilidades apresentadas pelos discentes, tendo como objetivo investigar o sentimento de pertencimento da prática laboral, se já trabalharam, se fizeram algum curso profissionalizante, se gostam do que fazem, se na empresa onde trabalham existe alguém que os oriente e supervisione, se contribuem financeiramente com sua família, ajudando com as despesas. E, principalmente investigar sobre a importância do trabalho em suas vidas.

Os participantes acompanhados na investigação foram nomeados por nomes próprios fictícios. Dos educandos investigados, cinco estão inseridos nos espaços formais do mundo do trabalho, sendo quatro em empresa privada e um que está como estagiário em uma empresa pública. De todos os investigados apenas três apresentaram possibilidades de realização da entrevista individual, pois, conseguiram se expressar e comunicar o sentimento em relação à atividade laboral e, quanto aos demais, foram os pais/responsáveis e docentes que responderam por eles. Os participantes são pessoas com deficiência intelectual e comorbidades, sendo cinco do sexo feminino, com etária entre 19 a 56 anos de idade.

O estudo teve como lócus a Escola Estadual Diofanto Vieira Monteiro da rede pública de ensino que atende dentro da educação básica alunos do 1º ao 5º com deficiência intelectual e múltipla na modalidade do Ensino Fundamental I. As turmas são divididas em duas modalidades: salas de convivência e oficinas pedagógicas.

Nas salas de convivência participam os alunos com deficiência intelectual severa à profunda onde são trabalhados os processos de autonomia e independência da vida diária e prática como aprender a se alimentar sozinho, realizar sua higiene pessoal, troca de vestuários e outras atividades sociais necessárias para o desenvolvimento cognitivo do educando. De acordo com a Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10 (2011) a deficiência intelectual severa está relacionada a uma categoria marcante como limitação dos

movimentos corporais motores associada à presença de lesões consideradas clinicamente significativas para o desenvolvimento do sistema nervoso central.

A pesquisa foi desenvolvida dentro das oficinas pedagógicas que, segundo o estudo de Oliver et al (2002), a principal função das oficinas pedagógicas é a de romper com o estereótipo da incapacidade, elevar o processo da autoestima e autonomia do educando redimensionando os papéis sociais desempenhados pelos familiares e comunidades em geral, tendo como finalidade primordial desenvolver o sentimento de pertença social e, principalmente, inserir a pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho. As oficinas que foram investigadas são: as práticas de pintura em tela, customização em vidro e cerâmica, bijuteria, corte e costura, culinária, vassouraria e crochê.

As indagações da pesquisa foram sobre o trabalho como princípio educativo, formação humana integral e o sentimento de pertencimento social. Estes tópicos foram os vetores primordiais na construção de pessoas com deficiência intelectual que desejam buscar a prática laboral. Também foram feitas perguntas tendo como foco principal as atividades exercidas dentro dos espaços formais e não formais do trabalho, buscando compreender a relação da pessoa com deficiência intelectual com o mundo do trabalho e a relevância dos trabalhos desenvolvidos dentro das oficinas pedagógicas que primam pela preparação e autonomia do estudante para adentrar ao universo mercadológico.

Para enriquecer a construção dos dados fizemos uma análise documental pesquisando os processos dos alunos nos quais constam os laudos, pareceres médicos e nível de alfabetização. Todos foram consultados com a permissão da gestão da escola.

As observações foram realizadas em sala de aula nos turnos matutino e vespertino e também, durante as apresentações das atividades pedagógicas realizadas na quadra esportiva da escola. Estas atividades tiveram o objetivo de desenvolver o processo das relações sociais e interpessoais dos discentes nas atividades como: festa de carnaval, junina, páscoa, abertura de jogos estudantis, semana da pessoa com deficiência, exposição de artes no Centro Cultural de Artes Usina Chaminé (Teatro Chaminé), finalização do ano letivo com comemoração natalina entre outras. Em todas estas atividades o processo cognitivo dos educandos está sendo trabalhado como estratégia pedagógica. Nestes momentos observamos que todos interagem e desempenham papéis sociais cognitivos primordiais para o processo do desenvolvimento cognitivo.

Por meio da técnica de observação foi possível acompanhar o processo do desenvolvimento pedagógico trabalhado em sala de aula. Foram acompanhadas as rotinas das

oficinas pedagógicas o que oportunizou identificar e verificar o processo da preparação da pessoa com deficiência intelectual para o mundo do trabalho.

Uma das rotinas pedagógicas observadas na construção pedagógica das oficinas em que se trabalha a atividade laboral e o processo de alfabetização dos discentes foi a do laboratório de informática. Os professores utilizam a internet para desenvolver suas estratégias pedagógicas, geralmente assistem vídeos sobre pintura, customização, enfim, artes em geral. São vídeos de curta duração, após a visão geral do vídeo, os docentes trabalham conceitos-chaves como cores, palavras-chaves como tela, pincel, cor, textura, nomes das figuras, etc., entre outras, trabalhando, assim, o processo ensino-aprendizagem.

Os docentes também utilizam as mídias sociais como forma de comunicação com os discentes, incentivando a fala e a escrita como forma de comunicação social. Cada turma criou seu grupo de interatividade e, muitos estudantes conseguem se comunicar com os colegas e professor da sala de aula, incentivando, dessa forma, o processo da leitura e escrita.

4.1 Deficiência intelectual e o mundo do trabalho: discussão dos dados

A escola realizou no início do ano letivo de 2019 um levantamento dos níveis de alfabetização de seus discentes. O objetivo foi a inserção da pessoa com deficiência intelectual para o mundo do trabalho. A proposta da escola de trabalho no ano letivo de 2020 é a alfabetização dos estudantes dentro da abordagem progressista de Paulo Freire, direcionados pelas metodologias de Vigotsky, Piaget, Emília Ferreiro dentre outros. O objetivo é ir além das atividades laborais produzidas nas oficinas pedagógicas, uma vez que o discente deve estar alfabetizado para adentrar em determinados espaços que exijam leitura e escrita do mundo do trabalho.

O estudo de Paulo Freire (2019, p. 140) relata que não importa a faixa etária do aluno, o professor progressista jamais deve desistir de ensinar, “o educador progressista precisa estar convencido como de suas consequências é o de ser o seu trabalho uma especificidade humana”.

O propósito do levantamento dos níveis alfabéticos se deve ao fato de que vivemos em uma sociedade capitalista na qual os instrumentos de trabalho se inovam com uma rapidez extraordinária. A inovação tecnológica exige instrução escolar e, os que não atendem a essa demanda, o mercado os colocam à margem social.

Segundo os autores Antunes e Alves (2004), as organizações e inovações tecnológicas mundiais afetaram grandiosamente o mundo do trabalho onde todos devem atender à racionalidade e lógica capitalista, tendo como consequência a não aceitação de pessoas não

alfabetizadas. O trabalho de Filho (2013, p. 88) relata que o pensamento do atual empresário é que todo indivíduo que queira participar do mundo do trabalho deva no mínimo saber ler, escrever e fazer operações matemática simples. Estas são competências indissociáveis que devem acompanhar o sujeito enquanto cidadão, pois,

Para se integrar no contexto da época atual e exercer eficazmente um papel na atividade econômica, o indivíduo tem que, no mínimo, saber ler, interpretar a realidade, expressar-se adequadamente, lidar com conceitos científicos e matemáticos abstratos, trabalhar em grupos na resolução de problemas relativamente complexos, entender e usufruir das potencialidades tecnológicas do mundo que nos cerca. E, principalmente, precisa aprender a aprender, condição indispensável para poder acompanhar as mudanças e avanços cada vez mais rápidos que caracterizam o ritmo da sociedade moderna.

Com base no trabalho de Borges (2017, p. 111), os saberes escolares devem ser sistematizados e organizados de uma forma que todos os conhecimentos históricos, filosóficos, artísticos, econômicos, políticos entre outros possam ser geridos pelos educandos e serem preparados para o mundo do trabalho, posto que, “na sociedade do capital, toda riqueza humana tornou-se mercadoria bem como os saberes sistematizados – fonte inclusive de toda tecnologia motora da indústria”. Muitos estabelecimentos comerciais não aceitam a pessoa com deficiência intelectual por não apresentar saber sistematizado e não estar alfabetizada. A função da escola é sistematizar e humanizar os saberes, mediante as capacidades e potencialidades dos sujeitos.

Mostraremos a seguir cinco quadros especificando os dezessete participantes que foram entrevistados e que se encontram inseridos nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho. Nos quadros estão contidas as perguntas e respostas que foram realizadas nas entrevistas. Após apresentação dos quadros, analisaremos as categorias que emergiram de acordo com a análise de conteúdo de Bardin (2016).

No primeiro quadro são apresentadas as especificações gerais dos participantes que estão nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho, acompanhadas das idades e sexos, além dos diagnósticos que constam nos laudos médicos de acordo com a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10 (2011) e o nível de alfabetização que está sendo trabalhado pela equipe pedagógica, baseado nas teorias pedagógicas de Ferreiro e Terebosky (2007).

Quadro 1: Estudantes/Idade/Sexo/Espaço Formal/Não Formal/CID-10/Nível de Alfabetização

Participante(s)		Idade	Sexo	CID-10	Trabalho: Espaço Formal/Não Formal	Nível de Alfabetização
01	João Pedro	33	M	Deficiência Intelectual	FORMAL (Empresa Privada)	Alfabético
02	Felipe	24	M	Defic. Intelect.+EPILEPSIA	FORMAL (Empresa Privada)	Alfabético
03	Jhonatas	32	M	Defic. Intelec. + EPILEPSIA	FORMAL (Empresa Privada)	Silábico
04	Rodrigo	56	M	Defic. Intelec + DIABETE	FORMAL (Empresa Privada)	Pré-silábico
05	Gustavo	19	M	Defic. Intelec. + AUTISMO	FORMAL (Empresa Pública)	Alfabético
06	Sergio	43	M	Defic. Intelec.+SURDEZ	ESPAÇO NÃO FORMAL	Silábico
07	Isabela	37	F	Deficiência Intelectual	ESPAÇO NÃO FORMAL	Alfabético
08	Lara	21	F	Defic. Intelec.+S.DOWN	ESPAÇO NÃO FORMAL	Silábica/Alfabética
09	Rafael	41	M	Defic. Intelec.+Paralisia Cerebral	ESPAÇO NÃO FORMAL	Alfabético
10	Camila	45	F	Defic. Intelec. + ALERGIAS	ESPAÇO NÃO FORMAL	Silábico
11	Helena	19	F	Deficiência Intelectual	B.P.C.	Alfabética
12	Murilo	29	M	Defic. Intelec.+TRANST. ÊNCEFALO	NUNCA TRABALHO	Silábico
13	Charles	30	M	Defic. Intelec. + EPILEPSIA	NUNCA TRABALHO	Pré-silábico
14	Michel	17	M	ESQUIZOF.+AUTISMO	NUNCA TRABALHO	Alfabético
15	Renato	16	M	TRANST. HIPERCINÉTICOS+DIST. COMPORTAMENTO	ESPAÇO NÃO FORMAL	Alfabético
16	Leticia	40	F	Defic. Intelec. + SURDEZ	ESPAÇO NÃO FORMAL	Pré-silábico
17	Pedro	23	M	ENCEFALOPATIA CRÔNICA+TRANST. COMPORTAMENTO	ESPAÇO NÃO FORMAL	Silábico Alfabético

Fonte: própria autoria (2020).

A sociedade capitalista da era das grandes inovações tecnológicas exige dos trabalhadores que todos sejam alfabetizados, que saibam ler e interpretar comandos de máquinas sofisticadas. O mundo capitalista exige do trabalhador qualificação profissional o que diante de uma educação falha e sem investimentos, acaba ficando à margem dos grandes cargos e funções necessárias ao desempenho profissional das indústrias. De acordo com Freire (2017, p. 101), na era fordista/taylorista não havia tanta exigência de um trabalhador alfabetizado e qualificado, bastava saber apertar botões que ele estaria empregado. O mundo do trabalho passa por transformações gigantescas, “a exigência de um novo tipo de trabalhador, polivalente, flexível e participativo” urge no mundo capitalista. O trabalhador precisa estar constantemente se inovando, adquirindo novas habilidades, “a qualificação profissional precisa ser constante na vida do trabalhador”, portanto ser alfabetizado se torna necessário se o trabalhador com ou sem deficiência quiser ser inserido no mercado da empregabilidade. O mundo das inovações científico-tecnológicas exige escolaridade, então como inserir a pessoa com deficiência intelectual que não está alfabetizada no mundo do trabalho?

A escola Diofanto Vieira Monteiro tem como clientela pessoas com deficiência intelectual e que em sua maioria não estão alfabetizadas, mas após levantamento pedagógico e análise no Projeto Político Pedagógico da escola se percebeu que a missão e objetivo da escola não é simplesmente ensinar habilidades manuais e sim, alfabetizar. No ano letivo de 2019 a equipe pedagógica se reuniu para reformular o Projeto Político Pedagógico cujo objetivo primordial fora o de alfabetizar e inserir o educando no mundo do trabalho, criando parcerias entre a escola, estabelecimentos e empresas comerciais para que esses estudantes se tornem autônomos e independentes e possam desenvolver uma atividade que lhe sejam oportunizados a participar de práticas laborais, levando-os a se sentirem pertencentes socialmente.

Analisando a entrevista da pedagoga da escola percebemos a preocupação com o processo da alfabetização dos alunos:

O nosso objetivo não era trabalhar com a oficina para uma profissão, e sim, trabalhar o aluno para aprender a ler e escrever. Porque eu compreendo que a leitura e a escrita te dá embasamento para ser cidadão, para entrar no mercado de trabalho. Eu não compreendia o link de ter que encaminhar para o mercado de trabalho sem saber ler, escrever, contar, sem saber fazer as operações básicas. Como é que você faz a inclusão desse aluno, se ele não tem isso, então entendi que o aluno precisava ser alfabetizado. Aí comecei a ver a nossa realidade e perceber que os nossos alunos tinham potencial. Tem aluno que consegue ler e escrever têm alguns que não. Os alunos com deficiência intelectual, eles têm um bloqueio cognitivo, mas isso não quer dizer que eles não aprendam, eles aprendem com uma metodologia mais lenta, é um passo a passo, é mostrado no concreto para depois ir para o abstrato.

As autoras Veltrone e Almeida (2010, p. 77), descrevem que muitas instituições escolares que trabalham com oficinas pedagógicas preparam o aluno apenas para desempenhar uma atividade laboral sem a preocupação com a escolarização, levando os estudantes a não serem aceitos nas empresas por não estarem alfabetizados, pois,

[...] muitas vezes as instituições que preparam esses jovens e adultos para o ingresso no mercado de trabalho não se preocupam com a escolarização e tendem a focar suas atividades na capacitação profissional que envolve as habilidades básicas para o trabalho e que eventualmente podem diferir das esperadas pelas empresas.

A inclusão no mundo do trabalho precisa ser pensada de forma diferenciada, não sejamos ingênuos de acreditar que as empresas irão admitir de uma hora para outra a pessoa com deficiência intelectual sem que haja uma preparação acadêmica, “é preciso de fato oferecer para as empresas um profissional preparado” (VELTRONE; ALMEIDA, 2010, p. 87). Portanto, é necessário fazer um trabalho diferenciado, aplicando estratégias pedagógicas que estimulem e atinjam o objetivo primordial de alfabetizar esses discentes que buscam valorização e pertencimento social.

Analisando o quadro 1 onde constam os níveis de aprendizagens dos alunos, percebemos que a escola se utilizou das metodologias de ensino da psicóloga Emília Ferreiro e Ana Teberosky que foram baseadas nas teorias de Jean Piaget. Sabe-se que Piaget se inspirou na biologia para explicar o processo do desenvolvimento cognitivo das crianças. O estudo de La Taille, Oliveira e Dantas (1992) descreve que, apesar de Piaget ser organicista, ele não descartou as influências sociais que interferem no processo do desenvolvimento cognitivo. Já a autora Padilha (2014, p. 92) aborda outro pensador, e relata que Vygotsky não se deteve em aspectos biológicos. Os humanos ao se desenvolverem necessitam da cultura e, cultura são aprendizagens e como tal são elas que determinam e direcionam os estudos sobre a deficiência seja sensorial, mental ou intelectual, “não se encontram prontas no plano biológico em plenas condições para ingressar no meio cultural construído pelos homens. [...] viver a condição humana só pode acontecer com o outro humano, no plano das relações concretas de vida social”.

Segundo Padilha (2014) para Vygotsky as funções psíquicas superiores são desenvolvidas a partir das relações sociais mediadas pela linguagem e cabe à escola construir estratégias pedagógicas que possam beneficiar o estudante com deficiência intelectual à convivência social.

A Escola Diofanto apresenta em seu Projeto Político Pedagógico atividades que estimulam os discentes à convivência de espaços além dos muros da escola, tendo o cuidado de

não perpetuar credences e ideias estereotipadas sobre a deficiência intelectual, o “Projeto Político Pedagógico deve estar sempre em permanente avaliação, a fim de garantir o caráter dinâmico da vida na escola em todas as suas dimensões, se constitui passo para a democratização da escola” (DAMASCENO; COSTA, 2014, p. 60).

O Projeto Político Pedagógico deve ter como objetivos e missão filosófica os princípios que foram norteados na Declaração de Salamanca (1994, p. 4) quando diz que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.
- O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva.

A Declaração de Salamanca (1994) representa um documento valioso que inspirou o movimento pró-inclusão na sociedade, não somente da pessoa com deficiência, mas todos que se reconhecem diferentes e clamam por justiça e direitos. Segundo Damasceno e Costa (2014, p. 58) “os aspectos político-filosóficos presentes nos princípios dessa Declaração têm, como contexto, a perspectiva de um mundo inclusivo, onde todos têm direito à participação na sociedade”.

De acordo com Libâneo (2004, p. 152), o Projeto Político Pedagógico dá expressão a própria cultura política da escola, a organização adotada pela equipe pedagógica, é um instrumento da organização escolar, “o projeto cria objetivos, procedimentos, instrumentos, modos de agir, estrutura hábitos, valores, ou seja, institui uma cultura organizacional”. Partindo desses pressupostos a Escola fez o levantamento do nível alfabético em que cada discente se encontra para, a partir daí, concretizar a missão primordial da escola: inserir o educando no mundo do trabalho.

Retornando ao quadro 1 sobre os níveis de alfabetização de acordo com o trabalho de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (2007), a escrita passa pelos níveis pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético. Não é objetivo desta pesquisa pormenorizar os níveis de alfabetização e nem explicar de forma minuciosa os aspectos pedagógicos do desenvolvimento da linguagem escrita, faremos apenas um breve apanhado da teoria das autoras, para maiores aprendizados buscar nas referências bibliográficas.

As autoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky (2007), tiveram como foco investigativo a maneira como o sujeito aprende a escrita, utilizando para isso os mesmos recursos observados por Piaget. Para as autoras o ser humano quando adentra ao espaço escolar não vem como uma folha de papel em branco, uma tábula rasa como propõe a educação bancária descrita no estudo de Paulo Freire (2019), sem conhecimentos ou experiências, “a mão que escreve e o olho que lê estão sob o comando de um cérebro que pensa sobre a escrita que existe em seu meio social e com a qual toma contato através da sua própria participação em atos que envolvem o ler ou o escrever, em práticas sociais mediadas pela escrita” (FERREIRO; TEBEROSKY, 2007, p. viii).

Os primórdios da escrita aparecem aos olhos de quem vê a grafia de uma criança apenas como um processo de codificação, de rabiscados sem sentidos, mas na verdade são as primeiras representações da comunicação gráfica da pessoa com o mundo.

O primeiro nível de alfabetização apresentado pelas autoras é o que elas denominam por nível pré-silábico. Nessa fase a criança não consegue fazer a relação entre as letras e os sons da fala ela desconhece o papel da escrita.

No nível silábico a criança começa a relacionar, ainda de forma rudimentar, as letras com a palavra sonorizada. Começa o reconhecimento das sílabas simples.

No nível silábico-alfabético a criança passa a compreender que as sílabas das palavras são construídas com mais de uma letra, começa a ter percepção fonética. Já no nível alfabético, a leitura e a escrita se completam, ocorrendo o processo ortográfico. Nesse processo a pessoa já reconhece e consegue reproduzir de forma mais adequada os fonemas e a escrita correta das palavras rumando para o processo da alfabetização e letramento.

Alfabetização e letramento se diferenciam no entendimento da aprendizagem. A alfabetização está ligada diretamente ao processo da aprendizagem da leitura e escrita das palavras, enquanto o letramento está ligado à leitura inserida na prática social, ou seja, a pessoa alfabetizada sabe ler e escrever, já uma pessoa letrada usa a leitura e escrita de acordo com as necessidades e interpretações sociais, portanto, uma pessoa alfabetizada nem sempre é letrada. Para Valomin (2008) ler está ligado ao processo da interpretação dos códigos e práticas sociais.

Os estudantes com deficiência intelectual foram enquadrados em um dos níveis descritos nos estudos de Ferreiro e Teberosky (2007), visto que o propósito da escola, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, é o processo de alfabetizar para inserir o discente no mundo do trabalho.

Uma das docentes diz que “não podemos alfabetizar sem levar em conta o contexto social no qual os alunos estão inseridos”, salientando a importância do método de Paulo Freire no processo de alfabetização dos alunos. Dreyer (2011, p. 3589) descreve que Paulo Freire postulava que todo saber parte de culturas vivenciadas do dia a dia e, o professor deve estar disposto e preparado para vivenciar e estimular nos estudantes o debate do aprendizado através do diálogo. “Também na educação de adultos consideramos significativo oferecer oportunidades diferentes que os estimulem para a aprendizagem e que possam contribuir com o desenvolvimento intelectual dos sujeitos”.

De acordo com Dreyer (2011, p. 3589), o processo de alfabetização de Paulo Freire não se reduz à mera capacidade de repetir sílabas, frases ou palavras de forma automática, sem sentido social. “Com as palavras o homem se faz homem, ao dizer sua palavra estará assumindo a condição humana”.

Em 2020 a Escola apresentou como meta a criação de turmas de Educação de Jovens e Adultos. As turmas foram divididas conforme o nivelamento alfabético dentro das oficinas pedagógicas, preparando o educando para exercer atividades laborais do mundo do trabalho, afinal a categoria trabalho está interligada a toda e qualquer ação humana na qual se processa pensamento, ideação, produção e construção, posto que, as ações humanas são atos carregados de intencionalidades.

Atualmente, no Brasil, a formação profissional vai além da empregabilidade. Os processos educativos devem abranger além de técnicas e teorias, possibilitar a pessoa com deficiência aquisições de aprendizagens, que possam desenvolver processos comportamentais para que sejam utilizados e aplicados nos espaços do mundo do trabalho, tornando-se o que Frigotto e Ciavatta (2006, p. 56) chamam de “cidadão ou trabalhador produtivo”, estando de acordo com a nova roupagem do capitalismo, que buscou ressignificar o trabalho não mais com o sentido de labuta, atividade sofrida, mas no sentido de trabalho como sendo uma atividade em que o trabalhador possa expressar suas ideias, posições e estratégias, sem, no entanto, ter direitos e muito menos poder econômico.

Os autores Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) revelam que a educação de jovens e adultos e o mundo do trabalho não se dão de forma imediata, visto que para o mundo capitalista essas pessoas não adquirem técnicas e conhecimentos necessários que dão sentido ao universo

mercadológico. Portanto, se faz necessário criar políticas públicas que atendam a essa camada social, oportunizando uma qualificação que lhes possibilitem adentrar ao universo mercadológico.

Segundo Machado (1999) a educação profissional deve preparar os sujeitos para adentrar ao mundo profissional e, as oficinas pedagógicas devem incluir em seus projetos políticos pedagógicos preparação para o mundo de trabalho.

A formação profissional da pessoa com deficiência intelectual obedece à categoria de trabalho como princípio educativo. Segundo Silva e Palhano (2005, p.3), o trabalho da pessoa com deficiência “deve evidenciar à sociedade que o trabalho produtivo possibilitará a esses sujeitos sua objetivação como ser social, pois é por meio dessa ação – o trabalho – que o ser humano cria riqueza e produz valor”.

Para Lima, et al (2013, p. 1069), a educação profissional ao estudante com deficiência é um direito fundamental que deve ser respeitado, portanto,

O direito à educação pertence ao rol dos direitos humanos fundamentais, necessário no processo de construção de uma sociedade igualitária, democrática e justa. Como direito inalienável de todos os seres humanos, ela deve ser ofertada a toda e qualquer pessoa. Por parecer algo tão óbvio, ninguém poderia negar às pessoas com deficiência o direito à educação. No entanto, o direito de exercer esse direito sem discriminação ainda gera muitos debates e embates no que diz respeito ao lugar em que as pessoas com necessidades educacionais especiais deverão estudar.

Os autores enfatizam o respeito à pessoa com deficiência, que ainda gera muita discriminação, afinal, a educação profissional da pessoa com deficiência intelectual tem um diferencial, apesar do desempenho profissional ainda estar abaixo, muitas vezes, do esperado pelo mercado e das profissões que são consideradas pelas outras classes de trabalhadores sem deficiência como atividades simplistas e sem status social, porém, o mercado deve estar preparado para receber esse trabalhador, pois, “é preciso compreender que [...] a pessoa com deficiência possui capacidades, por outro lado ela também possui especificidades que não podem ser ignoradas ou escamoteadas” (SILVA; PALHANO, 2005, p. 3).

A pessoa com deficiência intelectual possui características próprias e peculiares que precisam ser respeitadas e aceitas pelas empresas que a contrata, para tanto é preciso que os estudantes sejam preparados para exercer uma função laboral, portanto, possuir um curso ou aprendizado profissional é fundamental para o processo da inserção laboral. Partindo desse princípio a escola Diofanto busca preparar o estudante com deficiência intelectual para atuar com segurança nos espaços formais do mundo do trabalho, treinando os estudantes com

posturas e atitudes comportamentais para que possam desempenhar a atividade laboral com mais segurança e confiabilidade.

Apresentamos as respostas dos participantes no quadro 2 que investigou sobre as funções dos discentes que estão inseridos nos espaços formais do mercado de trabalho, sendo perguntado na entrevista sobre o tempo e a função de trabalho na empresa, se já havia trabalhado antes e se fez algum curso profissionalizante.

Quadro 2: Espaços formais/Tempo de trabalho/Curso profissionalizante

Participante(s)	Idade	Sexo	Tempo de trabalho/Função	Já trabalhou antes/Fez algum curso profissionalizante?	
01	João Pedro	M	M	Desde 2017/ Digitação.	Sim. Trabalhava na feira com meu pai/Depois no Distrito Industrial/Fiz informática aqui na escola
02	Felipe	24	M	Desde 2017/ Empacotador.	Sim como estagiário/Não
03	Jhonatas	32	M	Desde 2014/ Auxiliar de Expedição.	Sim como estagiário/Não. Só a oficina de vassouraria e informática.
04	Rodrigo	56	M	Desde 1999/ Auxiliar de Serviços Gerais	Não/só nas oficinas da escola
05	Gustavo	19	M	Desde 2017/ Estagiário	Não/somente nas oficinas da escola

Fonte: própria autoria (2020)

Observando o quadro e considerando as respostas apresentadas, percebemos que a maioria começou a trabalhar em espaços formais há pouco tempo, somente Rodrigo tem mais tempo de profissão. O estudante trabalha há vinte anos em uma empresa pública como prestador de serviço, exercendo o cargo de auxiliar de serviços gerais. Não fez cursos profissionalizantes, o que sabe aprendeu na escola, inclusive, “a escola ensinou a ele a limpar e fazer as atividades domésticas”, diz a responsável na entrevista.

O estudante João Pedro trabalhou em duas empresas do polo industrial de Manaus. Felipe que participou da entrevista individual relatou que antes trabalhava em casa ajudando nas atividades domésticas, trabalha desde 2017 na empresa privada como empacotador. Não tem ou fez curso profissionalizante, aprendeu na escola as atividades das oficinas e gosta do que faz. Quanto ao discente Jhonatas, segundo entrevista com a responsável, fez dois anos de

estágio em uma empresa pública, terminando o estágio conseguiu um emprego fixo na empresa privada tendo cinco anos de profissão.

O discente Gustavo iniciou suas atividades laborais como estagiário na empresa pública. Não tem curso profissionalizante. A equipe pedagógica relatou sobre um processo de descompensação psíquica que o discente teria sofrido no espaço da escola tendo como motivo a atividade laboral, o que fora contido pela escola, realizando orientações cabíveis como chamamento de pais e orientação a procedimentos quanto à síndrome que o acomete e intervenção junto à empresa onde executa suas atividades laborais.

Para Silva et al (2016, p. 4) as empresas que contratam pessoas com deficiência intelectual devem ter sensibilidade e estar atentar as adaptações necessárias no ambiente de trabalho. “Os profissionais responsáveis pela contratação e seleção de funcionários nas organizações devem passar por constantes treinamentos para que estejam preparados para lidar com a diversidade.”

No quadro três constam as respostas dos participantes, cuja investigação foi sobre a satisfação laboral nos espaços formais do mundo do trabalho, também se são bem acolhidos no ambiente laboral e se na empresa existe uma pessoa que supervisiona e trabalhe diretamente com eles, orientando-os sobre o processo das atividades que exercem.

Quadro 3: Espaços formais/Satisfação no trabalho

Participante(s)	Idade	Sexo	Você se sente satisfeito com a atividade exercida dentro da Empresa?	Como as pessoas o tratam no ambiente de Trabalho?	Você é orientado no seu trabalho?
01 João Pedro	33	M	Sim. Todos me tratam bem. Eles têm paciência, quando erro, tem alguém que ajuda a relembrar.	Sou respeitado Me sinto feliz.	Sim. Ela sempre me orienta quando esqueço.
02 Felipe	24	M	Sim.	As pessoas conversam comigo, me tratam bem.	Sim. Ela tem paciência comigo.
03 Jhonatas	32	M	Sim	A responsável diz que ele não falta, gosta muito do trabalho.	Sim. Tem alguém na empresa que os orienta e dá o auxílio quando necessário, principalmente quando esquecem.
04 Rodrigo	56	M	Sim	A responsável informa que o estudante se sente bem no trabalho.	Não soube dizer se tem alguém que o auxilia, mas deve existir, pois já trabalha há muito tempo neste

						setor como auxiliar de serviços gerais.
05	Gustavo	19	M	Acham que sim.	O aluno descompensou na escola por causa do trabalho.	Acham que si, pois o aluno melhorou o comportamento.

Fonte: própria autoria (2020)

O educando João Pedro diz que se sente muito feliz no ambiente de trabalho, fala com carinho da pessoa que o supervisiona. “Quando eu esqueço ela vem e me auxilia, aí eu volto a fazer e faço tudo certinho, sei ler e contar”.

O discente Felipe trabalha desde 2017 na empresa privada como empacotador, diz se sentir bem no ambiente do trabalho, gosta de como é tratado, “as pessoas gostam de mim, me chamam de bebê, não gosto de faltar, me sinto triste quando falto porque às vezes passo mal e tenho que ficar em casa”.

O tratamento dado à pessoa com deficiência intelectual ainda se dá pelo estigma do modelo médico que associa a deficiência como doença, não vendo a pessoa humana antes do processo da deficiência. Os apelidos carinhosos de “meu bebê”, “minha criança” para pessoas adultas revela o estigma do modelo médico que trata a pessoa com deficiência como um “coitadinho”, “doente” e “incapacitado”. Segundo Dias e Lopes de Oliveira (2013, p. 172) “o predomínio do modelo médico contribuiu para a aproximação semântica entre deficiência e doença mental, assim como fortaleceu uma leitura da primeira a partir do paradigma da falta, negligenciando o potencial de desenvolvimento inerente aos seres humanos”.

O estudante Jhonatas trabalha há cinco anos na empresa se sente feliz, não falta, “lá eles gostam muito do trabalho dele, a Senhora “K” o trata bem, sempre está por perto quando precisam, eles se empenham ao máximo para não errar”, diz a responsável quando perguntada sobre se tem alguém que os orienta dentro da empresa. A empresa recebe os pais e acolhe explicando sobre o desempenho do funcionário dentro da empresa.

O educando Rodrigo raramente falta às atividades laborais, diz a responsável, gosta muito do que faz. Como é uma pessoa muito tranquila, não tem dificuldade de relacionamentos, “as pessoas do trabalho gostam muito dele”, diz a responsável na entrevista. Acha que tem sim alguém que o orienta para que execute as atividades, pois, segundo entrevista da responsável, o discente não tem iniciativa própria, “sempre tem que ter alguém para orientá-lo”.

O discente Gustavo, não houve possibilidades de entrevistas com os responsáveis, a escola deu as informações sobre o trabalho do aluno. O trabalho desenvolvido na empresa é o de levar documentos de um setor para outro, acompanhar os visitantes aos locais solicitados,

tirar cópias de outros documentos quando necessário. Segundo entrevista o discente não falta às atividades laborais, chegou a descompensar psiquicamente, por ter se sentido exausto, pois, na empresa era obrigado a executar várias atividades em tempo rápido, ficava cansado e não queria mais voltar a trabalhar, ele relatou ainda que, o pai o obrigava a trabalhar, o que lhe causou extrema aflição, levando-o a descompensar na escola, apresentando comportamento agressivo com a docente e demais funcionários, mas ele conseguiu se acalmar graças as palavras da gestora que conseguiu conter o processo de ansiedade, estabilizando-o através de relaxamento corporal e conversação. O responsável foi chamado à escola e foi orientado a procedimentos cabíveis sobre a síndrome acometida do discente, também foi orientado a ir até a empresa e explanar a situação do filho e como deveriam dirigir o estudante nas atividades executadas, dando tempo e espaço para a realização das ações solicitadas na empresa, para que o estudante coordenasse as ideias com as atividades no ambiente laboral.

O estudo de Veltrone e Almeida (2010, p. 86) relata a importância de se preparar um profissional dentro da empresa para conduzir e orientar as atividades da pessoa com deficiência intelectual. Ao escolher uma pessoa que saiba se comunicar com o funcionário que apresenta deficiência intelectual a empresa estará trabalhando o processo, a autoestima e trabalhando o sentimento de pertencimento social. É importante escolher alguém que saiba lidar com o funcionário com deficiência intelectual, pois,

[...] ao selecionar um funcionário da empresa para que este possa acompanhar o novo funcionário com deficiência, auxiliando-o quando for necessário até que este aprenda as funções da empresa de maneira satisfatória. [...] Os empregadores acreditam na importância do apoio e da adaptação da empresa para que esta possa atender às necessidades específicas dos funcionários com deficiência.

A pesquisa de Freitas (2017) revela que o mundo empresarial está mudando de postura quanto à aceitação da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, mas a passos ainda muito lentos. A sociedade empresarial precisa se conscientizar de que a pessoa com deficiência tem direito a galgar um espaço no mundo do trabalho, que possui habilidades que devem ser permitidas e que possa demonstrar suas potencialidades, desmistificando ideias preconcebidas de incapacitação.

O quadro a seguir investiga sobre a importância do trabalho apresentando as respostas dos participantes. Também foi perguntado sobre o que o estudante aprendeu na escola se lhe estaria ajudando a conseguir trabalho nos espaços formais do mercado de trabalho e se gosta das atividades pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar.

Quadro 4: Espaços formais e a importância do trabalho

Participante(s)		Idade	Sexo	Qual a importância do trabalho na sua vida	O que você tem aprendido na Escola está lhe ajudando a conseguir trabalho?	Gosta das atividades desenvolvidas na escola?
01	João Pedro	33	M	Sempre gostei de trabalhar. O trabalho é muito importante para o nosso desenvolvimento pessoal	Sim. Aprendi a usar o computador na escola	Sim. Gosto de todas as atividades, principalmente o teatro, aulas de informática.
02	Felipe	24	M	Acho muito importante ganhar o meu dinheiro, gosto de trabalhar.	Sim	Sim. Gosto das aulas de dança e fazer as bijuterias.
03	Jhonatas	32	M	A responsável diz que depois que começou a trabalhar, percebeu a melhora de comportamento Gosta muito do trabalho	Sim. Ele aprendeu a se comportar e obedecer às ordens de comando	Sim. Não gosta de faltar às aulas. Gosta muito da oficina de vassouraria.
04	Rodrigo	56	M	Sim Nunca falta o trabalho, a não ser quando adocece.	Sim.	Sim Gosta das aulas da oficina de vassouraria, embora não consiga fazer uma vassoura sozinho, só sabe fazer se for em equipe
05	Gustavo	19	M	O aluno melhorou de comportamento depois que começou a trabalhar.	Sim.	Sim. Gosta de participar das atividades de teatro e bijuteria

Fonte: própria autoria (2020)

Os participantes que atuam nos espaços formais do mundo do trabalho foram unânimes em afirmar a satisfação em desempenhar uma função laboral nos espaços do mundo do trabalho, embora tenha sido a escola que tenha dado o parecer do discente Gustavo sobre o significado do trabalho na vida do educando, os mestres observaram uma mudança significativa no comportamento do aluno para melhor.

Neste quadro investigamos sobre a importância e significado do trabalho na vida do estudante tendo o trabalho como princípio educativo e a formação humana integral contemplando as aprendizagens dentro da abordagem dos que nos traz Borges (2017) a educação laboral é inerente aos atos humanos, fazendo parte de todas as ações humanas sejam físicas ou mentais. As ações do trabalho fazem parte do ser, não tem como separar o homem de

sua realização laboral. “[...] o trabalho não é só ganha-pão, mas também realização que dá sentido à vida.” (BARATO, 2008, p. 5)

Com base no estudo de Silva e Palhano (2005), o trabalho desenvolvido nas oficinas pedagógicas obedece ao princípio educativo do trabalho, possibilitando às pessoas com deficiência intelectual a inserção social.

Segundo Pistrak (2018, p. 83), as oficinas pedagógicas desempenham papel importante no desenvolvimento dos aprendizados dos discentes. “O trabalho na oficina escolar pode ser ligado ao estudo dos ofícios artesanais [...]. Aqui, a oficina já não será uma etapa elementar da grande produção, mas um campo imediato de experiências e comparações”.

Dando continuidade apresentamos a seguir o quinto quadro dos estudantes que estão inseridos nos espaços não formais, mas que já participaram de alguma atividade laboral como empregados e que, atualmente, estão atuando nos espaços informais do mundo do trabalho, vendendo seus produtos que foram aprendidos nas oficinas pedagógicas de acordo com suas habilidades e potencialidades.

Quadro 5: Espaços não formais/Mundo do trabalho

Participantes(s)	Idade	Sexo	Já trabalhou antes?	Gostava do que fazia?	O que você tem aprendido na Escola está lhe ajudando a conseguir trabalho	Você recebe Benefício Social?	
01	Sergio	43	M	Sim/Como Estagiário Empresas do Distrito Industrial	Sim.	Sim.	Não.
02	Isabela	37	F	Sim. Aux.Serv.Gerais	Sim.	Sim.	Sim.
03	Lara	21	F	Não.	XX	Sim.	Sim.
04	Rafael	41	M	Sim. Rede de Supermercados	Sim. Trabalha com Culinária	Sim.	Não.
05	Camila	45	F	Não.	XX	Sim.	Sim.
06	Helena	19	F	Sim. Rede de Supermercados	Sim.	Sim.	Sim.
07	Murilo	29	M	Não.	XX	Sim.	Não.
08	Charles	30	M	Não.	XX	Sim.	Sim.
09	Michel	17	M	Não.	XX	A responsável acha que dificilmente vai conseguir trabalhar devido à síndrome.	Não.
10	Renato	16	M	Sim. Comercio Local	Sim.	Sim.	Não.

11	Leticia	40	F	Sim. Auxiliar de Limpeza	Sim.	Sim.	Sim.
12	Pedro	23	M	Sim. Distrito Industrial	Sim.	Sim.	Não.

Fonte: própria autoria (2020)

Neste quadro percebemos que a maioria dos estudantes já desempenhou alguma atividade em espaços formais do mundo do trabalho, mas que, atualmente, estão atuando em espaços não formais vendendo seus produtos criados por suas próprias mãos nas adjacências de suas residências, comércios locais, paradas de ônibus, feiras e pedidos sob encomendas para clientes que conhecem o trabalho do estudante e da escola.

Os discentes Murilo, Charles e Michel nunca trabalharam. Nas entrevistas realizadas com as responsáveis percebemos nos discursos delas a não credibilidade nas potencialidades dos filhos. A genitora de Murilo diz: “eu tenho medo que ele erre e se machuque, as pessoas exigem que se faça tudo correto, como ele tem a deficiência fico com medo dele fazer errado e se machucar”. O discente Michel aprendeu a desenhar, seus quadros em tela foram dignos de serem expostos em uma galeria de artes, a responsável diz que no Brasil acha muito difícil sobreviver de arte. “Acho muito difícil no Brasil alguém viver de arte. Para efeito de terapia acho bom, positivo, ajuda ele a se sentir útil.” Charles também nunca trabalhou, a mãe tem vontade de introduzi-lo no mercado de trabalho, mas tem medo pelo filho já que Charles não tem autonomia, não consegue andar e resolver situações da vida diária e prática sem a presença de alguém.

Segundo o estudo de Silva e Furtado (2012, p. 96), a relação da pessoa com deficiência com a profissionalização representa uma das principais vias do sentido da inclusão e sentimento de pertencimento social, pois, através da atividade laboral “o indivíduo poderá demonstrar suas potencialidades e competências, além do reconhecimento como cidadãos”.

Silva, Prais e Silveira (2014, p. 253) destacam o papel fundamental da família na vida da pessoa com deficiência, se os familiares não acreditam na capacidade de seus entes queridos a inserção no mundo do trabalho, certamente encontrará muitos entraves. “Muitos familiares, a despeito do zelo, desconhecem as capacidades dessas pessoas e não sabem como ajudá-las a desenvolver suas potencialidades, e acabam por tratá-las como incapazes”. Se as famílias tratam o ambiente do trabalho com medo e receio, certamente, o filho com deficiência intelectual interpretará o mundo do trabalho com hostilidade. Os autores afirmam que a participação da família é essencial para o processo da inclusão social.

A discente Helena foi uma das entrevistadas e diz que já trabalhou, mas hoje não trabalha mais devido ao medo da perda do benefício social, “meus pais não deixam eu trabalhar, porque têm medo que eu perca minha aposentadoria”. O benefício social (aposentadoria) ao qual se refere a estudante é o chamado BPC (Benefício de Prestação Continuada). Percebemos nas entrevistas com os pais cujos filhos ganham o BPC muitos não permitem que os filhos trabalhem nos espaços formais por medo da perda do benefício.

O Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social representa uma ajuda financeira mensal equivalente a um salário mínimo que é oferecido pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a pessoas de baixa ou nenhuma renda, estendendo-se aos idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiências que estão incapacitadas para exercer qualquer atividade laboral.

De acordo com Silva, Prais e Silveira (2014, p. 252) atualmente não existe perda do benefício caso a pessoa com deficiência decida se empregar. O medo dos pais nas entrevistas se dá pelo receio da perda do benefício. “Muitos beneficiários preferem permanecer em casa, com renda assegurada, a arriscar-se em um ambiente de trabalho incerto e hostil. [...] é compreensível que as pessoas com deficiência considerem a opção pelo BPC a mais adequada”. Em 2011 a Lei 12.470 abriu espaço para a pessoa com deficiência que ganha o benefício e queira trabalhar, sendo que este ficará bloqueado, podendo ser reativado em caso de demissão.

A discente Leticia de acordo com entrevista da genitora estaria passando por problema de depressão, pois quer retornar à atividade laboral e não consegue emprego. A estudante trabalhava em uma empresa de reciclagem e gostava muito da atividade exercida, a responsável não especificou o porquê da saída do trabalho, mas que a saída da atividade laborativa teria deixado a discente acometida de tristeza, levando-a um estado depressivo, o que estaria causando aflição na genitora, que estaria sentindo medo de pensamentos e atos suicidas por parte da filha. As atividades aprendidas na oficina pedagógica são comercializadas pela genitora, mas a mãe devido ao trabalho não tem tempo de ficar junto à filha na realização da comercialização do produto. “Leticia sente falta de ganhar seu dinheirinho, mas ela não sabe vender, precisa de mim e eu não tenho tempo de sair com ela para vender as toalhinhas, só vendemos perto de casa, não dá pra ir pra mais longe devido ao meu trabalho, saio cedo e chego ao final da tarde”. A mãe está apreensiva com a situação da filha.

As autoras Silva e Furtado (2012) relatam que, apesar da existência de leis protecionistas que defendem o direito da pessoa com deficiência não garantem a empregabilidade e permanência na atividade laboral, ocasionando muitas vezes estados depressivos carregados de

sentimento de incapacitação por parte da pessoa com deficiência. Silva et al (2016, p. 65) descreve que,

O trabalho no sentido de emprego ou atividade salarial representa para as pessoas com deficiência uma fonte de recompensas simbólicas, tais como: sentimentos de valorização pessoal, conquista do direito ao trabalho, capacidade de contribuir para a renda familiar, entre outros, além de sentimento de dignidade dar lugar ao da vitimização.

As discentes Isabela, Lara e Camila já comercializam seus produtos aprendidos e criados na escola, vendem nos comércios locais e outros pontos comerciais. Os responsáveis administram suas rendas e acompanham as vendas.

Os discentes Renato e Pedro não estão trabalhando atualmente, mas já possuem experiência profissional no comércio e polo industrial de Manaus. Participam da oficina de vassouraria, aprendem rápido e já produzem o material e vendem nas adjacências de suas residências.

Destaco o caso dos estudantes Sergio e Rafael. Ambos são muito criativos, vivem dos aprendizados adquiridos na escola. Sergio é um verdadeiro artista plástico, transforma recipientes e vasilhames de plástico que iriam para o lixo em arte, “meu filho adora o que faz, aprende rápido, já trabalhou no Distrito, atualmente não está trabalhando, sente muita falta do trabalho na empresa”. Rafael aprendeu na escola a fazer comida, hoje ele e a esposa, que também foi aluna da escola, vivem do negócio próprio, trabalham com “quentinhas” (termo utilizado para se referir ao prato-feito).

O estudo de Silva, et al (2014, p. 2553) afirma que, a participação da família é fundamental no processo da inclusão nas atividades laborais no mundo do trabalho. “Quando a família não estimula o filho a buscar trabalho, a inclusão fica prejudicada. No entanto, quando ela participa e acredita este processo é facilitado”.

4.1.1 Análise de conteúdo: descobrindo as categorias

Para a apresentação dos resultados, a fala dos entrevistados foi organizada por categorias buscando caracterizar e identificar elementos associados ao processo de trabalho como princípio educativo, formação humana integral e pertencimento social. Para a análise dos conteúdos foi possível observar sete categorias como: satisfação laboral, necessidade de trabalho, atendimento humanizado na empresa, participação dos pais, medo da perda do benefício, descrença na capacidade do filho, sentimento de pertencimento social.

A pesquisa de Silva e Fossá (2015, p. 2) relata a importância da análise de conteúdo na interpretação de Bardin quando diz que:

Aos poucos, a análise de conteúdo, foi interessando a pesquisadores de diferentes áreas como a linguística, etnologia, história, psiquiatria, contribuindo para alavancar suas pesquisas aos trabalhos de parceiros na área da psicologia, ciências políticas e jornalismo.

Os conteúdos abordados nas entrevistas dos pais, estudantes e docentes trouxeram o princípio educativo do trabalho como imanência humana quando abordada a questão da satisfação e necessidade laboral. Uma das responsáveis relatou na entrevista que a falta da atividade laboral estaria afetando a vida da filha que está com idade avançada e não está conseguindo vender suas mercadorias, além de sentir “saudades quando trabalhava em uma empresa de reciclagem”.

A satisfação laboral provocou mudança de comportamento, foi percebida na entrevista com a genitora da discente Isabela: “percebi a mudança de comportamento na vida de Isabela, antes era inquieta e agressiva, depois que aprendeu a fazer as toalhinhas e passou a ter uma renda, a mudança de comportamento foi total, não falta as aulas, gosta do que faz e se sente feliz”.

O pensador Pistrak (2018, p. 49) descreve que a escola deve preparar o estudante para a vida, ensiná-lo a enfrentar os desafios de frente, preparados com os conhecimentos aprendidos e vivenciados dentro do espaço escolar, “a escola pode e deve desenvolver e ensinar aos estudantes uma determinada atitude frente ao mundo, um enfoque para a vida, [...] deve ser colocada em ligação com o trabalho[...] socialmente útil”.

Com base no estudo de Tavares (2014), o trabalho é uma necessidade universal que vai muito além dos aspectos biológicos como alimentação, segurança, lar e acolhimento humano. Existe uma necessidade intrínseca de participação em atividades laborais como fator primordial de inserção social. Segundo Borges (2017), o trabalho determina as ações humanas como imanência em seu sentido ontológico.

A pesquisa de Ramos (2008) descreve que todas as atividades são inerentes às ações humanas, pois, trabalho e saber educacional estão imbricados, não há como separá-los. Para Borges (2017, p. 110) “a educação tem uma função social central na humanização do homem e em seu desenvolvimento [...]. Todas as relações estabelecidas, portanto, fazem com que todos sejam, ao mesmo tempo, educadores e educandos.”

A satisfação e necessidade do trabalho foram verificadas em todas as falas dos entrevistados, mesmo nos estudantes que estavam afastados das atividades laborais por medo da perda do benefício social ou daqueles nos quais os pais não incentivam os filhos a desempenhar uma atividade laboral por medo dos erros que eles poderiam executar, também foi percebido o trabalho como processo intrínseco às ações humanas. Para Saviani (2013, p. 165) “o trabalho foi, é e continuará sendo o princípio educativo do sistema de ensino em seu conjunto”.

A análise das entrevistas nos mostrou a importância do trabalho na vida da pessoa com deficiência intelectual. Família e escola são membros fundamentais no processo da inclusão social no mundo do trabalho. A família pode se constituir como barreira à inserção no mundo do trabalho como o caso dos estudantes Murilo, Charles e Michel na medida em que adotam medidas protetivas inibitórias que não permitem o crescimento pessoal e profissional da pessoa com deficiência intelectual. Assim, para Tavares (2014, p. 183) é necessário compreender e reconhecer que ao separar o indivíduo daquilo que é inerente ao seu desenvolvimento como pessoa humana traz “um sentimento de incapacidade e fracasso”.

A genitora do discente Michel diz que apesar do filho ter se desenvolvido, inclusive, seus quadros através da escola chegaram a ser expostos em uma galeria de arte, não tem certeza de que algum dia o filho possa exercer uma função no mundo do trabalho.

O estudante Murilo nunca trabalhou, pois, seus responsáveis não acreditam em suas potencialidades, o discente cursa a oficina de vassouraria, quando está pintando o faz com concentração e zelo. Em entrevista com a genitora ela relata que tem medo que o filho se machuque nas atividades, “percebo que ele gosta de pintar, mas tenho medo que ele possa fazer as coisas erradas, tenho medo que se machuque. As pessoas podem não compreender a situação dele”.

Alguns responsáveis apresentaram em seus relatos o medo da perda do benefício social que recebem. Foi percebido em entrevista com a discente Helena, que ela sente vontade de exercer uma atividade, mas os pais não permitem por desconhecimento de seus direitos. Friedrich (2016, p. 9) diz que muitas empresas não contratam a pessoa com deficiência, pois muitos não aceitam “abrir mão do benefício para receberem uma renda inferior a um quarto do salário mínimo”.

A falta de crença nas potencialidades e habilidades por parte dos familiares impede que muitos possam desenvolver seu processo cognitivo através de uma atividade laboral que lhes traga pertencimento social. Silva e Furtado (2012) descrevem o fato de que muitos pais desconhecem o direito do retorno do benefício em caso de demissão do filho, o benefício fica

apenas bloqueado e em caso de perda do emprego, os pais podem desbloqueá-lo. A responsável da discente Isabele sabe de tal informação, prefere que a filha ganhe seu salário pelas vendas de seus produtos, “gosto de ver minha filha feliz, ela gosta de trabalhar fazendo suas vendas. O benefício está bloqueado, mas não tenho sentido falta, porque às vezes o que ela vende é mais o que ganharia com o BPC”.

Não acreditar na potencialidade do filho, segundo o estudo de Veltrone e Almeida (2010, p. 76) pode comprometer a qualidade da inserção da pessoa com deficiência ao mundo do trabalho. “O preconceito e o estigma com relação à deficiência também aparecem enquanto um fator que pode comprometer a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho”.

As barreiras devem ser desconstruídas nos seios familiares, a superproteção não permite que a pessoa com deficiência intelectual se desenvolva profissional e cognitivamente. Fois (2012) alerta que impor limitações à pessoa com deficiência intelectual é criar estereótipo de incapacitação, desrespeito e destruição da autonomia da pessoa com deficiência.

Família e escola devem ser parceiras na construção da formação profissional da pessoa com deficiência intelectual. Assim, o estudo de Silva e Palhano (2005, p. 3) descreve que,

Os projetos de formação profissional como princípio educativo, voltados para a educação da pessoa com deficiência devem evidenciar à sociedade que o trabalho produtivo possibilitará a esses sujeitos sua objetivação como ser social, pois é por meio dessa ação – o trabalho – que o ser humano cria riqueza e produz valor.

Em nossa cultura a educação, segundo afirmativa de Severino (2006, p. 621), sempre foi vista como um processo de humanização e integração. “**A educação não é apenas um processo institucional** e instrucional, seu lado visível, **mas fundamentalmente um investimento formativo do humano** (grifo nosso), seja na particularidade da relação pedagógica pessoal, seja no âmbito da relação social coletiva”.

As entrevistas nos mostraram em relação ao sentimento de pertencimento social do trabalho exercido nos espaços formais e não formais um nível de satisfação elevado. Os participantes João Pedro e Felipe falaram que se sentem bem e se relacionam muito bem com os colegas no ambiente de trabalho, são tratados com respeito. Quanto aos discentes Rafael, Camila, Sergio e Lara seus responsáveis relatam que eles gostam do que fazem, se sentem felizes no exercício da atividade laboral. As entrevistas mostraram que o mundo do trabalho se tornou fonte primordial de integração, desenvolvimento e autonomia das pessoas com deficiência intelectual.

O ambiente humanizado oportunizado pelos empregadores é fundamental para o processo de satisfação laboral relatado pelos responsáveis e discentes. As autoras Silva, Prais e Silveira (2014) descrevem que as empresas apresentam papel importantíssimo no processo da inclusão. Embora exista, segundo expõe Sawaia (2008), a dialética da inclusão/exclusão, a sociedade deve lutar para acabar com os estereótipos da incapacitação da pessoa com deficiência intelectual.

O trabalho de Silva, et al (2016) descreve que empregadores e empregados devem lutar por um espaço de trabalho na empresa que supere as discriminações e acolha em seus ambientes as pessoas com deficiência não pela imposição da Lei, mas pela conscientização da necessidade de uma sociedade inclusiva.

Com base no estudo de Redig e Glat (2017, p. 340), na busca do processo de inclusão social no mundo do trabalho, as empresas devem se preparar para receber o trabalhador com deficiência intelectual, criando condições adequadas como estruturas físicas e preparando um “instrutor laboral” que possa atuar como um profissional especializado para supervisionar, direcionar, ensinar e acompanhar as tarefas a ser executadas na empresa, para tanto,

[...] esse instrutor também conhecido como preparador laboral, é um profissional que tem como função fazer a intermediação entre o trabalhador e a empresa, bem como desenvolver ou encontrar a melhor adaptação possível. O suporte deve ser exercido de forma decrescente (ou seja, aos poucos, sua intervenção é reduzida) para que o sujeito com deficiência desenvolva as tarefas, fazendo com que ele estabeleça as metas, planeje suas ações e avalie os resultados de forma autônoma.

Segundo Redig e Glat (2017, p. 340, 341), existem duas formas de empregabilidade para a pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho: o “emprego apoiado” e o “trabalho customizado”, ambos precisam do supervisor/instrutor laboral para direcionar o trabalho da pessoa com deficiência. A diferença entre as duas vertentes está em que na primeira, a função já existe na empresa como montadores, faxineiros, porteiros entre outras, enquanto que o trabalho customizado, a nova função é inicialmente inexistente, precisando ser criada pela empresa, “combinando o interesse e habilidades do empregado com as necessidades do empregador”. Funções como: entregador de documentos, empacotadores, acompanhantes de visitantes, lavadores de louça, etc. são atividades laborais. Afinal, como afirma Barato (2008) o trabalho não representa somente o sentido de sobrevivência, mas o sentido da própria existência.

As empresas conhecem a Lei de Cotas 8.213/1991, mas nem todas respeitam o que determina seus decretos e pareceres. Muitas não empregam a pessoa com deficiência intelectual

por não estarem alfabetizados. Os cargos oferecidos para quem não sabe lê, escrever e contar são cargos que exigem pouca ou nenhuma qualificação, no entanto, todas as profissões merecem seu devido respeito, afinal garis, faxineiros, trabalhadores domésticos, empacotadores, auxiliares de serviços gerais, contadores, coletores, limpadores de prateleiras, encarregados de acompanhar visitantes, lavadores de carros, varredores de ruas, balconistas, e muitas outras, devem ser consideradas importantes. Pistrak (2018, p. 76) aponta essas profissões chamadas de “autosserviços” extremamente importantes para o desenvolvimento de qualquer sociedade, “estas questões sobre a nossa relação com o trabalho no autosserviço, tem importância social”.

Os autosserviços descritos no estudo de Pistrak (2018) são trabalhos considerados sem qualificação profissional, mas sem sua existência a sociedade está fadada ao caos e desestruturação, podendo ser acometida de desordens e doenças.

Segundo Lima, et al (2013, p. 47), o sentido do trabalho para a pessoa com deficiência precisa romper com o mito da incapacitação. A sociedade precisa acabar com o estereótipo da incapacidade e improdutividade, afinal,

A sociedade precisa acabar com o mito social que o vê a PcD como alguém improdutivo e com um mito familiar que o vê como dependente, como quem precisa sempre de cuidados especiais e não reúne as condições de desenvolver um trabalho que represente realização e satisfação dos desejos.

O sentimento de pertencimento social é fundamental para o equilíbrio emocional do sujeito, “o homem sem trabalho ou não reconhecido em seu trabalho, [...] está próximo da depressão” (LIMA, et al, 2013, p 48.). Sentimento relatado pela responsável de Leticia que diz que a filha está com depressão, pois quer retornar às atividades laborais e não consegue.

A atividade laboral não representa somente uma forma de renda, mas uma maneira de inserção social, uma forma de pertencimento, pois, o trabalhador precisa estar em relação com seus pares, crescendo e aprendendo. É pelo trabalho que as pessoas expressam suas potencialidades, habilidades e competências.

O trabalhador com deficiência intelectual inserido no espaço escolar precisa estar preparado para desempenhar funções laborais no mundo do trabalho. A escola Diofanto prepara o discente para atuar nesses espaços se utilizando e fazendo uso de ferramentas da internet que possibilitam aos profissionais de ensino extrapolar seus conhecimentos, enriquecendo suas experiências profissionais.

4.2 A tecnologia abraçada com a educação: Youtube como ferramenta estratégica

A partir da pesquisa desenvolvida foi pensado na criação de um produto que mostrasse o trabalho desenvolvido na Escola Diofanto. A decisão pela produção de um vídeo informativo tem como objetivo mostrar para a sociedade o trabalho da escola e, principalmente, apresentar para o mundo a pessoa com deficiência intelectual que possui capacitação de desenvolver uma atividade laboral, confirmados nas pesquisas e estudos de Veltrone e Almeida (2010), Tavares (2014), Pistrak (2018) entre outros que defendem o direito e o respeito da pessoa com deficiência intelectual adentrar ao mundo do trabalho. O vídeo foi aplicado na internet via plataforma do YouTube para que a sociedade possa tomar conhecimento sobre o trabalho pedagógico desenvolvido pelos profissionais de ensino que se dedicam ao discente com deficiência intelectual.

O Youtube representa uma ferramenta imprescindível para os profissionais de todas as áreas, incluindo os do ensino, que usam seus canais e tecnologias em seus espaços de trabalho. Os docentes da Escola Diofanto usam a plataforma como instrumento didático para atingir o objetivo de ensinar. As aulas são atrativas, pois, o manipular a tecnologia gera sentimento de pertencimento social. Segundo Burgess e Green (2009, p. 8) os profissionais de ensino utilizam suas ferramentas para criar e ministrar de uma maneira mais prazerosa os conteúdos didáticos, visto que a maioria dos estudantes estão equipados com tecnologia como tabletes e celulares, que lhes possibilita acesso direto a plataforma do Youtube. A tecnologia proporciona “a professores que buscam novas maneiras de envolver seus alunos e aprimorar suas aulas”.

Os autores Burgess e Green (2009, p. 9) comprovam a importância da mídia considerada no século XXI “o maior aglutinador de mídia de massa da internet no início do século 21”.

O Youtube, assim como outras mídias eletrônicas moldaram e mudaram comportamentos, inovaram salas de aulas. A pesquisa de Burgess e Green (2009, p. 9) diz que,

O fascínio da imagem atinge seu ápice quando nós somos a própria mensagem. Talvez por isso o YouTube seja um irresistível local dessa enorme ágora virtual que, independentemente dos seus problemas e formatos, permite a cada um ser a própria mídia, celebridades do nosso cotidiano.

Os estudantes quando foram informados sobre a participação do vídeo informativo apresentaram satisfação em ser filmados, mostrando o trabalho que desempenham nas oficinas pedagógicas. Vale ressaltar que todos os participantes, cuja imagem é mostrada no produto educacional, sejam docentes, responsáveis e discentes foram informados sobre o TCLE (Termo

de Consentimento Livre e Esclarecido) e TAUIV (Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz) que foram assinados, sendo permitida a participação dos estudantes na mostra do vídeo. “O Sérgio ficou muito feliz em mostrar o trabalho artístico que ele faz. Ele usa o Youtube para aprender a fazer os seus trabalhos manuais”, diz a responsável pelo estudante. O estudante usa a plataforma para criar seus artefatos decorativos, elaborados a partir de vasilhames de plásticos que iriam para o lixo, ele os transforma em arte. “Ele faz elefantes, sapos, e outros animais de garrafas plásticas, também vasos decorativos e dá de presente para as professoras”, relata a docente da oficina de vassouraria.

A plataforma do Youtube representa segundo Burgess e Green (2009) a possibilidade de pessoas de vários ramos profissionais e acadêmicos, pessoas físicas de diversas nacionalidades criar vídeos e, a partir daí compartilhar conhecimentos com o mundo. Para Quadros e Quadros Jr (2013, p. 1) “o Youtube, plataforma de distribuição de vídeos também pode ser o lugar de ensinar e aprender”. Os autores chamam a atenção para a qualidade das informações contidas nos vídeos, nem tudo o que é postado e mostrado na plataforma poderá ser usado no campo da educação. A instituição escolar deve estar atenta a esses fatos, procurando usar de forma adequada a ferramenta digital.

O estudo de Quadros e Quadro Jr (2013, p. 2) diz que a ferramenta do Youtube tem sido muito utilizada por profissionais de ensino que usam, tanto para elaborar apresentações em sala de aula como para apreender conteúdos temáticos que poderão ser ministrados nas disciplinas trabalhadas pelos docentes. “Os vídeos educativos do Youtube, que são usados em escola públicas e particulares, também têm sido adotados como reforço para compreender melhor o conteúdo passado em sala”.

Segundo Dallacosta (2004, p. 2) os vídeos embora não permitam interferência no momento da exibição, não poderão ser negligenciados “pela sua enorme capacidade de sensibilização e motivação dos alunos”.

O produto educacional em forma de vídeo informativo possibilita aos docentes mostrar suas estratégias pedagógicas a outros profissionais de ensino que atendam em salas de aulas pessoas com deficiência intelectual, apresentando procedimentos e recursos didáticos que poderão ser aplicados em suas disciplinas sejam dentro das ciências humanas, biológicas ou exatas, auxiliando e proporcionando aos educandos a preparação e inserção para o mundo do trabalho.

5 HAJA CORAÇÃO: CRIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica/EPT além de propiciar formação profissional e tecnológica, apresenta como objetivo desenvolver um produto educacional direcionado ao ensino da rede básica de educação, “por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado” (PROFEPT, 2018, p. 2).

De acordo com o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) as pesquisas desenvolvidas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* devem estar relacionadas ao processo do ensino voltadas para o mundo do trabalho nos espaços formais e não formais.

Segundo Leite (2018, p. 330/331) os mestrados profissionais foram instituídos pela “Portaria nº 47, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e pela subsequente regulamentação expressa na Portaria nº 80/1998, do Ministério da Educação”, tendo como objetivo a integração entre conhecimento científico e pedagógico, partindo dos processos curriculares, construindo produtos educacionais que certifiquem o processo científico, destinando-se aos profissionais da educação básica e aos espaços formais e não formais do mundo do trabalho. “[...] os mestrados profissionais na Área de Ensino necessitam gerar produtos educacionais para uso em escolas públicas do país, além de dissertações e artigos derivados do relato descritivo e analítico dessas experiências”. O produto educacional, segundo descrito no estudo de Leite (2018), precisa ser validado e seu uso deve ser de livre acesso nos meios acadêmico, principalmente, em repositórios.

O vídeo foi lançado na plataforma do Youtube no dia 16 de junho de 2020, sendo visualizado por várias pessoas, havendo muitos comentários abordados, tanto na plataforma do Youtube como nas redes sociais como WhatsApp e Facebook.

Ressaltamos que nas sonoradas do vídeo aparece uma intérprete de LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais) que traduz as falas. O vídeo foi editado no dia 17 de agosto de 2020, pois houve necessidade de acrescentar um áudio descritivo quando apresenta as vinhetas com os pensamentos dos autores Barato (2008), Borges (2017) e Pistrak (2018) para atender ao público da pessoa com deficiência visual. Devido ao complemento do áudio, os comentários citados nesta dissertação desapareceram, pois na plataforma do Youtube cada vídeo recebe uma URL (Uniform Resource Locator/Localizador Uniforme de Recursos) única. Os comentários desta dissertação constavam na <https://www.youtube.com/watch?v=nnBPyIwYW2Y&t=359s>, que foi substituída.

O link do vídeo atual: https://www.youtube.com/watch?v=Z4I9N_Elhqs&t=7s, tendo como título “Trabalho e Inclusão: Não existem limitações para o sucesso” apresenta, inicialmente, a pesquisadora que faz um rápido resumo sobre o conceito de trabalho como princípio educativo, apresentando Borges (2017) que aborda o trabalho como processo de humanização nas relações de trabalho no universo mercadológico.

O objetivo do produto educacional é mostrar para os profissionais de ensino as estratégias pedagógicas desenvolvidas pela Escola Diofanto Vieira Monteiro que prepara pessoas com deficiência intelectual para o mundo do trabalho, apresentando aos docentes que atuam na rede pública e privada do ensino regular procedimentos didáticos que poderão ser aplicados ao público de estudantes que apresentam deficiência mental, sensorial, física e intelectual, trabalhando as habilidades e potencialidades dessas pessoas.

O vídeo apresenta os integrantes da escola relatando o trabalho desenvolvido, a partir da fala da gestora, de uma docente e de uma mãe. A gestora fala sobre o objetivo e missão da escola que é preparar o estudante com deficiência intelectual para atuar no mundo mercadológico, criando parcerias com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas) e apresentando os trabalhos artísticos dos estudantes em museus, especificadamente, o espaço de arte Teatro Usina Chaminé. Uma docente relata como é feito o trabalho de valorização das telas da oficina de pintura, esclarecendo aos pais sobre o trabalho e o valor econômico que o estudante apresenta ao criar no espaço da escola suas artes, usando tintas e pinceis que poderão adentrar ao mundo do empreendedorismo.

A mãe de um estudante relata sobre a mudança de comportamento do filho a partir dos trabalhos pedagógicos desenvolvidos na escola e de acordo com Pistrak (2018, p. 64) “o trabalho disciplina e organiza pessoas”, pois, “qualquer trabalho, por si mesmo é um excelente princípio que educa”, a mãe relata, ainda, sobre a descoberta de talentos e potencialidades. O vídeo mostra um dos estudantes que utiliza recipientes plásticos para fazer artesanato, comprovando o sentido imanente do trabalho como princípio educativo como afirma Barato (2008) quando diz que o trabalho possui significado social, construindo e formando identidade. O vídeo faz uma pequena apresentação dos estudantes na oficina de vassouraria sendo apresentado pela professora da oficina de vassouraria. Segundo Pistrak (2018) o trabalho realizado dentro das oficinas tem como objetivo primordial levar os estudantes a adquirirem hábitos considerados fundamentais e necessários para o processo de desenvolvimento da educação.

De acordo com Silva, Martins e Oliveira (2010), o vídeo lançado na internet oportuniza ao mundo conhecer o trabalho de uma determinada instituição de ensino. O trabalho que a

escola vem desenvolvendo com os discentes com deficiência intelectual é importante que seja compartilhado pela sociedade que prima pela inclusão social. A aplicação do vídeo informativo como produto educacional visa ao reconhecimento dos profissionais de ensino das oficinas pedagógicas que lutam pela real concretização da inserção social da pessoa com deficiência intelectual nos espaços formais e não formais do universo das atividades laborais.

Na maioria dos comentários do primeiro lançamento do vídeo, as pessoas parabenizaram a escola pelo excelente trabalho pedagógico desenvolvido com pessoas que apresentam deficiência intelectual. “Parabéns ao excelente trabalho de divulgação dessas pessoas que, mesmo sendo especiais são capazes de elaborar lindos trabalhos e muitas vezes esquecidos pela sociedade e não dão crédito ao trabalho e potencial dessas pessoas”. Um profissional do ensino da rede regular da educação básica também parabeniza pela iniciativa do trabalho, “como seria maravilhoso se todas as escolas tivessem essas oficinas, que incentivam as habilidades e também ajudam as famílias a ser empreendedoras, dando de alguma forma um meio para o seu sustento, além de descobrir novos talentos”. Também tivemos um comentário de um estudante que apresenta Síndrome de Asperger, “é bom ver que a arte alcança todos, inclusive, os que têm algo de especial”.

Um profissional do ensino pertencente a um grupo de WhatsApp Mestrados do ProfEPT diz “excelente produto educacional. Bem objetivo, atrativo, coeso e claro. Já vou usar aqui na minha escola. Parabéns pelo excelente trabalho”. Outra pessoa escreve que gostou bastante do produto educacional, “as pessoas deviam mesmo ter contato com este tipo de realidade para entender a inclusão escolar. Não sei quem é a colega, mas ela está de parabéns”.

A gestora, que foi uma das entrevistadas desta pesquisa e participou da sonora do vídeo parabeniza a pesquisadora dizendo: “lindo trabalho que você realizou dentro de nossa escola em visualizar as atividades inclusivas que desenvolvemos com nossos adolescentes e jovens especiais”. Alguns pais que foram entrevistados durante o processo da pesquisa deram suas contribuições parabenizando a pesquisa.

Houve apreciação jornalística eletrônica parabenizando o trabalho desenvolvido pela escola: “parabenizo a direção e o corpo docente da Escola Estadual Diofanto Vieira Monteiro pelo relevantíssimo trabalho desenvolvido em prol da profissionalização e humanização de seu corpo discente. A escola Diofanto honra e dignifica o Amazonas. É um orgulho para nós brasileiros”.

Os comentários foram todos favoráveis, não houve nenhum que discordasse sobre as falas ou apresentação do trabalho, confirmando que a sociedade prima pelo sentido da inclusão, pois, muitos possuem em seu seio familiar alguém que tem alguma deficiência e apresenta

sentimento de pertencimento social e, devido a ideias preconcebidas de incapacitação cegam diante das potencialidades e habilidades que essas pessoas apresentam e que podem desenvolvê-las no mundo do trabalho, para tanto, é preciso que a sociedade não os exclua, e abandonem o discurso contraditório do incluir para excluir como apresenta Sawaia (2008).

O vídeo finaliza com uma frase dos autores Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 4) que diz que “o trabalho não é apenas a remuneração, emprego, status. Através do trabalho o ser humano se humaniza, se cria, se expande, se aperfeiçoa em conhecimento”.

O trabalho dignifica as ações humanas, através dos atos intencionais humanos o mundo é transformado. O trabalho é a base de desenvolvimento humano, a prática laboral gera nas pessoas sentimento de pertencimento social. A necessidade da prática social leva o trabalhador a usar a sua criatividade, força de trabalho, suor e lágrima cujo objetivo primordial é a transformação pessoal e social pelo qual o indivíduo se cria e recria o mundo que está a sua volta. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 25) “o trabalho humano efetiva-se, concretiza-se em coisas, objetos, formas, gestos, palavras, cores, sons, em realizações materiais e espirituais”. O trabalho é fator de mudança e transformação social, é pelo trabalho que o homem constrói sua história, transformando a si e ao meio ao qual está inserido. Todo trabalho tem significado social, precisamos abrir espaços para essas pessoas, mostrando para a sociedade a urgência de justiça e equidade social.

6 E CONCLUINDO, AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da pessoa com deficiência foi marcada por preconceitos, ideias estereotipadas e estigmas. Analisando o processo histórico podemos notar, que nos primórdios quando os homens eram nômades e mesmo vivendo em grupo, as pessoas que nasciam com uma deficiência e que fossem vistas como um problema eram abandonadas ou eliminadas. Na idade antiga as mudanças foram poucas, alguns que nasciam com deficiência eram tolerados quando serviam como atração circense ou se transformavam em pedintes. Assim, ressaltamos que, nada se sabe sobre a aceitação da pessoa com deficiência intelectual, acredita-se que eram abandonadas ou como faziam os espartanos que as descartavam do meio social. Em outros momentos históricos como Idade Média e Contemporânea os pontos de vistas foram sendo mudados, surgiram novos contextos e valores religiosos que passaram a buscar outras respostas e cuidados para a pessoa com deficiência. Pesquisas surgiram e conceitos pedagógicos primaram pelo acolhimento e compreensão das deficiências. Surgiram leis de proteção que permitiram à pessoa com deficiência mostrar suas habilidades e potencialidades.

O trabalho permeia nossos atos e reflexões, o saber está impregnado em cada ato humano. O fazer e o saber são inerentes às ações humanas. Os homens, diferentemente dos animais, criam e transformam o ambiente no qual se encontram inseridos construindo sua historicidade com atos intencionais. Os animais apresentam uma estrutura biológica que os possibilita trabalhar para sobreviver, se defender e se abrigar, mas seus atos são repetitivos e não carregam intencionalidade, não são capazes de aprendizados que os levam a transformarem a natureza e a si mesmos.

O trabalho se apresenta em várias categorias: labuta, renda econômica, sofrimento, sobrevivência, imanência, princípio educativo. Esta pesquisa abordou o trabalho como princípio educativo que permeia nossas relações sociais. As ações humanas na construção do trabalho jamais separam o fazer do saber, o manual do intelectual. Autor e obra são inseparáveis. Dentro desse contexto se encontra a pessoa com deficiência intelectual que sente necessidade de uma prática laboral, portanto, além da categoria trabalho como princípio educativo, o sentimento de pertencimento social é discutido na pesquisa através da análise e discussão dos dados, essa categoria foi significativa e relevante, comprovando que a pessoa com deficiência intelectual possui potencialidades e habilidades que poderão ser usadas nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho.

A pessoa com deficiência intelectual precisa estar apta para adentrar ao universo mercadológico. Assim, descrevemos o trabalho da Escola Diofanto que aplica estratégias

pedagógicas para alfabetizar o estudante com deficiência intelectual, preparando sua inserção no mundo do trabalho. O mercado capitalista exige do trabalhador que ele esteja alfabetizado, a era tecnológica precisa que seus trabalhadores saibam ler as instruções de aparelhos sofisticados para que possam manejá-los. Pensando nesse contexto a Escola Diofanto decidiu fazer um levantamento pedagógico, enquadrando os estudantes de acordo com os nivelamentos alfabéticos de Emília Ferreiro e Ana Terebosky.

O trabalho das oficinas pedagógicas vai além de ensinar uma profissão, os profissionais de ensino desenvolvem o processo alfabético a partir das atividades exercidas nas oficinas. A escola, além do saber sistematizado traz como proposta pedagógica uma formação humana integral que objetiva oportunizar aos educandos conhecer outros aspectos do ensino como jogos, teatro, aulas de dança e informática e atividades extraclasse como visitas às empresas comerciais e exposições de seus trabalhos artísticos realizados nas oficinas. A formação humana integral foi uma das categorias que se buscou desenvolver nesta pesquisa que, mostra o conhecimento além do saber sistematizado, oportunizando aos discentes saberes em outras áreas para que possam ter poder de escolha nos ramos profissionais a serem escolhidos.

Apresentamos os objetivos específicos que foram explicitados: descrevemos os fatores históricos da pessoa com deficiência desde os estereótipos e estigmas às conquistas adquiridas, abordando o trabalho do estudante com deficiência intelectual nas oficinas pedagógicas e a preparação para o mundo do trabalho. Trouxemos o sentido filosófico ontológico do trabalho e suas categorias como princípio educativo, formação humana integral e pertencimento social. Apresentamos os procedimentos metodológicos usando a técnica de Bardin (2016) de análise dos conteúdos comprovando a necessidade de pertencimento social no mundo do trabalho da pessoa com deficiência intelectual. Criamos um produto educacional que desmistifica o estereótipo da incapacitação, mostrando possibilidades de inserção no mundo do trabalho da pessoa com deficiência intelectual.

O produto educacional apresentado em forma de um vídeo informativo cujo objetivo foi o de mostrar para os profissionais de ensino da rede regular seja público ou privado estratégias pedagógicas que poderão auxiliar aos docentes que tenham em salas de aulas pessoas com deficiência intelectual, mostrando para esses profissionais procedimentos possíveis de ser trabalhados pedagogicamente incentivando esses estudantes a inserção ao mundo do trabalho.

O vídeo foi editado para atender ao público da pessoa com deficiência visual, sendo acrescentado um áudio descritivo. A plataforma do Youtube possui URL única, por este motivo, a partir do novo endereço, surgiram outros comentários de pais, docentes e público em geral,

parabenizando pelo trabalho que mostrou à sociedade as potencialidades e habilidades da pessoa com deficiência intelectual desempenhando tarefas no mundo do trabalho.

A história mostrou que a pessoa com deficiência sofreu muitos percalços, mas também houve conquistas e vitórias. O vídeo informativo como produto educacional oportunizará a sociedade conhecer o trabalho da Escola Estadual Diofanto Vieira Monteiro.

Durante o processo da pesquisa por meio das entrevistas, surgiu a necessidade de se construir uma cartilha, com o objetivo de esclarecer os pais e sociedade em geral que a pessoa com deficiência intelectual possui plena capacitação de adentrar nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho, não importando se a atividade a ser desempenhada seja uma profissão com status social ou não. Profissões como: entregador de documentos, varredores de rua, limpadores de prateleiras, faxineiros, domésticos, lavadores de carro, de louças entre outros são trabalhos considerados essenciais como afirma (Pistrak, 2018). Toda e qualquer sociedade necessita destes tipos de serviços.

A cartilha deve primar pelo esclarecimento aos pais sobre a o Benefício de Prestação Continuada (BPC), esclarecendo que o trabalho com carteira assinada não significa perda do benefício, mas apenas suspensão temporária, ficando bloqueado e que em caso de demissão da atividade laboral, o responsável poderá reaver o benefício. A cartilha também deverá conter outras informações que são primordiais para a sociedade conhecer sobre a pessoa com deficiência intelectual como comportamento e características cognitivas. Também foi sugerido pelos profissionais de ensino que a Cartilha contemplasse estratégias pedagógicas que pudessem auxiliar outros profissionais da rede regular da educação básica que tem em suas salas de aulas pessoas com deficiência intelectual, sensorial, mental ou visual.

A proposta pedagógica da cartilha não foi possível ser construída devido ao momento delicado que a sociedade está passando, o processo da pandemia da COVID-19 que está assolando o planeta Terra, impossibilitou, assim, a construção da cartilha como produto educacional, deixado para uma próxima pesquisa.

A pesquisa constatou que, apesar das limitações das pessoas sejam sensoriais, físicas, mentais ou intelectuais, a necessidade da prática laboral é fundamental para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Os dados comprovaram a necessidade de pertencimento social, confirmaram que o trabalho faz parte da vida e oferece autonomia a essas pessoas. Portanto, é fundamental que família, sociedade e escola trabalhem juntas em busca de condições que ofereçam oportunidades a essas pessoas, tendo como objetivo primordial destruir barreiras estigmatizantes que impeçam as pessoas com deficiência intelectual de adentrarem ao mundo do trabalho.

A escola está fazendo a sua parte, criando parcerias entre instituição de ensino e mundo comercial, alfabetizando e preparando os discentes com habilidades trabalhadas nas oficinas pedagógicas para oportunizar a todos o direito a desenvolver uma atividade laboral.

A profissionalização da pessoa com deficiência intelectual é um pressuposto primordial da inclusão social, pois permitirá aos indivíduos expressarem e demonstrarem suas potencialidades e habilidades. Além disso, essas pessoas passam a ser reconhecidas como cidadãos de direitos. Portanto, o trabalho exerce na vida destas pessoas um efeito de elevação de autoestima primordial para o desenvolvimento cognitivo. O respeito ao diferente e às diferenças urge para uma sociedade que clama por justiça e equidade social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Néri de Barros. A idade média entre o “poder público” e a “centralização política” itinerários de uma construção historiográfica. **Varia História**, v. 26, n. 34, Belo Horizonte: 2010.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**. Centro de Estudos e Educação e Sociedade Brasil: Campinas, v. 25, n. 87, mar./ago., p. 335-351, 2004.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena P. **Filosofando: Introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2005.

BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a educação profissional. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 34, n.3, set./dez. 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução; Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia**. 14ª edição, São Paulo: Saraiva, 2008.

BORGES, Liliam Faria Porto. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. **Rev. Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 45, p. 101-126, jul./set., 2017.

BRASIL, **Diário Oficial do Amazonas**. Decreto Nº 6.333 de 13 de maio de 1982.

BRASIL, **Lei N. 12.470** de 31 de agosto de 2011. Dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social.

BRASIL. **Lei de Cotas N. 8.213** de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências a contratação de portadores de necessidades especiais.

BRASIL, **Resolução N. 196** de 10 de Outubro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/MEC. Portal do MEC. Acessado em 11 de fevereiro de 2019.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **Youtube e a revolução digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. Tradução: Ricardo Grassetti. São Paulo: Aleph, 2009.

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. **Revista Trabalho Necessário**, ano 3, n. 2, 2008.

CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DE COMPORTAMENTO DA CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. **Coord. Organiz. Mund. da Saúde**. Trad.: Dorgival Caetano, Porto Alegre: Artmed, 2011.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

CORCINI, Marli Aparecida Casprov. Educação Especial e a sua trajetória histórica e política: Uma abordagem crítica através de grupos e discussão/ **Cadernos PDE: Produções Didático-pedagógicas**, v. II, ISBN 978-85-8015-094-0, 2016.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. **Educação Profissional no Brasil: Síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: Editora SENAC, 2017.

CORRENT, Nikolas. Da antiguidade a contemporaneidade: a deficiência e suas concepções. **Revista Científica Semana Acadêmica**. ISSN 2236-6717, 2016.

DALLACOSTA, Adriana. Possibilidades educacionais do uso de vídeos anotados no Youtube. **Departamento de Educação e Cultura do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, abril, 2004.

DAMASCENO, Allan Rocha; COSTA, Valdelúcia Alves da. Política organizacional e trabalho na escola: projeto pedagógico e educação inclusiva. *In*: MATOS, Maria Almerinda de Souza, (Org.). **Educação e Política: O enfoque da diversidade, diferença e deficiência na Amazônia**. Manaus: Editora Vitória, 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 1992.

DIAS, Sueli de Souza; LOPES DE OLIVEIRA, Maria Claudia Santos. Deficiência Intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 19, n. 2, p. 169-182, jun., 2013.

DICIONÁRIO INFORMAL. <https://www.dicionarioinformal.com.br>. Pesquisa realizada em 15/02/2019.

DOVAL, Jorge Luiz Moraes. **Inclusão de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho: desafios e tendências**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

DREYER, Loiva. Alfabetização: o olhar de Paulo Freire. **EDUCERE: X Congresso Nacional de Educação**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná/Curitiba (PUCPR), 2011.

ESTANISLAU, Gustavo M.; BRESSAN, Rodrigo Affonseca. (Org.). **Saúde mental na escola: O que os educadores devem saber**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FERNANDES, Wania Ribeiro. Inclusão e Educação: Saberes, Poderes e Prática. *In*: MATOS, Maria Almerinda de Souza, (Org.). **Pesquisa em Educação e Inclusão: fundamentos teóricos na contextura da globalização**. Manaus: EDUA, 2017.

FERREIRO, Emília; TEREBOCKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FIGUEIRA, Diana Sofia Santos França. **Acesso ao mercado de trabalho**: o caso das pessoas com deficiência mental. Convilhã: Universidade da Beira Interior, 2012.

FILHO, Horácio Penteado de Faria e Silva. O Empresariado e a Educação. *In*: FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felícia R.; FRANCO, Maria Laura P. B. (Org.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**: Um debate Multidisciplinar, 16 ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FOINKINOS, Lorena; LUZ, Síntia. Trabalho como categoria do homem e das relações sociais. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. UFMA, São Luiz/MA, 22 a 25 de agosto, 2017.

FOIS, Adriana Trindade. **Deficiência e mercado de trabalho**: A inclusão como fator chave para a construção da autonomia do sujeito com deficiência intelectual. Universidade de Brasília/UNB: Curso de Pedagogia, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo (1921-1997). **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa, 59ª ed., Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Samanta Araujo. **Deficiência, trabalho e formação profissional**. Manaus: Dalmir Pacheco Editor, 2017.

FREIRE, Samanta Araujo. **O Deficiente e o Mercado de Trabalho**: uma análise dos programas de qualificação profissional no município de Manaus, Manaus: UFAM, 2015.

FRIEDRICH, Ricardo Werner. Pessoa com deficiência no mercado de trabalho: dificuldades na inclusão. **XIII Seminário Internacional**. Demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea, 2016.

FRIGOTO, Gaudêncio. ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práticas Pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, nº 38, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs). **A formação do cidadão produtivo**: a cultura de mercado no ensino médio integrado. Brasília: INEP, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores.. *In*: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho (Org.). **Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e Certificação Educacional e Profissional**. São Paulo: CUT, 2005

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores – Excertos. **Revista HISTEDBR** – On-line, v. 12, n. 46, jun., 2012.

FUENTES, Daniel; MALLOY-DINIZ, Leandro F.; CAMARGO, Cândida Helena Pires de; CONSENZA, Ramon M. **Neuropsicologia: Teoria e Prática**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GARGHETTI, Franciane Cristine. MEDEIROS, José Gonçalves. NUERNBERG, Adriano Henrique. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Eletrônica de Investigacion y Docencia (RED)**, jul., 2013.

GENTILI, Pablo (organizador). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. Tradução de Vânia Paganini Thueler e Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

GONÇALVES, Elane Cristina. Historicidade da Educação Especial. **RECE-Revista Eletronica de Ciências da Educação**. Faculdade Cenecista de Campo Largo, v.9, n. 2, 2010.

GRANDI, Temple. PANEK, Richard. **O cérebro autista**. São Paulo: Record, 2015.

GUGEL, Maria Aparecida. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. **Ampid** (Associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência), 2007. Disponível em http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 13/11/2019.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes. **Esclarecendo as Deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. São Paulo: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda., 2008.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Tradução de Waltensir Dutra, atualização e revisão técnica: Marcia Guerra, 22 ed. ver. e ampl., Rio de Janeiro: LTC, 2019.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. Oficina Abrigada e a “Integração” do “Deficiente Mental”. **XIV Reunião da ANPEA**, 1991.

KNAPP, Paulo (Org.). **Terapia Cognitivo-Comportamental na prática psiquiátrica**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: **Teorias Psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2019.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em mestrados profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **7º congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (Atas CIAIQ)**, v. 1, 2018.

LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Brasília: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIBÓRIO, Luiz Alencar. O evolucionismo criador de Chardin: aspectos antropológicos. **Rev. Eletrônica: Paralelus**, Recife, ano2, n. 4, jun./dez., 2011.

LIMA, Michelle Pinto de Lima; TAVARES, Nathalia Vasconcelos; BRITO, Mozar José; CAPPELLE, Monica Carvalho Alves. O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 14, n. 2. São Paulo, 2013.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão e Educação.** 1. Ed., 2. Reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LOPES, Maura Corcini; LOCKMANN, Kamila; HATTGE, Morgana Domenica. Políticas de Estado e Inclusão. **Universidade Pedagógica Nacional.** Pedagogia y Saberes. Universidad de Educación, v. 38, p. 41-50, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U., 2017.

MACHADO, L. R. de S. **Pedagogia fabril e qualificação do trabalho:** mediações educativas do realinhamento produtivo. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1999.

MALLOY-DINIZ, Leandro F.; MATTOS, Paulo; ABREU, Neander; FUENTES, Daniel. **Neuropsicologia:** Aplicações clínicas. Porto Alegre: Artmed, 2016.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS – DSM -5 [recurso eletrônico]. American Psychiatric Association. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* **Revisão Técnica:** Aristides Volpato Cordioli *et al.*, 5. ed., Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARQUEZAN, Reinoldo. **O deficiente no discurso da legislação.** São Paulo: Papyrus, 2009.

MATOS, Maria Almerinda d Souza; LIMA, Osmarina Guimarães de. Educação inclusiva: A regulação das políticas públicas como motivação epistemológica *In:* MATOS, Maria Almerinda de Souza (Org.). **Pesquisa em Educação e Inclusão:** Fundamentos teóricos na contextura da globalização. Manaus: EDUA, 2017.

MATOS, Maria Almerinda de Souza; PANSINI, Flávia. O Materialismo Histórico Dialético como alternativa teórico-metodológica na Educação Especial *In:* MATOS, Maria Almerinda de Souza (Org.). **Metodologia, Educação Especial e Inclusão:** veredas da inclusão no contexto da globalização. Manaus: EDUA, 2017.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Reflexões sobre inclusão com responsabilidade. **Revista @ambienteeducação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 165-168, ago./dez., 2008.

METTRAU, Marsyl Bullkool; REIS, Haydéa Maria Marino de Sant'Anna. Políticas públicas: altas habilidades/superdotação e a literatura especializada no contexto da educação especial/inclusiva. **Rev. Ensaio: pol. públic. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 489-510, out/dez. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Federal do Espírito Santo. **Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica/PROFEPT**. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional. Anexo do regulamento, março, 2018.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2003.

MOURA, Dante Henrique; FILHO, Domingos Leite Lima; SILVA, Monica Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Rev. Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, out./dez., 2015.

NASCIMENTO, Sandra Mara do. **Educação de Jovens e Adultos: EJA**, na visão de Paulo Freire. Universidade Tecnológica do Paraná. Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Paranaíba-PR, 2013.

NETO, José Augusto da Silva Pontes. Teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel: perguntas e respostas. **Série-Estudos** – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande/MS, n. 21, p. 117-130, jan./jun., 2006.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. **Rev. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2019.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Os Pensadores: Obras incompletas**. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho, 4. Ed., vol. 1, São Paulo: Nova Cultural, 1987.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. O estudo da Idade Média em livros didáticos e suas implicações no ensino de História. **Cadernos do Aplicação**. Porto Alegre, v. 23, n. 1, jan./jun., 2010.

OLIVER, Fátima Corrêa; TISSI, Maria Cristina; AOKI, Marta; VARGEM, Ester de Fátima; FERREIRA, Taísa Gomes. Oficinas de trabalho: sociabilidade ou geração de renda? **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 13, n. 3, set./dez., 2002.

PADILHA, Maria Lunardi. Desenvolvimento cultura e educação escolar: Aporte teórico para pensar o desenvolvimento psíquico do deficiente intelectual. *In*: OMOTE, Sadao; OLIVIERA, Anna Augusta Sampaio de; CHACON, Miguel Claudio Moriel (Org.). **Ciência e conhecimento em Educação Especial**. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014.

PEREIRA, Aline Grazielle Santos Soares; SANTANA, Crislayne Lima; SANTANA, Cristiano Lima. A educação especial no Brasil: acontecimentos históricos. **3º Simpósio Educação e Comunicação: Infoinclusão: Possibilidades de ensinar e aprender**. ISSN 2179-4901, 17 a 19 de setembro de 2012.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: EDUSP, 1984.

PISTRAK, M. M. (1888-1940). **Fundamentos da escola do trabalho**. Traduzido por Luiz Carlos de Freitas, 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual Diofanto Vieira Monteiro, Editado em 2018.

QUADROS, Claudia Irene de; QUADROS JR, Itanael Bastos de. Aspectos comunicacionais da educação nas mídias sociais digitais: o caso do Youtube. **Revista Ação Midiática: Estudos em comunicação, sociedade e cultura**. Universidade Federal do Paraná: Programa de Pós-graduação em Comunicação, v. 2, n. 5, 2013.

RAMOS, Marise. Concepção do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. **Secretaria de Educação do Estado do Pará**, 2008.

RAMOS, Marise. Educação pelo trabalho: Possibilidades, limites e perspectivas da formação profissional. **Palestra proferida no I Seminário ETSUS-SP**, ou/2007. Rev. Saúde e Sociedade, v. 18, supl. 2, 2009.

REDIG, Annie Gomes; GLAT, Rosana. Programa educacional especializado para capacitação e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência intelectual. **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 330-355, abr./jun., 2017.

RIBEIRO, Ricardo. O trabalho como Princípio Educativo: algumas reflexões. **Palestra proferida no I seminário ETSUSSP**, 2007. Rev. Saúde e Sociedade, v. 18, supl. 2, 2009.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. MARANHE, Elisandra André. Educação Especial: História, Etiologia, Conceitos e Legislação Vigente. *In*: CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho (Org.). **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental**. Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira dos. Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual. **Educ. Pesqu.**, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 935-948, out./dez., 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In*: FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felícia R.; FRANCO, Maria Laura P. B. (Org.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um debate multidisciplinar**. 16 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev., Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. **Rev. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n.3, p. 619-634, set/dez, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Suzana Sirlene da; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial: como se dá o trabalho pedagógico do professor no ensino fundamental I? **RIAAE: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 2, p. 935-955, 2016.

SILVA, A. G.; PALHANO, E. Formação Profissional: uma alternativa inclusiva para pessoas com deficiência. *In: Reunião Anual da Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*, Caxambu, 2005.

SILVA, Alessandro da; MASCARENHAS, Josimar; SILVA, Valdilene Gonçalves Machado; ANGELI, Ariadna Rabelo. O mercado de trabalho e as pessoas com deficiência: um estudo nas grandes e médias empresas do município de Cláudio. **1º ENDGE – Encontro Nacional de Docentes em Gestão Empresarial**: desenvolvendo competências para a educação superior, v. 1, n. 3, jul., 2016.

SILVA, Andressa Henning; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de conteúdo**: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **c ISSN 16774280**, v. 17, n.1, 2015.

SILVA, Cleyse de Almeida e; OLIVEIRA, Erleane Ferreira de; SOUZA, Valter Calheiros de. Educação Inclusiva: uma experiência desenvolvida nas obras sociais do Aleixo “Escola Nossa Senhora Mãe e Mestra e Anexos” – Manaus/AM. *In: ROTH, Berenice Weissheimer (Organizadora). Experiências Educacionais Inclusivas*. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF, 2006,

SILVA, Fábio de Barros. Teilhard Chardin: A ideia de evolução e vida pessoal. **Rev. Eletrônica Metavóia**, São João del-Rei, n. 1, jul., 1998/1999.

SILVA, Inês M.; MARTINS, F. Martins; OLIVEIRA, Tereza C. Vídeos promocionais das universidades no YouTube. **Revista de Corpus Latente na Internet**, v. 1, n.1, 2010.

SILVA, Nara Liana Pereira; FURTADO, Adelaide Vianna. Inclusão no trabalho: A vivência de pessoas com deficiência intelectual. **Interação Psicol.**, v. 16, n. 1, p. 95-100, 2012.

SILVA, Priscila Neves; PRAIS, Fabiana Gomes; SILVEIRA, Andréa Maria. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte**. Brasil: cenário e perspectiva. Temas Livres, 2014.

SOUSA, Joeline Rodrigues de. A formação omnilateral e a proposição da escola unitária de Antonio Gramsci: Uma análise à luz da ontologia marxiana. Universidade Federal do Ceará/UFC, Fortaleza: **Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira**, 2012.

SOUZA, Dalmir Pacheco de. **Políticas públicas e a visibilidade da pessoa com deficiência**: Estudo de caso do Projeto Curupira. Manaus: UFAM, 2014.

TAVARES, Rosana Carneiro. **O sentimento de pertencimento social como um direito universal**. V. 15, n. 106, p. 179, 2014.

VALOMIN, Cleuza do Rocio. **O professor PDE e os Desafios da Escola Pública Paranaense: O Processo de apropriação da leitura e da escrita na Educação de Jovens e Adultos**, 2008.

VELTRONE, Aline Aparecida; ALMEIDA, Maria Amélia. Perfil da pessoa com deficiência no mercado de trabalho na cidade de São Carlos-SP. **Rev. Educ. Espec. Santa Maria**, v. 23, n. 36, p. 73-90, jan./abr., 2010.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

ALMEIDA, Vinicius Andrade de. **A questão da moral a partir do humano, demasiado humano**: um livro para espíritos livres. Belo Horizonte: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BEZERRA, Sergio Sampaio; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Pessoa com deficiência intelectual: A nova “ralé” das organizações do trabalho. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 2, mar./abr., p. 232-245, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, out./dez., 2006.

CARVALHO, Ruy de Quadros. Capacitação Tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felícia R.; FRANCO, Maria Laura P. B. (Org.). **Novas Tecnologias, trabalho e Educação**: Um debate Multidisciplinar, 16 ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CLEMENTE, Carlos Aparício; SHIMONO, Sumiko Oki;. **Trabalho de pessoas com deficiência e lei de cotas**: invisibilidade, resistência e qualidade da inclusão. São Paulo: Edições dos Autores, 2015.

COSTA, José Junio Souza da. A educação segundo Paulo Freire: Uma primeira análise filosófica. **Theoria Revista Eletrônica de Filosofia**, Faculdade Católica de Pouso Alegre, v. 7, n. 18, 2015.

DOMINGUES, Taciana Luiz Coimbra; DOMINGUES, Mariana Rosa Cavalli. **Educação Especial**: Historicidade e Legislação. Lins: SP, 2009.

EDLER CARVALHO, Rosita. Removendo barreiras para a aprendizagem. In: **Salto para o Futuro**: Educação Especial: tendências atuais / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

EDLER CARVALHO, Rosita. Educação Inclusiva: do que estamos falando? **Revista Educação Especial**, n. 26, p. 1-7, 2005.

GIL, Marta (coord.). **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência**. São Paulo: Instituto ETHOS, 2002.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público**: Reserva de cargos e empregos/Administração pública direta e indireta. Goiânia: Ed. da UCG, 2016.

KLEIN, Ligia Regina; SILVA, Matheus Bernardo. De que atividade se fala quando se fala de trabalho? **Rev. Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 305-318, jan./abr., 2016.

LEÃO, Marluce Auxiliadora Borges Glaus; SILVA, Ludmila Santos. Vivências de trabalhadores com deficiência: uma análise à luz da Psicodinâmica do Trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 37, n. 125, p. 159-169, 2012.

LIMA, Michele Pinto; CAPPELLE, Monica Carvalho Alves. Educação Profissional de Pessoas com deficiência: adaptações para a acessibilidade. **Rev. Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 3, p. 1065-1098, set./dez., 2013.

LIMA, Osmarina Guimarães de. Relação entre a rede municipal de ensino e o terceiro setor para a escolarização das pessoas com deficiência em Manaus. **Universidade Federal do Amazonas**. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutorado em Educação. 2018.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes **Declaração de Salamanca**. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 10 de fev. 2020.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: Desenvolvimento histórico. **Cadernos de história da educação**, n. 7, jan./dez., 2008.

PLAISANCE, Eric. Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas. **Educação (Porto Alegre, Impresso)**, v. 38, n. 2, p. 230-238, mai./ago., 2015.

PRADO, Anna Lia Amaral de Almeida. **Os pensadores: pré-socráticos**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1989.

S. P. A.; R. H. R. S. História, política da educação especial no Brasil. **VI FIPED: Fórum Internacional de Pedagogia**. Santa Maria: Rio Grande do Sul, jul./ago., 2014.

SANTANA, Maria do Socorro Dantas. A ética na Pesquisa Científica: mapeamento de estudos nos periódicos de Ciência da Informação. **Rev. de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 2, p. 26-35, jul./dez., 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Educação para o trabalho e a proposta inclusiva. *In: Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais / Secretaria de Educação a Distância*. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

SILVA, Marcos Antônio da. A técnica da observação nas ciências humanas. **Rev. Educativa**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 413-423, jul./dez., 2013.

SOARES, Joelcio Gonçalves; PEREIRA, Tiaro Katu; DIAS, Wolliver Anderson. **Métodos da Observação: reflexões acerca de seu uso e formas de aplicação**. Publicado em 05/07/2011.

TONET, Ivo. Educação e Formação Humana. **Rev. do Centro de Educação e Letras**. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, v. 8, n. 9, 2006.

APENDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Ministério da Educação
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
 Campus Manaus Centro
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa intitulada “**A Educação Profissional e Tecnológica na educação básica e a preparação da pessoa com deficiência intelectual para o mundo do trabalho no município de Manaus**”, conduzida por LEILA MARIA CARVALHO DE SOUZA, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas/IFAM . Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada não acarretará prejuízo à pesquisa. Ressaltamos que garantimos total liberdade de participação, sendo que as entrevistas serão realizadas em local apropriado resguardando o possível risco de invasão de privacidade, além de garantir sigilo absoluto, esclarecimentos quanto ao uso de fotos, gravações de voz como de imagem como medidas cabíveis utilizadas pela pesquisadora que deverá estar atenta as angústias emocionais que por ventura possam surgir realizando encaminhamentos psicoterápicos caso se faça necessário. Informamos ainda que, a participação do discente, pais e demais docentes não será passível de remuneração, sendo a participação inteiramente livre do querer participativo. Realizaremos a entrevista na sede da escola, sempre com o seu consentimento e da equipe pedagógica da instituição de ensino. Informamos ainda que não serão divulgados os nomes dos participantes e da instituição sem que haja consentimento das partes. Assine ao final deste documento. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa/CEP.

Contatos do pesquisador responsável: Leila Maria Carvalho de Souza, residente e domiciliada em Manaus, sito à Rua Serra Leoa, casa nº 01, Conjunto Nova Cidade, Código Postal: 69097-358, E-mail: leilacarvalhobenjoio@hotmail.com, Telefone: (92) 98441-2187.

Contatos do Comitê de Ética em Pesquisa-CEP: Rua Ferreira Pena, nº 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus/AM, Centro, Código Postal: 69025-010, Telefone: (92) 3306-0060, E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa.

Manaus(AM), ____ de _____ de _____

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

APENDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ



Ministério da Educação
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
 Campus Manaus Centro
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, _____

de nacionalidade _____, estado civil _____, portador(a) do RG n.º _____, inscrito(a) no CPF n.º _____, residente na Rua _____ N.º _____, Bairro _____

AUTORIZO o uso de imagem e de voz de minha pessoa e de meu/minha filho(a) _____

em todo e qualquer material entre fotos, filmagens e documentos, para ser utilizada em relatórios, pesquisas e atividades de divulgação dos trabalhos, sem qualquer ônus e em caráter definitivo, que será realizado pela Escola Estadual Diofanto Vieira Monteiro e por LEILA MARIA CARVALHO DE SOUZA, RG 659.441, CPF N.º 135.572.972-68, mestranda do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas /IFAM que desenvolve a pesquisa intitulada “**A Educação Profissional e Tecnológica na educação básica e a preparação da pessoa com deficiência intelectual para o mundo do trabalho no município de Manaus**” com o objetivo de mostrar para a sociedade as potencialidades e habilidades de pessoas com deficiência intelectual e a inserção no mercado de trabalho. A divulgação se destina ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, cartilhas etc.); folder de apresentação; anúncios em revistas e jornais em geral; Home Page; cartazes; mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, YouTube, cinema, programa para rádio, entre outros). Sendo assim, a presente autorização abrangendo o uso de imagem e de voz minha e de meu/minha filho (a) e na filmagem acima mencionada é concedida a título gratuito, abrangendo inclusive a licença a terceiros, de forma direta ou indireta, e a inserção em materiais para toda e qualquer finalidade, seja para uso comercial, de publicidade, jornalístico, editorial, didático e outros que existam ou venham a existir no futuro, para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Manaus(AM), _____

Assinatura: _____

Telefone para contato: (____) _____

APENDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS



Ministério da Educação
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
 Campus Manaus Centro
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede



ENTREVISTA: PAIS

DADOS DO(A) ENTREVISTADO(A)

1. Nome: _____

2. Idade: _____

3. Estado Civil: () Solteiro () Casado () Divorciado () Viúvo

4. Tem filhos? Quantos? _____

5. Mora: () Sozinho () Família () Outro Renda Familiar: () Um salário mínimo () Mais de um salário mínimo: _____

7. Você percebe mudança de comportamento em seu/sua filho(a) exercendo uma atividade de trabalho? _____

8. Como era o comportamento de seu/sua filho(a) antes de ter uma atividade de trabalho? _____

9. O desenvolvimento intelectual do(a) seu/sua filho(a) melhorou a partir do momento em que começou a trabalhar? Sim () Não () _____

10. Seu/Sua filho(a) contribui financeiramente com a renda que ganha nas despesas domésticas? Sim () Não () _____

11. Você percebe satisfação e vontade de trabalhar no comportamento de seu/sua filho(a)? Sim () Não () _____

12. O que a escola poderia fazer para melhorar o desempenho de seu/sua filho(a)? _____

13. Qual a importância e papel da escola na vida de seu/sua filho(a)? _____



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Campus Manaus Centro
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede



ENTREVISTA: **PROFISSIONAIS DO ENSINO**

DADOS DO(A) ENTREVISTADO(A)

1. Nome: _____
 2. Função / Cargo atual: _____
 3. Idade: _____
 4. Estado Civil: () Solteiro () Casado () Divorciado () Viúvo
 5. Tem filhos? () Sim () Não
 6. Escolaridade: _____
 7. Como você está trabalhando o processo de preparação do(a) aluno(a) para o mundo do trabalho? _____

 8. Que estratégias pedagógicas utilizam para alfabetizar os/as estudantes? _____

 9. A escola acompanha o desempenho do(a) aluno(a) na execução da atividade laboral nos espaços formais e não formais do mundo do trabalho? _____

 10. Você percebe mudança de comportamento nas atitudes do estudante a partir do desempenho da função laboral? _____

- Sugestões para composição do produto educacional proposto: _____

-



Ministério da Educação
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
 Campus Manaus Centro
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede



ENTREVISTA: DISCENTES

DADOS DO(A) ENTREVISTADO(A)

1. Função / Cargo atual exercido no trabalho: _____
2. Há quanto tempo trabalha nesta atividade? _____
3. Já trabalhou antes em outra empresa? Gostava do que fazia? _____

4. Participou de algum treinamento para exercer sua função? () Sim () Não _____

5. Fez algum curso profissionalizante? _____

6. Você está satisfeito com a atividade exercida dentro da Empresa? () Sim () Não _____

7. Qual a importância do trabalho em sua vida? _____

8. Como as pessoas o tratam no seu ambiente de trabalho? _____

9. Como você é orientado no seu trabalho? _____

10. Você recebe algum benefício social? _____

11. O que você tem aprendido na escola está lhe ajudando a conseguir trabalho? _____

12. Você ajuda com sua renda nas despesas de sua casa? _____

13. Você gosta das atividades da escola? _____

13. Você consegue pegar transporte sozinho(a)? Sim () Não (). Tem alguém que o acompanha? Sim () Não () _____